



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação dos programas “Sementes do Amanhã” e “Escola-Circo”, e entrega dos três primeiros Cartões-Alimentação do programa Fome Zero a famílias da cidade de Belém

Belém – PA, 04 de abril de 2003

Meus queridos companheiros e companheiras do meu querido estado do Pará e da minha querida cidade de Belém,

Vocês sabem que esta cidade tem muito a ver com a minha história política. E, hoje, quando venho a Belém, não é uma visita, como eu queria fazer. Na verdade, estou passando aqui porque fui a Barcarena inaugurar uma fábrica da Alunorte.

Eu preciso vir aqui, especificamente a Belém, porque se há uma coisa da qual eu tenho consciência, companheiro Edmilson Rodrigues, é do carinho que esse extraordinário povo de Belém tem demonstrado por mim, desde 1989, quando fui candidato a Presidente pela primeira vez.

Mas eu não poderia deixar de vir aqui e trazer uma boa notícia para o Pará e, sobretudo, para a Amazônia. Eu estou aqui com a missão de dizer que a nossa querida Maria do Carmo vai ser a coordenadora da Agência de Desenvolvimento da Amazônia. É pouco, diante do que vocês merecem e do que ela merece, mas é o começo de uma mudança extraordinária, no trato das Agências de Desenvolvimento do nosso país.

E, também, Edmilson, uma coisa importante para você. Eu vim aqui anunciar que nós vamos recomençar o Projeto Monumenta. E vim aqui dizer que você já tem 5 milhões de reais à disposição para começar a trabalhar esse projeto.

Mas, companheiros e companheiras, companheiros deputados, companheiros prefeitos, companheiros dirigentes dos supermercados, minha querida senadora Ana



Júlia, eu queria dizer para vocês o seguinte: nós estamos começando uma nova vida.

Vocês sabem que nós estamos completando, na semana que vem, cem dias de Governo. Cem dias para um partido político, com os seus aliados. Prometemos algumas coisas durante a campanha. Eu tenho cada palavra assumida por mim nos palanques, gravada na minha cabeça. E eu não quero esquecê-las, porque pretendo cumprir cada compromisso assumido durante a minha vida política.

Nós afirmávamos, na campanha, que vamos transformar o emprego numa obsessão. Porque eu sei o que significa um emprego para um chefe de família, para uma mulher ou para um adolescente.

Vamos estabelecer essa política de desenvolvimento. E podem ficar certos que, agora, no começo de maio, nós iremos anunciar, num ato de 1º de maio, o Programa de Primeiro Emprego no nosso país, para dar oportunidade para a nossa juventude começar a trabalhar.

Vocês sabem que nós tínhamos assumido o compromisso de combater a fome neste país, porque a fome é a desgraça maior na vida de um ser humano. Se a pessoa não come direito, a pessoa não estuda direito, a pessoa não trabalha direito, a pessoa não vive bem, porque a sua saúde estará em situação de precariedade.

É por isso que nós instituímos a fome como prioridade. E tenho fé em Deus, tenho fé nos meus companheiros de partido, tenho fé nos meus companheiros de Governo que, num breve espaço de tempo, nós haveremos de nos orgulhar de que neste país cada pessoa terá, no mínimo, o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todo santo dia, o que é um direito elementar.

Nós assumimos compromissos com a educação e com a saúde deste país; nós assumimos o compromisso de fazer a reforma agrária e vamos fazer a reforma agrária, podem ficar tranqüilos.

Agora, meu caro Edmilson, me levanto, todo dia, de manhã, com a convicção e a certeza de que nós vamos cumprir todos os compromissos assumidos pelo Brasil afora, porque quem foi eleito Presidente da República não foi simplesmente um



homem, quem foi eleito Presidente da República foi um homem com uma história de luta da classe trabalhadora brasileira. E essa história não pode deixar de cumprir os seus compromissos com a população. Não é fácil, não, meu caro, porque o Brasil que nós recebemos é um Brasil que eu não posso nem contar, para não assustar as pessoas. Mas, mesmo com a situação difícil, nós não perdemos a esperança. E eu me levanto, todo dia, faço questão de discutir com a minha companheira, faço questão de reunir, quase todo santo dia, a maioria dos meus companheiros ministros, para que nenhum de nós esqueça as coisas que pensamos fazer neste país.

E, depois de um dia de trabalho, volto para casa, Edmilson, com a certeza de que nós vamos fazer, com a certeza de que este país vai mudar e com a certeza de que a gente vai conseguir aquilo que nós nos propusemos fazer. Logicamente, não com a pressa que gostaríamos, porque não vou trabalhar de forma atabalhoada, não vou fazer nada precipitado. Cada passo será pensado, cada passo será repensado, porque não quero dar um passo para a frente e dois para trás. Quero dar um para a frente, hoje, um para a frente, amanhã, e caminhar sempre, para que a gente possa mudar a história do nosso país.

Estou convencido, meu caro Edmilson, de que temos experiência acumulada para mudar a história do Brasil. Estou convencido de que este país não irá retroceder mais. E você é testemunha de quando a gente estava disputando as eleições e os adversários diziam: “Não, este país vai ser uma Venezuela. O Brasil vai ser uma Argentina, porque esse pessoal não vai ter condições de controlar a economia.”

Pois bem, em setembro do ano passado, o risco-Brasil estava a 2.400 pontos e, hoje, está abaixo de 1.000. O dólar estava a 4 reais e já está a 3,20, numa demonstração de que a gente vai, com as ações certas e pensando de forma bem articulada, fazer o que tem que se fazer neste país.

A única coisa que peço a vocês é que tenham consciência de que não vai depender apenas do Governo. É preciso a sociedade participar. O Programa Fome



Zero só vai dar certo se a sociedade brasileira que se alimenta assumir a responsabilidade de lutar para ajudar aqueles que não conseguem comer.

O que nós não poderemos é nos conformar de ver um país rico como os Estados Unidos gastar os bilhões e bilhões que estão gastando na guerra do Iraque, quando poderiam estar gastando esse dinheiro para combater a fome no mundo, para ajudar o Terceiro Mundo.

Nós queremos um outro tipo de guerra. Nós queremos a guerra contra o analfabetismo. E vamos vencê-la. Nós queremos a guerra contra o desemprego, e vamos vencê-la. Nós queremos a guerra para combater a fome, e vamos vencê-la. Mas nós queremos, sobretudo, Edmilson, a guerra pelo crescimento e desenvolvimento deste país, para gerar emprego para milhões e milhões de homens e mulheres, de meninas e meninos que querem trabalhar, querem estudar e o país não oferece, ainda, todas as condições.

Eu virei muitas vezes a Belém, meu caro, até porque eu quero vir, aqui, há muito tempo. Há mais de 10 anos eu passei por aqui e fui atrás da universidade, onde só tinha um rio praticamente podre e o povo morando em situação de degradação. Pois bem, eu voltarei aqui, e não vai demorar muito, para inaugurar as casas dignas que aquele povo precisa para sobreviver e viver condignamente.

No mais, eu quero lhe dizer, Edmilson, que você, como prefeito do PT nesta cidade, pode ter a certeza de que tem mais do que um Presidente, em Brasília, você tem um companheiro que não lhe faltará em nenhuma oportunidade. Pode crer o povo de Belém, como pode crer o povo do estado do Pará. Não é porque o Governo é de outro partido, a minha divergência é com o governador e isso não pode fazer com que o povo do estado do Pará sofra qualquer prejuízo, porque o povo é mais importante do que as nossas divergências ideológicas.

No mais, Edmilson, eu quero dar um abraço em vocês, porque eu tenho um compromisso em Brasília às 9 horas da noite e estou atrasado, praticamente, meia hora. Eu quero dar um beijo no coração de cada homem, de cada mulher, de cada jovem que está aqui, e dizer a vocês que o espetáculo que nós vimos aqui, hoje,



tanto das crianças, tocando e cantando, quanto das crianças de circo, é uma demonstração de que a cultura e a educação são duas armas poderosíssimas para tirar as nossas crianças da rua, da violência e da miséria em que elas estão vivendo.

Meus parabéns, Edmilson. Muito obrigado pelo exemplo. Eu acho que foi uma coisa extraordinária. Quero agradecer a sua iniciativa no Programa Fome Zero, porque este Programa é de toda a sociedade brasileira que ainda tem coração, que ainda respeita o seu semelhante.

Muito obrigado a todos vocês. Um grande abraço e até outro dia, se Deus quiser.

/mcpro/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade comemorativa do Dia Mundial da Saúde

Instituto Butantã – São Paulo – SP, 07 de abril de 2003

Eu vou começar pela minha digníssima esposa, que faz aniversário hoje – só não posso dizer a idade. A Marisa me atura há muitos anos. E essa homenagem a ela é muito justa.

Queria dizer à companheira prefeita Marta Suplicy e ao companheiro governador Geraldo Alckmin, que São Paulo não pode continuar a ser visto, em Brasília, como se fosse o estado imperialista do Brasil. São Paulo e a capital paulista precisam de um tratamento diferenciado, não apenas pelo tamanho da população ou pela quantidade de riqueza que produzem para o Brasil. Porque São Paulo e a capital não são um estado, apenas, ou uma cidade, apenas. Eu acho que São Paulo é um estado que, possivelmente, tem representação de todo o território nacional e tem muita gente de outros países do mundo. A capital de São Paulo é uma metrópole mundial, porque aqui nós encontramos de japonês a sergipano, de italiano a pernambucano, de português a baiano. E se quisermos procurar a América do Sul, nós temos uma América do Sul aqui dentro, nós temos o Nordeste aqui dentro. Portanto, acho que as pessoas, quando vêm o governo federal ter essa atenção com a capital e com o estado de São Paulo, precisam entender que nós estamos apenas atendendo à grandiosidade que São Paulo tem para o nosso país. Então, não estamos fazendo nenhum favor.

Quero dizer ao meu companheiro Humberto Costa, ministro de Estado da Saúde: a Saúde não tem fronteira territorial, nem tem fronteira ideológica. Eu me lembro que, na Constituinte de 1988, a única discussão que deu unanimidade foi a discussão da política de Saúde. Eu me lembro que pessoas ideologicamente marcadas por serem de direita – como, na época, o líder do governo –, na hora de se discutir a política de Saúde, não se via diferença entre o cidadão ideologicamente



de direita e o cidadão ideologicamente de esquerda. Essa era uma coisa fantástica. E ainda hoje continua. O que nós estamos assistindo aqui é a dimensão do que a Saúde representa para cada um de nós e, sobretudo, para aqueles que, mais do que nós, precisam de um bom atendimento de saúde.

Durante o processo de campanha, discutindo com os meus companheiros o que iríamos propor na área da Saúde, chegamos a uma conclusão: a gente não pode ficar prometendo construir mais nada antes de fazer funcionar corretamente o que já existe. Porque, no Brasil, às vezes, acontece isso: um político, seja ele prefeito, governador, Presidente da República, muitas vezes deixa uma obra que está por acabar, para começar outra, para deixar sua marca, para dizer que foi ele quem fez, para colocar a sua placa, sem levar em conta que, nessa disputa menor, quem perde, na verdade, é o povo.

Nós temos uma cidade, um hospital, vamos ver se está funcionando na sua plenitude. É assim que o sistema capitalista moderno consegue um alto grau de competitividade. Uma máquina, quando é analisada, ela é comprada para funcionar 24 horas por dia, se puder, para que a produtividade, a escala, justifique sua compra. Um hospital, um posto de saúde, tem que ser pensado da mesma forma, tem que funcionar com a melhor qualidade possível e no máximo de tempo possível, para que possamos, no mesmo espaço físico, atender, quem sabe, à demanda de uma comunidade – e não ficar disputando se o hospital vai levar o nome de alguém na placa, ou quem nós vamos querer homenagear.

Mais grave ainda é que no Brasil, historicamente, saneamento básico não é tratado com o carinho que deveria ser tratado. É só pegarmos o estudo dos investimentos em saneamento básico, que nós vamos ver que saneamento básico é tratado como se fosse uma coisa sem importância – e às vezes não se leva em conta que, de 1995 a 1998, 300 mil crianças morreram no Brasil por doenças adquiridas por falta de saneamento básico.

Sabem por que muitas vezes não há saneamento básico? Porque tem que cavar um buraco, o que atrapalha a população durante um tempo; depois se coloca



um tubo – o que continua atrapalhando a população; depois joga-se terra por cima, ninguém vai ver, e não dá para colocar o nome de alguém: “Encanamento Fulano de Tal”...

Então as pessoas preferem fazer pontes e viadutos, porque aí dá para colocar placa. Nós precisamos de todas as pontes, viadutos e túneis que forem necessários, mas, neste momento, nós precisamos melhorar a qualidade de vida das pessoas. A gente melhora a qualidade de vida e, concomitantemente, ou um pouco depois, vai melhorando a qualidade dos carros. Primeiro, vamos ver onde é que está faltando saneamento, vamos tentar atacar o problema. Acho que há algumas coisas no Brasil, hoje, que não dependem muito de dinheiro, dependem de iniciativa, dependem de uma convocação geral. Por exemplo, nós não vamos conseguir fazer aterro sanitário em todas as cidades brasileiras, porque custa caro. Mas nós podemos assumir um compromisso de tirar todas as pessoas que estão trabalhando no lixão e levá-las para trabalhar condignamente, sem precisar ficar disputando um pouco de comida com os urubus, como a gente já viu na televisão. Isso nós podemos.

O governo federal pode, com o apoio da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BNDES, dos governos estaduais, dos prefeitos, ter um compromisso de honra, mais do que político: pegar todas as pessoas que estão trabalhando no lixão, fazer um galpão próximo de onde elas trabalham – vamos dar uniforme, vamos dar luvas, vamos ensinar essas pessoas a reciclarem esse lixo e fazerem do lixo uma forma de ganhar o seu salário. Isso é plenamente possível.

Então, muitas vezes, não depende só do dinheiro, porque lixo, feira e ponto de ônibus, todo mundo quer, mas ninguém quer perto da sua casa, na sua cidade. É impressionante como se tem problemas para construir um lixão na cidade, mesmo que seja um aterro sanitário de qualidade; é impressionante como as pessoas ficam incomodadas. Passam a vida inteira reclamando um ponto de ônibus. Você coloca o ponto de ônibus na porta da casa, e aí as pessoas não querem, fazem abaixo-assinado contra. Feira livre, então, todo mundo reivindica. Quando se diz que vai ser



em tal rua, ninguém quer. Ou seja, é muito bom perto da casa dos outros; da nossa, não.

Se a gente começar a discutir mais coletivamente, vai perceber que vai acertar muito mais.

Quero dizer ao caro Júlio Lancelotti, que foi um prazer encontrá-lo aqui
Meus companheiros e minhas companheiras,

Governador Geraldo Alckmin, prefeita Marta Suplicy, senadores, deputados, prefeitos, companheiros ligados à área da Saúde, quando nós instituímos o Programa Fome Zero, levamos em conta que, a partir do combate à fome, tudo fica mais fácil. Há uma frase de Paulo Freire muito famosa, em que ele diz que descobriu que era inteligente quando começou a comer. E essa máxima vale para sempre. Uma criança desnutrida não tem força ou condições de fazer quase que absolutamente nada. Antigamente a gente tinha um personagem, no Brasil, chamado “Jeca Tatu”. Havia um livrinho, de um laboratório que fabricava um biotônico, com a história do Jeca Tatu e da fragilidade de um doente. Aquilo continua valendo para hoje. Então nós temos que saber que a saúde é um dos direitos universais e que todo e qualquer estado, independente de quem o dirija, tem que tratar do assunto com carinho excepcional.

Este Dia Mundial da Saúde está sendo dedicado ao futuro. É dedicado, portanto, às crianças e à necessidade de ambientes saudáveis para elas. As crianças, nós sabemos, são os seres humanos mais sensíveis e vulneráveis. Se existirem condições saudáveis para elas, existirão, também, condições saudáveis para todos os seres vivos em nosso planeta. É isso que a Organização Mundial da Saúde deseja neste dia especial. As crianças precisam de nós, precisam do estado e precisam da sociedade.

A Organização Mundial da Saúde diz que cerca de 3 milhões e meio de pessoas morrem, por ano, no mundo, somente devido a doenças ligadas à água. A grande maioria, crianças. Em consequência de diarreias, são mais de 2 milhões de crianças. Portanto, 20% das mortes de crianças brasileiras, de um a quatro anos de



idade, ocorrem devido a causas ligadas ao ambiente doméstico ou fora de casa. Esse percentual atinge quase 40%, praticamente o dobro, na faixa que vai dos 5 aos 9 anos. E chega a 50% nas crianças de 10 a 14 anos. Vou dar somente dois números, de pesquisas do IBGE, em todo o Brasil, que mostram, por exemplo, a importância do saneamento para diminuir a mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade.

De cada 1000 crianças nascidas vivas, cerca de 24 morrem porque moram em habitações precárias.

As nossas crianças e jovens têm de estar na escola, para receberem ensino de qualidade, e não na rua. Têm que ter o que fazer. Sem ter o que fazer, estarão expostos a todo tipo de risco e brutalidade. Os que estão em idade de trabalhar têm que ter a oportunidade de encontrar um primeiro emprego, onde possam começar a ganhar o seu sustento e experiência.

Mas, tanto nas cidades como nas áreas rurais, muitas vezes os jovens que conseguem emprego são submetidos a um ambiente e a condições de trabalho desumanas e cruéis. Ouçam isso, o ministro Humberto Costa falou e eu vou repetir: no Brasil, 22% dos catadores de lixo têm menos de 14 anos de idade – são dados do IBGE, de 2000.

No nosso país, os direitos das crianças estão garantidos pela Constituição Federal de 1988, em seus vários capítulos, e por diversas leis que buscam a proteção das crianças e dos adolescentes.

Todas essas leis e programas dizem respeito também à população indígena infanto-juvenil, que corresponde à metade dos índios brasileiros, em seu conjunto.

Como política pública, a proteção das crianças e adolescentes está apoiada no Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA . Em relação ao ambiente de trabalho, o Brasil tem como ação governamental de destaque o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, gerenciado pelo Ministério da Assistência e Promoção Social, ao qual cabe a responsabilidade de conceder às crianças e aos adolescentes a bolsa “Criança Cidadã”.



Para o meu Governo, a saúde das crianças e dos adolescentes é e deve ser sempre uma prioridade. A expansão da atenção básica da saúde tem por meta, também já disse o companheiro Humberto Costa, dobrar a cobertura do programa Saúde da Família, passando das 15 mil equipes atuais, para 30 mil até o final dos quatro anos de Governo.

Não é somente o Estado que tem que cuidar desses problemas. A sociedade tem também um importante papel a cumprir, e nós reconhecemos que a sociedade tem exercido um papel extraordinário.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi também uma importante conquista da sociedade brasileira. A lei determina que todos os municípios brasileiros tenham Conselhos Tutelares, nos quais, representantes da sociedade civil, eleitos pela comunidade, contribuam no processo de proteção social desse segmento.

Organizações não-governamentais e movimentos sociais têm cumprido um grande papel nesse sentido. Muitas vezes eu tenho andado pelo Brasil e vejo que os Conselhos Tutelares não recebem o apoio que deveriam receber de muitos prefeitos. Nós somos obrigados a começar a exigir, e é por isso que vamos fazer muitas reuniões com os prefeitos, porque não basta dizer que tem um Conselho Tutelar em tal cidade – é preciso saber se a instituição Prefeitura está respeitando a existência desses Conselhos, se está dando a eles condições de trabalhar, porque, muitas vezes, não estão dando as condições para que os Conselhos Tutelares, e mesmo os Conselhos da Saúde, possam funcionar.

A saúde tem que ser tratada com respeito. Como exemplo, posso citar o Movimento Nacional dos Meninos de Rua – meninos e meninas de rua –, que vem desenvolvendo um exercício ativo de cidadania. Também a Sociedade Brasileira de Pediatria tem exercido um papel importante na reflexão crítica sobre os problemas que afetam a saúde das crianças e adolescentes.

Em relação ao trabalho infantil, várias iniciativas têm revelado uma conscientização cada vez maior do empresariado e de suas entidades



representativas. Esse é um dado que merece ser considerado.

A Fundação Abrinq para os Direitos das Crianças vem se destacando nessa área com programas importantes, como o da Empresa Amiga da Criança. É uma coisa importante porque, muitas vezes, nós não sabíamos como lidar e fazer pressão sobre um setor empresarial que estivesse explorando uma criança. Ou seja, nós descobrimos, através da Fundação Abrinq, que a melhor pressão quem pode fazer é o consumidor daqueles produtos. Ele é quem pode, enquanto consumidor, exigir que aquela empresa tenha respeito pela criança. E isso tem sido um programa com sucesso extraordinário no Brasil.

A Sociedade Brasileira de Pediatria produz material gráfico de prevenção de acidentes domésticos. E também promove um selo de recomendação para produtos destinados ao público infanto-juvenil.

O UNICEF trabalha em parceria com os governos municipais, estaduais e federal, com outras agências do sistema ONU e com a sociedade civil, para realizar projetos e apoiar políticas públicas que defendam e promovam os direitos de todas as crianças e adolescentes.

A Pastoral da Criança é apontada como uma das mais importantes organizações comunitárias, em todo o mundo, a trabalhar nas áreas de saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os 6 anos de vida, e de prevenção da violência no ambiente familiar envolvendo, necessariamente, as famílias e comunidades.

Aqui, um outro problema importante. É errado nós entendermos que podemos cuidar de uma criança ou de um adolescente fora do seio da própria família. Eu acho que o estado e o município não têm que assumir a paternidade. O que nós precisamos é trazer a família, porque, muitas vezes, e na maioria das vezes, os problemas das nossas crianças e adolescentes não estão na rua nem na escola, nem no prédio onde moram, às vezes estão no relacionamento com os pais, que, muitas vezes, tentam procurar culpados fora de casa, sem parar diante do espelho e fazer o *mea culpa*. Esse problema é muito sério no Brasil.



Habitualmente a gente vê uma criança ou adolescente viciados em drogas. Os pais culpam os outros, mas nunca pararam para dizer: “Quantas vezes nós já conversamos com o nosso filho? Quantas vezes nós já paramos para dizer para ele: olhe, tal coisa não faz bem, tal coisa não pode”. Muitas vezes os pais ficam transferindo a responsabilidade para o professor, para o médico. Quem pode, ainda fica numa situação mais cômoda: paga um analista. Mas pobre vai chegar a um analista? Então eu acho que o Estado pode criar condições para que as famílias sejam envolvidas.

Eu quero prestar minha homenagem a todas essas entidades que citei aqui, à Pastoral da Criança, ao UNICEF, à Casa da Vida da qual meu amigo Júlio Lancelotti toma conta, e tantas outras, que têm dado uma demonstração de que, se o Estado brasileiro quiser, vai ficar muito mais barato cuidar dos problemas do nosso povo. Devemos ter competência para utilizar a experiência que já existe na sociedade. Se o Estado se meter a constituir uma paraestatal para fazer isso, nós estaremos deixando metade do dinheiro na burocracia e não chegaremos onde queremos chegar.

É preciso sempre lembrar que os meios de comunicação podem cumprir um papel cada vez mais importante na difusão de informações socialmente relevantes, fortalecendo a educação da população para a cidadania. Esse é um trabalho que acho importante que os meios de comunicação cumpram, seja rádio, televisão ou jornal. É o que eu chamo de educação a distância. Se o pai ou a mãe não têm coragem de trabalhar a educação sexual dos seus filhos, o Estado pode ser o indutor, através dos meios de comunicação, de uma boa política de educação ambiental, sexual, de planejamento familiar.

O Estado pode ser o indutor de uma nova mentalidade a ser criada neste país. Nós não podemos continuar com a mesmice desses últimos anos. Nós precisamos evoluir. E se nós ensinarmos para uma criança o significado da política ambiental, o significado do que é educação sexual, teremos, dentro de casa, crianças de 10 ou 12 anos, “puxando a orelha” do pai e da mãe, quando estiverem



fazendo uma coisa errada. Essas crianças todas estão na escola. A escola pode ser um instrumento para a gente ajudar a elevar esse nível de educação das pessoas. O que é necessário é que possamos determinar, enquanto Estado, Federação, União, uma política que faça com que a nossas crianças e jovens tenham, nas escolas, informações relevantes tais como saber que precisam comer bem, que têm direitos que estão na Constituição, que têm direitos que estão no Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso, muitas vezes, eles não aprendem.

Estamos aqui, nesta instituição histórica, que vai dar mais uma grande contribuição ao nosso país. O governador Alckmin já falou, o ministro Humberto Costa falou e eu já falei muito sobre crianças e jovens. Vou, agora, dizer algo que serve para eles, mas serve, principalmente, aos mais idosos, da minha idade para cima. Ainda falta algum tempo para eu chegar à “terceira idade”, mas, como sou solidário, quero cuidar da “terceira idade” bem antes de eu chegar lá, para quando eu chegar, já saber se as coisas evoluíram ou não. As crianças devem saber que um bom velhinho ajuda muito na criação das pessoas, na educação dos netos, às vezes cuidando dos filhos quando a mãe tem que trabalhar.

Creio que, quanto a esse protocolo que nós firmamos hoje, aqui, é importante saber que as nossas pessoas da “terceira idade” vão ter possibilidade de receber a sua vacina.

O Ministério da Saúde, o Governo do estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, e a Fundação Butantã, estão celebrando um convênio no valor de mais de 52 milhões de reais para a construção de uma fábrica de vacina da gripe, aqui, no Brasil. Atualmente a vacina é importada. É apenas embalada no nosso país. Pelo convênio, o Instituto Butantã vai adquirir os equipamentos necessários e completar a aquisição da tecnologia necessária para produzi-la. Com isso, o Brasil ficará auto-suficiente na produção da vacina da gripe, que é oferecida a toda a população acima de 60 anos de idade, todos os anos, nos meses que antecedem o inverno, de forma a evitar as epidemias tão freqüentes nessa estação do ano.



A gripe é uma causa importante de interações, principalmente entre as pessoas idosas e aquelas com doenças pulmonares ou cardíacas. Todos os anos, cerca de 17 milhões de pessoas são beneficiadas com a vacina que previne a gripe e suas complicações, inclusive a pneumonia. Vamos ver se, com isso, evitamos a “pneumonia asiática” que está chegando nos nossos aeroportos.

Quero deixar claro que essa ação de parceria faz parte de uma política mais ampla do governo federal, de estimular a produção de medicamentos, vacinas e produtos derivados do sangue, substituindo as importações por produtos desenvolvidos aqui no Brasil, mediante incorporação de tecnologia que permitirá o desenvolvimento de novas vacinas no futuro.

Isso é uma coisa interessante. O ministro Humberto Costa disse que nós tínhamos que levar em conta que temos muitos laboratórios públicos, no Brasil, que nos últimos anos foram desativados.

Um dia, chamei o ministro Humberto Costa e descobri que temos laboratório da Aeronáutica, laboratório do Exército, laboratório da Marinha, que não podem competir com os privados – e nem queremos que venham a competir com os privados. O que nós queremos é ter laboratórios que possam completar um determinado tipo de serviço que a União, os estados e as prefeituras podem fazer, produzindo remédios mais baratos para a sociedade brasileira.

Hoje, uma pessoa vai ao médico e ela sai com uma receita no bolso. Se a prefeitura tiver hospital que tenha remédio, a pessoa sai com remédio. Mas muita gente fica com a receita no bolso, porque não tem dinheiro para comprar e, assim, morre. Disse-me o ministro da Saúde, outro dia, que 52% dos brasileiros não têm acesso a remédios.

Aos poucos, nós vamos tentando assumir essa tarefa de suprir essa deficiência de uma parcela significativa da sociedade, que não tem acesso a remédios.



O futuro da vida, no Brasil, depende do que fizermos hoje. Depende do que planejarmos para amanhã. Depende do que ousarmos querer para o nosso país, para os nossos filhos e para os nossos netos, nas próximas décadas.

Nós temos o compromisso de fazer a nossa parte. E tenho certeza de que estamos começando a fazê-la, quando assinamos esse protocolo entre o governo do estado e o Butantã. Eu acho que nós estamos começando.

E pode ficar certo disso, ministro Humberto Costa: se há uma coisa que vai dar alegria ao povo brasileiro, será a política de Saúde a ser desenvolvida nesses próximos quatro anos.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

/rss/cms/mcpro



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da
XI Feicon – Feira Internacional da Indústria da Construção**

Parque Anhembi, São Paulo – SP, 08 de abril de 2003

Ninguém precisa ficar preocupado, porque eu não vou ler todas essas folhas que estão aqui. Eu acho que, quando nós participamos da inauguração, da instalação de uma feira, temos apenas que desejar que esta tenha êxito e que todos os que aqui estão, apresentando seus produtos, possam ter sucesso.

Eu quero cumprimentar o governador do estado, Geraldo Alckmin. Aliás, ultimamente, estamos mais juntos do que já estivemos nos 57 anos de vida que eu tenho.

Quero cumprimentar o ministro Luiz Fernando Furlan, esse companheiro a quem eu disse, quando convidei para ser Ministro, que só queria uma coisa: ele teria que se transformar num mascote brasileiro, vendendo no exterior as boas coisas que o Brasil produz. E até agora ele tem tido um sucesso acima da expectativa que eu mesmo tinha.

Quero cumprimentar o ministro Olívio Dutra, que assumiu o Ministério das Cidades. O Ministério das Cidades é um compromisso histórico de muita gente da sociedade brasileira que lida na área habitacional, que lida no movimento social. Por isso, quando tomamos posse, a primeira coisa que fizemos foi criar o Ministério das Cidades e colocar à sua frente um homem que tinha dirigido uma das mais importantes cidades do país, Porto Alegre.

Quero cumprimentar a companheira e prefeita Marta Suplicy, que ainda hoje, pela manhã, eu vi na televisão numa boa briga com os empresários de ônibus. Quero aproveitar para dizer de público: companheira Marta, não ceda. Não ceda porque determinados empresários do setor de transporte coletivo precisam aprender a tratar com respeito o poder público e, sobretudo, o usuário. Não é possível que as pessoas não respeitem aqueles que pagam a passagem.



Quero cumprimentar o nosso amigo Caio de Alcântara Machado. O Caio está em todas. E eu espero, Caio, que tantas vezes eu vier aqui, você esteja presente para que a gente possa, cada vez mais, acreditar que esse Anhembi pode se transformar numa fotografia viva do Brasil que nós estamos construindo.

Quero agradecer aos empresários e aos jornalistas aqui presentes. Quero agradecer a todos os expositores e às mulheres e homens aqui presentes. E dizer para vocês que as coisas acontecem de acordo com a disposição política e a determinação das pessoas que podem fazer as coisas acontecerem.

Eu tenho um amigo, prefeito de uma pequena cidade do interior de São Paulo, com 5 mil habitantes. Quando fui visitar a sua prefeitura, perguntei a ele por que tinha ganho as eleições, qual o milagre. E ele me disse: “Companheiro Lula, o homem tem que ser do tamanho do seu sonho. Se ele sonha pequeno, as coisas acontecem pequenas para ele, mas se ele sonha grande, as coisas acontecem também grandes para ele.” E o Brasil, pela sua importância continental, pela sua boa base intelectual, pela sua boa base empresarial, pela índole extraordinária do nosso povo, não tem o direito de pensar pequeno, em nenhum momento. Nós seremos respeitados aqui e lá fora, se, em primeiro lugar, nos respeitarmos. Se nós não nos respeitarmos enquanto sociedade, enquanto classe trabalhadora, enquanto classe produtora, não serão os outros que tomarão a iniciativa de nos respeitar.

Vocês sabem, quando nós tomamos posse, no dia 1º de janeiro, a situação do Brasil, da qual muita gente dizia: “A situação do Brasil não vai ter jeito, o dólar não pára de subir, o risco-Brasil não pára de subir, a inflação vai voltar a crescer.” Hoje, já tem até gente achando que o dólar precisa parar de cair.

O risco-Brasil, que chegou a 2.400, já caiu para 900, e a inflação nós vamos controlá-la. Por quê? Porque, para nós, o Brasil que queremos construir é o país do crescimento econômico, da geração de empregos e da distribuição de renda. Eu venho dizendo uma coisa, antes, durante e depois das eleições: nenhuma economia do mundo vai para frente se as taxas de juros, pagas pelo Governo, pelos seus títulos, forem maiores do que as taxas de lucro de uma empresa através da



produção. Esse é um objetivo que o Governo busca e podem ficar certos de que não está longe o momento de vocês verem a inflação controlada, os juros caindo, o dinheiro para financiar nossas exportações sendo depositado corretamente e este país voltando a acreditar nele enquanto nação livre e soberana. O Brasil não é um país que deva ser tratado como qualquer outro, nós temos que nos dar importância, e a nossa indústria da construção civil não deve nada a nenhuma indústria de nenhum lugar do mundo pela sua competência na engenharia, pela capacidade que nós temos de produzir.

Portanto, nós temos que levantar a cabeça. Nós estamos fazendo a nossa parte. Numa reunião em que eu estive com mais de dois mil prefeitos, anunciei a liberação, pela Caixa Econômica Federal, de 1 bilhão e 400 milhões de reais para o setor da construção civil.

O Ministério das Cidades está discutindo não apenas com a Caixa, mas com todos os setores que podem ajudar a financiar, como retomar a construção de casas no nosso país. E vocês sabem que a construção pode dinamizar os setores que produzem para as habitações brasileiras, e isso requer disposição política, isso requer vontade. O que nós não poderemos mais ficar assistindo é ao crescimento espreado da miséria no nosso país.

Cheguei a Santos em 1952 e a São Paulo em 1956. São Paulo tinha a favela da Vila Prudente e a favela do Ipiranga, favela da Vergueiro, a famosa favela da Vergueiro, que hoje virou um bairro de classe média alta.

Hoje, 20% da população de São Paulo mora em favelas, 28% da população de Belo Horizonte mora em favelas, quase 50% da população de Belém mora em favelas, 33% da população de Salvador mora em favelas e nós sabemos: se continuarmos a permitir que as favelas cresçam neste país, menos cerâmicas, menos azulejos, menos torneiras, menos produtos as pessoas vão poder comprar.

Então, cabe ao Estado brasileiro, em parceria com os governos estaduais e municipais, ser o indutor para que a construção civil tenha, efetivamente, o espaço que precisa para gerar os empregos que nós queremos e precisamos.



De minha parte, quero dizer a vocês que a minha obsessão é gerar empregos neste país, da mesma forma que a construção civil é, possivelmente, um dos principais geradores de empregos, de uma mão-de-obra que não precisa ser tão qualificada, mas de gente que pode aprender com mais facilidade e que pode ter a sua iniciação profissional. Eu quero dizer a vocês, expositores desta Feira que, se depender da disposição, da vontade política do governo federal, não tenho dúvida de que não vão faltar acordos, regras e financiamentos para a gente fazer a construção civil ser a grande geradora do desenvolvimento que nós precisamos.

Vou terminar dizendo a vocês que algumas coisas absurdas acontecem no Brasil. Esses dias, o ministro dos Transportes pediu-me uma audiência para mostrar 100 obras que faltam menos de 30% para ser concluídas. Algumas faltam 3% e estão paralisadas há seis, sete, oito anos, algumas há 12 anos. E eu quero dizer que, dentro das possibilidades dos recursos que nós temos, nenhuma obra começada vai ficar paralisada porque foi iniciada em outro Governo. Esse tem sido um dos males do Brasil. Cada governante quer fazer a sua marca, quer fazer a sua estrada, quer fazer a sua ponte, o seu viaduto, sem se importar com quem vai pagar.

Nós vamos retomar todas as obras que estão em andamento, porque não é possível que não sejamos responsáveis por este país. Não é possível. Um país que, ao longo de 50 anos, construiu a malha viária que o Brasil construiu e, de uns tempos para cá, não teve sequer competência para fazer manutenção nela. Você pode até não fazer uma nova, mas não pode deixar o que existe estragar com facilidade. Nós sabemos que, se quisermos controlar nossas estradas, não precisamos encarecer seu preço, precisamos colocar balanças para evitar que caminhões andem com o dobro da carga que as estradas suportam. É preciso ter seriedade no trato da administração pública.

Por isso, meus amigos e minhas amigas, eu quero que vocês saibam que têm mais do que um Governo, vocês têm um parceiro. Nós vamos fazer a nossa parte e eu tenho a certeza de que vocês farão a parte de vocês.

Obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento de Programa de Regularização Fundiária em Favelas

Memorial da América Latina, São Paulo – SP, 08 de abril de 2003

Quero cumprimentar a companheira prefeita Marta Suplicy, e a todos os companheiros da Mesa, os secretários, os ministros e os nossos visitantes.

Quero dizer a vocês que eu estava ouvindo a Marta falar, ouvindo os números que ela citou, aqui, e a minha memória começou a viajar. Eu não nasci Presidente da República, eu estou Presidente da República. Eu morei muito tempo na Vila Carioca, aqui, em São Paulo. E a Vila Carioca era famosa pelas enchentes. Eu trabalhava no Armazém Colúmbia, na Presidente Wilson e morava numa travessa da Ouro Verde com a Vemag. Chovia, eu ia trabalhar e não conseguia entrar, porque o Armazém se enchia de água.

Depois, em 1962, eu pensei que ia melhorar de vida e mudei para Ponte Preta, divisa com São Caetano. Fui morar num lugar com umas casinhas bonitas, do BNH. Era a casinha mais nova em que eu já tinha morado na vida. Era uma casinha geminada, bonita mesmo. Só que eu não me dei conta de que ela ficava abaixo do nível do Rio Tamanduateí. Conclusão: no primeiro ano, 80 centímetros de água dentro de casa; no segundo ano, 1 metro e 30 de água dentro de casa.

Eu pensei que ia melhorar, porque meu irmão, Frei Chico, foi para Pernambuco, ganhou um prêmio num bingo e voltou para São Paulo. Compramos uma casa na Vila São José, em São Caetano, do outro lado da Ponte Preta. Só que não havia asfalto, o terreno era um pouquinho mais alto. Falei: “Bom, agora vou morar num lugar que não tem enchente”. No primeiro ano em que mudei, 1 metro e meio de água dentro de casa.

Qual o problema? É que, quando se tem 20 anos de idade, isso não é muito problema para a gente. Porque eu, por exemplo, quando ocorria enchente, às vezes acordava às 11 horas, à meia noite, à 1 hora da manhã, com água molhando os



calcanhares, baratas disputando espaço com ratos. A nossa preocupação era evitar que os móveis se estragassem. Pena que eu não tinha muitos. Nem televisão e geladeira eu tinha. Mas a gente tinha que levantar cama, guarda-roupa, sair com a minha mãe, com 60 anos, carregando-a no colo, para não deixar a querida velhinha sofrer mais.

E, depois, como a gente era moleque, até gostava daquele movimento, porque ia todo mundo para um clube chamado Ponte Preta e, lá, a gente transformava o sofrimento numa festa. Nós, os mais novos, dançávamos, brincávamos, jogávamos pingue-pongue. Os mais velhos ficavam lamentando a má sorte.

Mas, eu ainda saía, a gente tinha um grupo de companheiros, que pegava câmaras de pneus de caminhão, enchia, e saía, visitando casa por casa, para ver se tinha alguém para a gente ajudar: para levantar geladeira, para levantar fogão, para tirar pessoas idosas. Ou seja, nós conseguíamos transformar aquele sofrimento numa festa, para quem tinha 20 anos.

Mas eu sei o que sofriam as pessoas. A cada chuva, a gente colocava uma madeira a mais no batente da porta, colocava um caminhão de terra a mais. E a cada chuva que vinha a gente aumentava mais a terra. A prefeitura não dava nada. Eu lembro que uma vez a prefeitura de São Caetano, muito bondosa, deu uns colchões de capim para a gente. Como pobre está habituado à teoria de que é melhor pingar do que secar, entre dormir no chão gelado e num colchão de capim, o colchão de capim virou uma coisa fantástica.

Eu estou dizendo isso, para que vocês saibam exatamente que eu sinto o que muita gente sente hoje. Eu, quando vejo na televisão a imagem de uma enchente, me lembro do passado. Hoje, as enchentes acontecem nos lugares que têm asfalto. No meu tempo não havia asfalto. Eu morei no Parque Bristol. Quem conhece? Morei na Rua Verão, nº 10. Eu descia a rua da padaria. Quando chovia, a gente se sujava. De casa para o ponto de ônibus a gente já chegava sujo, tal era o barro vermelho. Não havia guia, não havia sarjeta, não havia um metro de espaço para se pisar. Por



isso é que eu digo sempre: quem nasceu no tempo do asfalto não sabe o valor de uma simples guia. Não sabe a alegria que se sentia, quando a prefeitura deixou colocar a guia e a sarjeta para a gente passar, dando trombada, mas sem pisar no barro.

Qual é o compromisso que nós temos? O nosso compromisso não é um compromisso eleitoral. Eu não nasci na eleição. A eleição foi a consequência de um processo de vida que vem de muitos e muitos anos. Vocês têm tanta importância para a minha eleição, ou mais, do que eu mesmo.

Por que temos a responsabilidade de não falharmos com vocês? É porque se falharmos não estaremos negando apenas um mandato, estaremos negando uma história de vida em que nós acreditamos durante tantos anos. Quanto sofrimento cada um aqui já passou acreditando que alguma coisa melhor pudesse acontecer.

Nós fizemos com a comunidade o Projeto Moradia. Depois fomos agraciados com a aprovação, na Câmara Federal, do Estatuto das Cidades. Depois tomamos posse e eu criei o Ministério das Cidades. E agora nós estamos começando a trabalhar. Estamos colocando as coisas no lugar. O Ministério nem existia. Ele foi criado agora. Faz poucos dias que completamos a estrutura do Ministério. E, agora, precisamos “arrumar a casa”, no que diz respeito ao dinheiro para a gente poder fazer o que tem que ser feito.

Mas já fizemos algumas coisas importantes. Eu anunciei, no encontro com os prefeitos, a liberação de 1 bilhão e 400 milhões de reais para investimento em saneamento básico.

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, sabe da definição das minhas prioridades. Eu tenho dito aos meus companheiros sobre a minha preocupação com o déficit habitacional.

Eu disse ao companheiro ministro Guido Mantega que o IPEA e o IBGE vão ter que fazer pesquisas para a gente trabalhar com números mais corretos neste país, para termos dados mais confiáveis. Às vezes, nós trabalhamos com números de 1990, 1995. É preciso atualizar para que possamos ter os dados corretos. Mas



vamos atualizar. Eu tenho dito para os companheiros: se a gente não pode fazer tudo, temos que cuidar de quem está pior, ou seja, vamos acabar com as palafitas neste país. A palafita é um processo de degradação da moradia, porque quem mora numa favela ainda está com o pé no chão, mesmo que seja um barranco. Mas quem mora numa palafita está em cima da água.

Eu tive oportunidade de ir à Bahia e ver uma mulher que tinha caído da palafita. Estava com uma estaca de mangue enfiada na barriga. Essa estaca matou o filho dela. E essa mulher estava lá, quase aleijada. Nós não podemos deixar as pessoas morando assim.

Depois, nós temos que atacar a questão de quem mora nas encostas, quem mora em áreas de risco. Não é possível. As pessoas, às vezes, moram em lugares que elas sabem que são inadequados, mas não têm recursos. Vocês viram aquele companheiro que perdeu seis filhos em Belo Horizonte, morando numa encosta. Depois do drama que aquele homem passou, soube-se que ele tinha recebido uma casa da Prefeitura, mas havia vendido. É por isso que cada vez fica mais evidente que os documentos devem ser entregues para as mulheres, para as mães, que agem com mais responsabilidade. Nós, homens, precisamos nos curvar. A mulher tem mais responsabilidade de que nós no trato da própria família, e dos próprios bens.

Então, nós vamos ter que começar a cuidar de quem está pior, porque o cidadão que não tem uma casa, mas ainda pode pagar um aluguel, este ainda pode esperar um mês, dois meses, três meses. Mas outros não têm nada e não ganham para pagar. Se a prestação for 20 reais, não podem pagar. Esses cidadãos também têm o direito de morar. Eles não podem ficar na rua. E o Estado é que tem que dar condições para essas pessoas morarem. Não tem jeito. Se o Estado tem dinheiro para financiar grandes grupos econômicos, que eu acho que tem que financiar quando precisa gerar empregos, nós temos que ter dinheiro para financiar a habitação para as pessoas que não podem pagar. Isso não é nenhum crime, não é nenhum erro, é uma necessidade de cumprir o que está na Bíblia, na Constituição,



na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na ética que permeia a nossa ação política desde que nós começamos a fazer política.

Eu quero, Marta, lhe dar os parabéns, porque sei o significado de uma pessoa receber um papel e passar a ter residência fixa, passar a ter conta de luz, conta de água. Às vezes não pode nem pagar, mas só de ter já é uma coisa fantástica. Isso chama-se cidadania. Cidadania é a pessoa dizer: “Eu moro em tal lugar”. Eu descii um morro, em São Bernardo, esses dias, com o Vicentinho. No dia em que algum prefeito, lá, colocar um paralelepípedo, não sabe o bem que vai estar fazendo para esse povo.

Eu acho que nós temos que ter em conta que a ocupação desordenada da cidade é uma conjunção de vários fatores, Olívio. Eu sobrevoei de helicóptero a cidade de São Paulo, com a Marta, antes de ela ser eleita prefeita. Se eu pudesse, um dia, levar todo mundo de helicóptero para ver essa cidade de cima!

Esta cidade foi ocupada de forma desordenada. E eu diria que muita gente foi induzida, por irresponsáveis, a ocupar sem saber o mal que ia sofrer logo em seguida. Porque, se a gente tiver condições de acompanhar as ocupações, a gente tem condições de evitar que males maiores aconteçam. Não há mais terreno para se comprar, na Grande São Paulo.

Então, ocupa-se área de manancial, encosta de morro. Porque ninguém dá alternativa. Antigamente, a gente comprava um terreninho, hoje não tem mais.

Marta, o fato de você levar para esses lugares, escola de qualidade e cultura, vai mudar a vida dessa gente. Porque, na hora em que as pessoas começam a perceber que têm chance, que esse sonho pode ser realizado, as coisas vão acontecendo.

Eu quero que vocês saibam o seguinte: o passo que a prefeitura de São Paulo está dando, hoje, é um passo muito significativo. Muito! Eu espero que a gente consiga fazer isso em outras áreas do Brasil, porque eu já não agüento mais: toda vez que chove, Petrópolis tem desmoronamento. No entanto, nós sabemos que temos que cuidar disso antes das chuvas. Nós sabemos onde há áreas de risco e



precisamos atacar antes.

Companheira Marta, eu disse ontem, lá no Instituto Butantã, e vou repetir agora, e eu quero pedir perdão a quem não for de São Paulo: todo e qualquer dinheiro que o governo federal investir em São Paulo, não estará favorecendo apenas a cidade, porque São Paulo é uma cidade nacional e mundial. Porque, pela cara, eu estou vendo: temos muitos nordestinos, aqui, em São Paulo. Temos também japoneses, italianos, espanhóis, portugueses e até pernambucanos.

Então, Marta, pode ficar certa, tudo o que pudermos fazer para ajudar esse povo de São Paulo a ter um pouco mais de dignidade na sua vida, nós não mediremos esforços. Vamos fazer, para todo o Brasil. Mas eu acho que São Paulo não pode, pelo que representa para o Brasil, ser penalizada pela sua grandeza. Eu acho que todos nós, brasileiros, mesmo os que nunca vieram a esta cidade, temos uma dívida de gratidão para com o que São Paulo fez por este país.

Marta, eu acho que esse povo é agradecido pelo que você está fazendo. Não fique preocupada com a questão dos transportes, não. Você só não tem que ceder. Empresário mau caráter tem que ser banido do transporte urbano de São Paulo. Não pode ficar.

Nós estamos preparados para lidar com empresários, para fazer reuniões, debates, para ganhar e para perder, e para fazer concessões. Agora, o que nós não queremos é negociar com gente que age como bandido com o povo, sem respeito ao povo. Então, saiba que, além do apoio do Ministério das Cidades, você tem o apoio e a solidariedade do Presidente da República.

Muito obrigado.

/mcpro/rsm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia relativa à Articulação no Semi-Árido – ASA

Palácio do Planalto, 09 de abril de 2003

Vou, primeiro, cumprimentar os meus ministros Ciro Gomes e Francisco Graziano. Meus companheiros Carlos Lessa, presidente do BNDES, e o Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal; os companheiros e as companheiras do movimento excepcional, chamado ASA; os meus amigos da Febraban e dizer algumas palavras para vocês.

A seca causada pela falta de chuva precisa ser tratada como um fenômeno da natureza. Já a fome e a miséria, advindas da falta de chuva, são irresponsabilidade dos governantes do nosso país.

No Brasil, habitualmente, trata-se a questão da seca com um uso político muito forte. Eu sou pernambucano, nascido em Garanhuns, e voltei lá, depois de quase 30 anos que estava fora de Pernambuco. Quando voltei à minha terra, os meus parentes que moravam lá estavam, ainda, do mesmo jeito de 30 anos atrás. E os discursos dos meus parentes eram os mesmos que a minha mãe fazia, quando eu tinha sete anos de idade e morava lá.

Então, muitas vezes utilizou-se a fome, a seca e a miséria do Nordeste como um instrumento de perpetuação de uma determinada casta da sociedade, historicamente no poder. Obviamente, há pessoas que não concordam com isso. Mas esse é um dado muito concreto e objetivo.

Eu acho que o problema da seca no Nordeste não tem que ser combatido, como dizem alguns. Eu, de vez em quando, vejo, na televisão, alguém dizer: “Nós precisamos combater a seca.” Imaginem se nós, todo ano, ouvíssemos o Primeiro-Ministro do Canadá dizer: “Nós temos que combater a neve.”

Ou seja, você não faz política de combate à Natureza. Você faz política de convivência com ela, respeitando o ciclo em que ela é mais dura com você, mas



tirando proveito dos momentos de bonança que a natureza lhe oferece.

Tanto o semi-árido nordestino é um lugar possível de se viver, pois as pessoas moram lá há centenas de anos. E muitos só saem porque não têm condições de ficar, porque, se tivessem um mínimo de possibilidade, ficariam.

Uma entidade como a ASA consegue juntar, em torno de um objetivo comum, outras 700 entidades; consegue sair pelo Brasil, convencendo as pessoas de que é preciso que a gente lhes dê uma oportunidade. Diferentemente do que estamos habituados, no Brasil, a ASA não está pedindo cesta básica, não está pedindo nenhum “vale”, está pedindo apenas ajuda para que possa fazer uma mini-reforma estrutural na captação de água no Nordeste e, a partir dali, as pessoas terem um mínimo para sobreviver com dignidade. Pelo menos ter a água para beber. Sei que vocês percebem que muda a qualidade.

Eu, um dia desses, Ciro, estava em Cabedelo, na Paraíba, e tinha um encontro com os trabalhadores rurais, Manoel Serra, e um deles falava assim para mim: “Lula, sabe o que está acontecendo aqui, na nossa região? O povo está acostumado a receber muita coisa de favor. Antigamente, quando chovia, o povo logo corria para plantar o seu feijão, o seu milho, a sua macaxeira, porque ele sabia que ia colher, alguns meses depois. E, agora, tem gente que já não quer mais isso porque fica esperando o “vale-isso”, o “vale-aquilo”, as coisas que o Governo criou para dar para as pessoas.”

Acho que isso não contribui com as reformas estruturais que o Brasil precisa ter para que as pessoas possam viver condignamente, às custas do seu trabalho. Eu sempre disse que não há nada mais digno para um homem e para uma mulher do que levantar de manhã, trabalhar e, no final do mês ou no final da colheita, poder comer às custas do seu trabalho, às custas daquilo que produziu, às custas daquilo que plantou. Isso é o que dá dignidade. Isso é o que faz as pessoas andarem de cabeça erguida. Isso é o que faz as pessoas aprenderem a escolher melhor quem é seu candidato a vereador, a prefeito, a deputado, a senador, a governador, a Presidente da República. Isso é o que motiva as pessoas a quererem aprender um



pouco mais.

No Brasil, precisamos adotar políticas que signifiquem mudanças estruturais na vida da sociedade brasileira. Quando venho a uma reunião como esta e a Febraban resolve me entregar um documento onde assume o compromisso de começar com um plano-piloto de 10 mil cisternas, parece pouco. E, se for olhar para 1 milhão, que é o que o movimento está reivindicando, nós ainda estamos muito, mas muito longe de conseguir isso. Mas quem é que imaginava, há dois meses, que a Febraban viria, hoje, aqui, dizer que vai começar com um plano-piloto de 10 mil cisternas? Ninguém. Se eu falasse para você, Paulo Rubens, certamente você falaria: “A Febraban não vai fazer isso.” Se eu falasse para o Jorge Mattoso, certamente ele falaria: “A Febraban não vai fazer isso.” O Frei Betto, então, falaria para mim: “Imagine se a Febraban vai fazer cisterna! Vai lá ver se consegue captar o recursinho, se é que existe, para depositar nos bancos.”

O que estamos vendo aqui é que, aos poucos, nós estamos constituindo um outro padrão de relacionamento na sociedade brasileira. Ninguém é 100% bom, mas também ninguém é 100% mau. Não há nenhum ser humano ou nenhuma entidade que não tenha um lado que a gente possa acordar, tirar proveito e utilizar para o bem da sociedade.

Acredito que esse gesto da Febraban pode despertar outros setores, para que a gente possa fazer com que a sociedade brasileira saiba que não será o Governo brasileiro o único a resolver o acúmulo histórico de problemas sociais deste país. É humanamente impossível imaginar que, depois de retardarmos durante décadas que alguma coisa acontecesse no Brasil, possamos, com um toque de mágica, resolver tudo numa hora só, sem envolvimento da sociedade.

Eu confesso a vocês que, para infelicidade de alguns, que gostariam que o Governo não tivesse dando certo, a colaboração da sociedade tem sido acima daquilo que o mais otimista do meu Governo acreditava que ela teria para conosco. Não houve, até agora, uma única reunião com qualquer segmento da sociedade em que nós reivindicássemos alguma coisa e que esse segmento não tivesse



disposição para dizer: “Eu vou dar a minha contribuição.”

Acho que, desse jeito, a gente vai criando uma consciência na sociedade de que a solução de parte de nossos problemas é muito mais do que a ação de um Governo. É uma ação de homens e mulheres que acreditam neste país, que vivem neste país e que sabem que não é normal as pessoas passarem as privações que passam morando nas regiões do semi-árido brasileiro.

E pasmem: eu saí do Nordeste com sete anos de idade, estou com 57, portanto, faz 50 anos. As razões pelas quais eu deixei o Nordeste, além da minha mãe querer ir atrás do “seu Aristides”, em São Paulo, eram por conta da seca. Ainda hoje, em vários lugares onde vamos, mesmo na região em que eu morei, as pessoas ainda reclamam da seca como minha mãe reclamava. Naquele tempo, não havia caminhão-pipa, era “jegue-pipa”. É verdade. Uma vez, eu caí de um jumento, buscando água num açude. Quando você chegava em casa, colocava aquela água com caramujo num pote, deixava assentar. Depois que assentava, pegava uma canequinha e colocava num outro pote e, aí, bebia. A gente não tinha nem orientação de que podia ferver a água, o que melhoraria para a gente. Por isso é que era tudo barrigudinho, parecia um sabiazinho – perninha fininha e barriga bem grande. O que bebia de caramujo... E ainda hoje muitos lugares são assim.

É importante ter claro que o problema do Nordeste, também, não é só seca. Seca é um dos problemas. Tem o problema da cerca, ou seja, da concentração de terra no Nordeste, que ainda é muito grande. Eu, por exemplo, fui à barragem, lá em Serra Talhada, que foi inaugurada em 1996, já faz oito anos, e não deve ter um pé de urtiga irrigado até agora. Porque não basta ter água, é preciso, energia, bomba, ter quem se disponha a financiar esse processo de irrigação. Da mesma forma que, muitas vezes, em São Paulo, a gente vê com muita facilidade as pessoas falarem: O subsolo do Nordeste é tão rico em água que é só cavar poço que vai dar água em tudo quanto é lugar”. Também não é verdade. Muitas vezes se cava um poço e a água é totalmente salobra, não dá para beber. Muitas vezes, não se acha nada.

De vez em quando, dá uma febre do pessoal de São Paulo falar que a



solução do problema do Nordeste é cavar poço. Um amigo meu tinha um programa de televisão e começou a fazer propaganda: “vamos cavar poço”. Eu procurei esse rapaz e disse: “Olhe, não enverede por este caminho, porque você não vai encontrar a água que você pensa que tem.” Para a pessoa sobreviver bebendo, você pode cavar um poço. Agora, para irrigar, você precisa de outros componentes, mais investimentos. É preciso que o Estado tenha um papel importante, e os bancos de desenvolvimento tenham dinheiro para fazer isso. É preciso essas pessoas serem organizadas. Além de ter a cisterna, é preciso que a gente dê um mínimo de organicidade produtiva para que essas pessoas possam produzir um pouco mais, um pouco melhor, para que possam se organizar em cooperativas. Ou seja, nós estamos começando um novo ciclo.

Eu estou vendo, num papel, aqui, que o ministro da Segurança Alimentar vai anunciar, também, que o Ministério – além das 10 mil da Febraban – vai construir 15 mil cisternas. Já é um bom começo. Dez mais 15 são 25 mil, já estamos mais perto de 1 milhão do que os companheiros e as companheiras da ASA pretendem que a gente tenha no Brasil.

Eu quero dizer a todos vocês que espero que este pequeno ato que nós estamos realizando nesta tarde de hoje possa ter a dimensão que eu acredito que terá no Brasil, ou seja, despertar na consciência de outros milhões de brasileiros que podem contribuir, e que muitas vezes não contribuem até porque não sabem que a gente está aqui fazendo isso, nem sabem que a ASA existe, nem sabem que a seca no Nordeste é o que é. Eu espero que essas pessoas passem a ter o gesto que teve a Febraban, hoje. Eu espero, meu companheiro Graziano, que o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome possa, a cada dia, começar a compreender que nós, do Governo, temos responsabilidade. Nós, também, não podemos ficar só pedindo para a sociedade ajudar sem que o Governo faça a sua parte.

Quero, ainda, que os meus companheiros da ASA saibam que, se depender da minha disposição política e da minha vontade, do meu compromisso, acho que



nós vamos conseguir este 1 milhão de cisternas muito antes do que vocês estão esperando.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento da Conferência Nacional das Cidades

Palácio do Planalto, 09 de abril de 2003

Excelentíssimo senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional,
Excelentíssimo ministro das Cidades, companheiro Olívio Dutra,
Excelentíssima deputada Maria do Carmo Lara, presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, da Câmara dos Deputados,

Meu caro companheiro Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,

Meus companheiros ministros e ministras de Estado,

Meus companheiros deputados e deputadas aqui presentes,

Meus companheiros prefeitos e prefeitas de várias cidades do Brasil, presentes neste ato,

Meus companheiros e companheiras representantes das entidades que compõem a Comissão Executiva da Conferência das Cidades,

Minhas companheiras e meus companheiros,

Quando cheguei aqui, encontrei uma comissão de recepção, cada um com a bandeira do estado que representava. Eu tive exata noção do quanto já viajei neste país. Porque eu conhecia, um por um, os companheiros dos estados que estavam ali na recepção. Eu estou vendo aqui, companheiros e companheiras de, pelo menos, 25 anos de trajetória e luta.

Eu estava comentando com o Olívio Dutra: eu estava ouvindo vocês gritarem que “trabalhador, unido, jamais será vencido” e me lembro quantas vezes tive que correr da polícia gritando essa palavra de ordem. E junto com muitos de vocês. Houve um dia em que me disseram que eu deveria me embrulhar na Bandeira Nacional, que não apanharia. Apanhei do mesmo jeito. Depois disseram que eu



tinha que aprender a cantar o Hino e quando eles viessem para cima, nós cantássemos o Hino do Soldado. Eu cantei, Sarney, mas não teve jeito. E o que nós estamos vendo aqui, hoje, é uma mudança excepcional na trajetória e na política do nosso país.

Quando nós começamos a dar os primeiros passos para elaborar a Constituição, para tentar criar uma consciência de urbanização neste país, não imaginávamos que, em tão pouco tempo – porque, para nós, pessoalmente, parece muito tempo, mas para a história do país é muito pouco tempo –, nós conseguíssemos, hoje, estar reunidos, no Palácio do Planalto. Não imaginávamos que as comissões das entidades dos movimentos populares, dos empresários e do Governo, que vão organizar as conferências municipais, mais ou menos no mês de agosto, as estaduais em setembro e a Conferência Nacional em outubro, pudessem estar aqui dentro.

Eu fico imaginando, da mesma forma, que tantas vezes nós sonhamos ganhar as eleições para Presidente, e fico imaginando quantas vezes vocês sonharam em entrar aqui no Palácio do Planalto. Isso não é pouco. Eu me lembro quando, em 1994, fui à África do Sul ter um encontro com Mandela, e o que mais me chamou a atenção na visita ao Palácio de Governo, presidente Sarney, foram as mulheres e homens negros que, pela primeira vez, tinham conquistado o direito de chegar a um Palácio que tinha sido feito apenas para brancos. Isso parece pouco, mas se analisarmos a evolução histórica, o que nós estamos fazendo neste momento, é mais do que governar um país, é contribuir para uma mudança sem volta na história do nosso país.

Quando nós fizemos o programa de Moradia Popular, foi a primeira grande experiência do envolvimento de tantos segmentos da sociedade para elaborar um projeto.

Eu penso que poucas vezes na vida nós conseguimos um projeto com tanta unanimidade como conseguimos naquele, ou seja, dos moradores dos cortiços de São Paulo aos moradores das palafitas de Recife, do Maranhão ou Bahia, aos



moradores das favelas de qualquer lugar deste país, aos sem-teto do Brasil, aos empresários da construção civil, aos Creas do Brasil inteiro, houve uma unanimidade em torno daquele Projeto.

Depois nós conseguimos que o Congresso Nacional aprovasse o Estatuto das Cidades; depois, criamos o Ministério das Cidades, porque era preciso criar , e agora estamos dando, não ainda o passo definitivo, mas um passo muito importante, que é constituir um Conselho que vai contribuir para organizar as conferências. E vocês vão perceber que, a partir desse Conselho, as coisas ficarão mais fáceis.

O movimento social terá, aqui em Brasília, na porta de cada Ministério, um companheiro, um amigo pronto a atendê-lo quando ele quiser, e vale para o movimento social, para os empresários, e para todos os setores organizados da sociedade. Ninguém, em sã consciência, reclamará desse Governo por falta de diálogo. Aqui as pessoas serão ouvidas e, sobretudo, serão respeitadas, e o que falarem será levado muito a sério.

Acho importante esse pacto entre nós. Vivemos nas cidades, é nelas que moramos, trabalhamos, estudamos, nos divertimos e enfrentamos nossos problemas. É nas cidades também que encontramos muitas das soluções que procuramos. É por isso que sempre disse que não devemos poupar esforços para garantir, na prática, aquilo que a Constituição de 1988 nos assegura – o direito fundamental de morar com dignidade.

E isso não significa apenas construir casas, precisamos ter infra-estrutura, saúde, educação, transporte público de qualidade, espaços de lazer e cultura, áreas de convivência social, segurança pública, de que tanto necessitamos. Nós estamos aqui, neste evento, porque temos compromisso com esses objetivos. Vamos criar conselhos das cidades nos municípios, nos estados e em nível nacional. Com esses conselhos, prefeitos, governadores, governo federal e a sociedade civil organizada poderão definir, conjuntamente, as prioridades e o desenvolvimento planejado de nossas cidades.

É muito bom ver que o Ministério das Cidades tem buscado parcerias com



tanta gente interessada em dividir com o Governo a tarefa de mudar este país e transformar a vida das pessoas.

O ministro Olívio Dutra sabe da responsabilidade que tem com o Ministério das Cidades. Sabe o quanto é importante dialogar com os nossos prefeitos, e que só conseguiremos alcançar os nossos objetivos se tivermos claro que vivemos em uma Federação que devemos fortalecer.

Eu disse aos prefeitos que participaram da VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e repito agora: precisamos ter a convicção de que a relação do governo federal com os municípios mudou definitivamente. Hoje, temos, no Ministério das Cidades, um canal para que os prefeitos sejam ouvidos, mas também para que compartilhem conosco as soluções que encontraram. Vamos trabalhar em parceria e dividir nossas responsabilidades.

Desde o começo do ano tenho dito ao ministro Olívio Dutra que nós precisamos começar a fazer casas, dando prioridade para quem está morando em condições desumanas. E hoje, aproveitando a presença de todos vocês, que vieram participar desta Conferência, tenho o prazer de anunciar que vamos investir, durante este ano, 5 bilhões e 300 milhões de reais para financiar a construção, a compra e a reforma de moradias.

Esse dinheiro irá beneficiar 359 mil famílias das quais, 234 mil ganham até cinco salários mínimos. Somente no que diz respeito à produção, a meta para 2003 é iniciar a construção de 230 mil casas com infra-estrutura. Ao todo, 1 milhão e 400 mil pessoas serão beneficiadas. Acho que isso é um bom começo porque, além de tudo esse esforço vai gerar 507 mil novos empregos no nosso país.

Isso faz parte de uma série de iniciativas que estamos promovendo, para dar prioridade, na prática, aos problemas sociais brasileiros. O Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal estão trabalhando juntos para saldar dívidas sociais importantes que o Brasil tem com a nossa população, principalmente a população de baixa renda.

Sabemos que o Brasil precisa – para garantir a cada família o direito de morar



dignamente – de praticamente seis milhões de novas casas. Esse déficit é responsável pela existência das palafitas, feitas nas margens do rio Amazonas ou na costa do Recife, como as de Brasília Teimosa, que visitei recentemente. Esse déficit é responsável pelas quatro mil favelas que se espalham e crescem nos grandes centros urbanos do nosso país. É responsável ainda por termos apenas 80 cidades brasileiras com índice de desenvolvimento humano elevado, em um país com mais de cinco mil e 500 municípios.

Quem não conhece de perto essa situação, mas assistiu ao filme “Cidade de Deus”, sabe muito bem do que eu estou falando. Para reduzir esse déficit, é preciso dinheiro e vontade política. O dinheiro não é todo aquele que gostaríamos de ter, mas vontade política é o que não falta. Vamos, então, juntar criatividade a essa enorme vontade política, mesmo sabendo que as coisas não se resolvem do dia para a noite.

Até agora falei dos problemas dos centros urbanos, mas não é só neles que faltam casas, as áreas rurais também não possuem todas as moradias necessárias para garantir teto a cada um dos seus habitantes.

Por isso o Ministério das Cidades, em parceria com a Caixa Econômica Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, vai desenvolver um projeto-piloto de construção de moradias com infra-estrutura para aproximadamente 1.200 famílias que residem em 20 assentamentos rurais, em 17 estados do nosso país.

Além disso, o Ministério das Cidades vai assinar com o BID, um contrato de financiamento no valor de 167 milhões de dólares. Esse dinheiro será gasto na melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de serviço de esgoto em municípios de população entre 15 mil e 75 mil habitantes.

Segundo me informou o companheiro Olívio Dutra, e fiquei muito feliz com isso, o esforço irá beneficiar municípios do Vale do Jequitinhonha, que estão entre os mais necessitados do Brasil, além de outros municípios de outras regiões do país.

Para vocês terem uma idéia, no ano passado, a Caixa Econômica Federal



tinha contratado, para saneamento e infra-estrutura, 262 milhões de reais. No final do ano, ao fechar a contabilidade, só tinha sido gasto 19 milhões de reais, ou seja, muito pouco do acordado.

Com esse empréstimo do BID, ao qual me referi, com 1 bilhão e 400 milhões que a Caixa tem para gastar com saneamento, nós vamos retomar investimentos que garantam saneamento hoje e amanhã. Vocês sabem que 54 % das crianças brasileiras, na faixa de 0 a seis anos, vivem em residências sem saneamento adequado. Vocês acham aceitável guardar dinheiro em caixa quando a situação do nosso povo é tão crítica?

Eu quero dizer ao meu querido companheiro Mattoso, ao meu querido companheiro Olívio Dutra, que nenhum governo pode se dar ao luxo de chegar ao final do ano e não ter gasto o que tinha que gastar, o que já estava determinado no orçamento das instituições.

Afinal, uma coisa é gastar mais do que se arrecada, outra é não gastar o pouco que se tem em caixa, quando a população precisa disso para viver com um mínimo de condições dignas. Estou convencido de que estamos no rumo certo. Em pouco mais de três meses vocês já puderam perceber que o Brasil está sendo governado de forma diferente.

Essas medidas que anuncio hoje são mais um passo rumo às mudanças que vamos realizar neste país. Estamos no início de um processo que não será tão imediato quanto eu gostaria que fosse, mas que vai garantir melhores condições de vida para o nosso povo.

Eu disse ontem e quero repetir: nós estamos começando um processo, que é como se nós plantássemos uma árvore, os frutos não darão no mesmo dia. Mas se fizermos o que estamos fazendo aqui, plantar, adubar e regar, vocês podem ficar certos de que essa árvore que está sendo plantada hoje, aqui, vai dar os mais belos frutos que uma árvore frutífera já deu, em qualquer pomar da democracia neste país.

E vocês sabem que vão se constituir em Conselhos, não apenas para



reivindicar do Governo. Nós queremos mais do que isso, queremos que vocês ajudem a propor, que vocês exijam, e nos empurrem. Sabem porque é preciso empurrar? Porque a máquina é muito grande. A burocracia, às vezes, também é grande. Às vezes, uma coisa que poderia ser resolvida hoje, entre um papel daqui, um papel dali, um telefonema, demora semanas. E se vocês não estiverem cobrando, a gente até acha que já está resolvido. Muitas vezes, vocês vão até ver a gente de cara feia, porque vocês estão cobrando, mas não se importem com as nossas caras feias. Cobrem, que é um direito de vocês.

O mais importante geógrafo brasileiro, o nosso saudoso Milton Santos, dizia que, por mais poderosa que seja a globalização, as pessoas continuam a viver nos seus lugares e não no universo. Então, vamos cuidar do desenvolvimento das nossas cidades, porque é nelas que as transformações que almejamos irão, de fato, ocorrer.

Muito obrigado.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação dos novos Oficiais-Generais promovidos em 31 de março de 2003

Palácio do Planalto, 10 de abril de 2003

Minha querida companheira, Marisa Letícia Lula da Silva,
Meu companheiro de luta, vice-presidente da República, José Alencar,
Embaixador José Viegas, ministro da Defesa e senhora Érica,
General-de-Exército Jorge Armando Félix, ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional,
Meu companheiro Luiz Gushiken, ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica,
Almirante-de-Esquadra Roberto Guimarães Carvalho, comandante da Marinha e senhora Ângela Maria de Souza Carvalho,
General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do Exército e senhora Maria Antonina Pinto de Albuquerque,
Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica e senhora Sônia Maria Martins Bueno,
Senhores ministros dos Tribunais Superiores,
Senhores oficiais-generais,
Senhoras e senhores,

É com satisfação que, na qualidade de Comandante Supremo das Forças Armadas, recebo a apresentação dos novos oficiais-generais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Pela primeira vez, em meu Governo, assino essas promoções. Trata-se de um número expressivo de promovidos, significando uma grande renovação nos comandos.



Uma interessante coincidência para um Governo escolhido por significativa maioria da população, exatamente por sinalizar para o país com a perspectiva de renovação.

Vejo os senhores como profissionais dedicados. Todos com extensas folhas de serviços prestados às suas Organizações e com uma visão e um conhecimento de Brasil como poucos brasileiros têm. Por isso mesmo, capazes de dar valiosa contribuição para tornar este o país com que todos sonhamos.

Não há, nessas promoções, lugar para apadrinhamentos, nepotismo ou ingerência descabida. Os promovidos têm razão para concluir que seus nomes foram selecionados em função exclusivamente do reconhecimento de suas qualidades, por oficiais mais graduados e experientes.

Sabemos que são oriundos das mais diversas regiões do país e, também, de todas as classes sociais. E suas presenças, aqui, representam a característica das Forças Armadas de, democraticamente, oferecer oportunidades iguais para todos e de permitir, aos seus integrantes, ascensão profissional até os mais altos postos da carreira. Seja qual for a sua origem, raça ou credo religioso.

O Brasil vive um momento de fazer mudanças prometidas e, acima de tudo, desejadas. Com muito esforço, estamos superando dificuldades herdadas. Mas nossa decisão é de olhar para a frente. Devemos olhar para trás apenas para procurarmos enxergar e entender os erros passados e as suas causas. Sabemos o que queremos e onde ir.

Superar a miséria que nos envergonha como Nação; educar e preparar nossas crianças; gerar empregos e renda decente para o imenso contingente de jovens que chega anualmente ao mercado de trabalho; recuperar a infra-estrutura de transportes e ampliar a de energia; vencer a criminalidade e recuperar a função da família em nossa sociedade.

Há muito o que fazer. Não é um momento de esforço apenas do Governo, mas de toda a Nação. As Forças Armadas têm um importante papel a desempenhar nesse esforço para, acima de tudo, resgatar a auto-estima de nosso povo, dando-lhe



dignidade e condições de levar o Brasil a ocupar lugar de destaque entre os demais países.

Esse papel não se esgota no adestramento e na preparação para conflitos, mas vai muito além. A presença do soldado em todos os recantos do país, a excelente formação cultural e profissional e o sentimento de brasilidade que permeia todos os militares são ajuda indispensável ao Governo para atingir os seus fins. E vamos utilizar os seus serviços.

Assim aconteceu quando foram chamados a participar do esforço para enfrentar as inundações no Amapá. Assim aconteceu na luta para debelar os focos de incêndio em Roraima, quando a Força Aérea pôs aeronaves à disposição para transporte do pessoal de socorro. Efetivos militares uniram-se aos trabalhos no local e o Exército foi espontaneamente indicado para assumir a coordenação das operações. Assim também aconteceu quando prestaram apoio emergencial à garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro. E assim está ocorrendo agora, quando a Marinha contribui para minimizar as conseqüências do lamentável episódio de poluição marítima que presenciamos. E outras ações já estão se desenvolvendo, entre as quais destaco o apoio das Forças Armadas à execução do programa Fome Zero.

No plano internacional, tem sido fundamental o respaldo das Forças Armadas. Disso depende a inserção soberana do Brasil no concerto das Nações, professando respeito aos princípios e normas do Direito Internacional – a auto-determinação dos povos, a não-intervenção, a solução pacífica dos conflitos, sob a égide dos organismos internacionais e do direito de auto-defesa.

Nossa disposição é de contribuir decisivamente para fortalecer a integração com os países latino-americanos, de modo a fazer de nossa região um espaço identificado pela colaboração e pela paz.

É claro que há a necessidade de recursos para as atividades rotineiras, para as emergências e para o reequipamento das Forças Armadas, que não devem ser maiores do que a necessidade e a capacidade do país, mas também não podem e



não devem ser menores, sob pena dos riscos à nossa soberania.

Sabemos todos as dificuldades que temos de enfrentar, e estamos enfrentando, para relançar a economia brasileira sobre bases responsáveis e verdadeiramente capazes de conduzir à superação da exclusão social, os sacrifícios que a situação econômica impõe ao Orçamento Público e a herança que recebemos de falta de atualização dos nossos equipamentos de defesa, em alguns casos, em níveis próximos à obsolescência.

Senhores oficiais-generais, o meu Governo tem a firme determinação de valorizar as Forças Armadas. Ao cumprimentá-los pela promoção e por seu significado de vitória pessoal, cumprimento e estendo aos familiares, co-responsáveis pelo seu sucesso.

Lembro, também, que essa promoção traz consigo um acréscimo de responsabilidade e espero que usem com toda prudência e sabedoria a autoridade que lhes é concedida. E que, a par da manutenção de belas tradições que o passado registra, sejam efetivamente almirantes, generais e brigadeiros de um novo tempo.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj/vpm



Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

Palácio do Planalto, 10 de abril de 2003

Eu vou começar cumprimentando os membros do Conselho. Essa discussão que vocês estão fazendo hoje sobre a Previdência Social é um segundo passo importante no compromisso que estamos assumindo com a sociedade brasileira.

Nós vamos ter uma reunião no próximo dia 16 com os governadores dos 27 estados, e pretendemos, nessa reunião, discutir a forma final, tanto do projeto de política tributária, quanto do projeto da política de reforma da Previdência Social.

Se isso for possível, certamente, no próprio dia 16 ou 17 – vai depender muito da reunião com os governadores – nós, então, teremos condições de levar à Câmara dos Deputados os dois projetos de reforma. E isso possibilitaria que, cumprindo todo o ritual do Congresso Nacional, nós pudéssemos, quem sabe, entre agosto e setembro, ter as reformas votadas. Obviamente, o Congresso tem o ritmo próprio.

E precisamos articular com o Congresso Nacional para que o assunto seja debatido de forma que nós votemos, ainda este ano, essas reformas, porque temos outras para serem discutidas no Congresso Nacional, que passam pela reforma política, pela estrutura sindical, pela questão trabalhista. E tudo que a gente puder fazer no primeiro e no segundo ano de Governo será muito mais fácil de nós aprovarmos. Se deixarmos para próximo do ano a discussão do processo eleitoral de 2006, cada um aqui já tem experiência suficiente para saber que nós não faremos mais as reformas.

Uma coisa que nós conseguimos na política tributária – e eu espero que a gente consiga na política da Previdência Social – foi passar a idéia que o objetivo dessas reformas não é prejudicar quem quer que seja. O objetivo da reforma tributária é dar condições para o país fazer uma política tributária justa, que



desonere a produção, que possa tornar o nosso país mais competitivo nesse mundo globalizado e que faça pagar mais imposto quem ganha mais, para que a gente possa fazer política social para quem ganha menos ou não ganha nada. E eu sei da discussão que vocês fizeram aqui.

Na política tributária, também, nós queremos fazer a reforma, não para prejudicar quem quer que seja. O que nós queremos é fazer justiça social neste país. Queremos criar um sistema de previdência que seja justo, que garanta o direito de sobrevivência na velhice para todos os homens e mulheres que moram aqui, sem permitir que muitos sejam prejudicados e que uns poucos sejam privilegiados.

Eu sei que o Ricardo Berzoini já passou por aqui, já fez o debate dele, mas ontem eu recebi uma lista de pessoas que recebem pensões e aposentadorias acima de 17 mil reais. Há coisas que são indescritíveis, ou seja, há pessoas que receberam, no mês de dezembro, 53 mil reais de pensão. Obviamente, que a maioria ganha muito pouco e é para essa maioria que a gente precisa ter uma política justa. Mas a gente não conseguirá fazer a justiça para os muitos que nós queremos, se a gente não contiver os privilégios que poucos conseguiram ter neste país.

E nós sabemos que as discussões serão duras no Congresso Nacional, não serão discussões fáceis, e nem queremos que elas sejam fáceis. Nós queremos apenas debater e que a sociedade possa, como está acontecendo aqui, debater esse processo no Congresso Nacional. Porque o Brasil não é, individualmente, de nenhum de nós. Não é o Brasil que é nosso, nós é que somos brasileiros.

Então, nós temos que fazer essas reformas com a certeza de que daqui a 20 ou 30 anos, alguém vai lembrar: “Bom, um dia, no Brasil, houve um Governo que resolveu fazer com que eu, mesmo funcionário público, tivesse o direito de receber a minha aposentadoria ou pensão, porque o Estado tem recursos para me pagar”. E todo mundo, em sã consciência, sabe que se nós não a fizermos, daqui a alguns anos, alguns estados não conseguirão mais pagar a aposentadoria dos seus funcionários públicos.



Eu estou muito à vontade, eu queria que vocês trabalhassem com isso na cabeça. Primeiro, porque grande parte dessa gente que trabalha no setor público, desses milhões de brasileiros, são pessoas que eu tenho certeza que votaram em mim, uma grande parte. Eu poderia fazer o que muita gente já fez na história deste país, “empurrar com a barriga”. Afinal de contas, o mandato é de quatro anos. Para que eu vou me desgastar com companheiros com os quais depois eu vou ter que conviver, vou me encontrar num bar, vou me encontrar numa assembléia, numa festa? Por que eu vou me desgastar? Eu poderia empurrar isso com a barriga, não é, João Felício? Para que ficar arrumando pontos de atrito com quem me apoiou?

Ora, é exatamente por isso que eu quero fazer essa discussão. Primeiro, porque eu acho que é preciso que cada pessoa saiba que nós queremos agir com eles com uma honestidade com que ninguém jamais trabalhou neste país. Não será negada a eles, absolutamente, nenhuma informação ou nenhuma oportunidade de debate. Mas todo mundo tem que entender que o Brasil tem 175 milhões de habitantes e que, enquanto alguns podem comer cinco vezes por dia, tem outros passando cinco dias sem comer. E nós precisamos encontrar esse ponto de equilíbrio, na política tributária, na política de reforma. E vamos caminhar.

Eu até queria lembrar a vocês que, em algum momento, companheiro Tarso Genro, você vai ter que trazer aqui, a bem do Conselho, aquela palestra que nós ouvimos quando fizemos a reunião da Câmara Social. Eu acho que é uma exposição que cada membro do Conselho deveria ver, para vocês se darem conta porque a gente está assustado com o crescimento da violência no Brasil, porque a gente está assustado com o crescimento da delinqüência juvenil neste país, porque a gente está assustado com os indicadores da prostituição infantil. É porque, se pegarem o estudo, vocês vão perceber que, durante 30 anos – eu estou falando de uma geração inteira ou uma geração e meia –, a massa salarial ficou estagnada. A impressão que nós temos, ao ver aquele gráfico, é que estamos diante de uma máquina que faz eletrocardiograma e o paciente está morto, porque não tem nenhuma oscilação, nem para cima, nem para baixo. É uma coisa inconcebível num



país que já teve os picos de crescimento que nós tivemos.

Então, eu acho que essas reformas, se vocês entenderem que estão no ponto, que estão maduras, com o debate da Previdência, hoje, e os governadores assim também compreenderem, nós haveremos de, na próxima semana, fazer com que a proposta chegue ao Congresso Nacional. E depois que ela chegar ao Congresso Nacional, o Presidente da República não pode se meter mais, porque o Congresso Nacional é um poder autônomo. Não vou fazer nenhuma interferência. Mas a sociedade civil organizada pode conversar com deputados, com senadores, pode debater. E esse debate pode continuar lá. Eu acho que, se nós conseguirmos, este ano, aprovar essas reformas, teremos avançado 10 anos em poucos meses. Daremos um passo excepcional. E aí vamos abrir espaço para outras coisas que nós temos que fazer no Brasil.

Vocês sabem que todos nós somos muito conservadores, não é apenas a direita que é conservadora. Normalmente, do ponto de vista ideológico, a gente sempre diz que a direita é conservadora. Mas do ponto de vista das reformas, a esquerda também tem comportamentos muito conservadores. Por quê? Porque a gente não quer mudar nada, às vezes. As pessoas têm medo da mudança, têm medo do novo. Então: “Ah, vai mudar a estrutura sindical, mas ela está aí”. Eu nasci dizendo que era preciso mudar a estrutura sindical porque ela era a cópia fiel da “Carta di Lavoro”, de Mussolini. Eu nasci no movimento sindical com esse discurso. Mas tem gente que acha que tem que continuar assim.

Ora, eu não quero ser o dono da verdade, mas quero debater e saber onde tem um ponto de equilíbrio para fazer uma adequação ao momento que nós estamos vivendo.

Porque, vamos ser francos, tanto do lado dos trabalhadores, como do lado dos empresários, tem muito sindicato de carimbo. Vamos ser francos, a maioria dos empresários não se sente representada pelos seus sindicatos e, agora, com as grandes corporações, depois do processo de privatização, é que perderam a representatividade.



Nós não podemos fingir que temos representatividade. No movimento sindical você tem alguns sindicatos marcadamente representativos, mas tem muito sindicato de carimbo no meio dos trabalhadores.

Então, isso, nós temos que adequar. Para quê? Por quê? É engano daqueles que pensam que é possível você consolidar a democracia com instituições fragilizadas.

Quem negociou comigo no tempo que eu era dirigente sindical se lembrará que eu dizia: “vocês se enganam se acham que o movimento sindical tem que ser fraco para vocês negociarem. Quanto mais forte for o sindicato, melhor será feita a negociação”. Eu me lembro, hoje, o sacrifício que eu fazia, Gushiken, para ter alguma coisa dentro de uma indústria automobilística.

Quer dizer, o pessoal avançou tanto que, hoje, eu, de vez em quando, até acho que os trabalhadores são meio donos daquilo lá, de tanto que eles ganharam espaço lá dentro e de forma civilizada, o que eu acho que é um ensinamento democrático excepcional.

Ontem eu recebi, finalmente, o projeto de reforma política. O Instituto Cidadania em que eu trabalhei até antes da eleição, através de um grupo de pessoas – Comparato, Maria (...) Benevides, Chico de Oliveira, vários deputados –, passaram um ano estudando as reformas políticas que aconteceram no mundo. Fizemos vários debates, pegamos algumas experiências da América do Sul, a nossa mesmo aqui, e resolvemos compilar isso num livro, para ver se a gente estimula a sociedade brasileira a entender que a reforma política não é uma reforma menor.

Os partidos políticos precisam ter respeitabilidade na sociedade. Para isso tem que haver regras democráticas muito sólidas e muito fortes. Às vezes, o que tem acontecido no Brasil, é que as pessoas acabam de ganhar as eleições, nem tomam posse e já mudam de partido. Então, essa reforma, também, não será o Poder Executivo que vai mandar. Eu acho apenas que um dia o Conselho deveria ter acesso a ela, porque esse é um debate muito rico que vai ter que acontecer no Brasil.



Portanto, meus companheiros e minhas companheiras, eu quero dizer para vocês que estou envaidecido, estou satisfeito. Como político, estou realizado cada vez que eu entro aqui e vejo que vocês estão levando o Conselho tão a sério como eu imaginava que fossem levar.

E comecem a se preparar, porque na hora em que o Conselho começar a mostrar resultados, vocês vão começar a receber críticas, porque no Brasil tem gente que torce para as coisas não darem certo. Então, as coisas vão dar certo e vai ter crítica, vão tentar arrumar atrito entre o Conselho e o Congresso, entre o Conselho e a Câmara, entre o Conselho e a Força Sindical, entre o Conselho e a CUT, entre o Conselho e a Igreja. Não se deixem perturbar, ou seja, o Conselho precisa adotar como lema de comportamento o seguinte: “Conselho Paz e Amor”, como eu fiz na campanha. Não permitir que nada perturbe a tranquilidade do debate democrático que vocês têm que fazer neste país. Ao terminar o nosso trabalho, vocês vão perceber que o mínimo que fizemos foi contribuir para que houvesse uma evolução na relação humana entre agentes diferenciados. Ou seja, nós trabalhamos para consolidar a democracia no nosso país.

Nunca mais vocês vão ter medo de sentar perto do Marinho; nunca mais o Marinho vai ter medo de sentar perto de vocês. O Jorginho, outro dia eu o vi ali no meio do Gerdau, e ninguém fez nada com ninguém. Eu acho que isso incomoda algumas pessoas, mas a nós não incomoda porque nós acreditamos muito no exercício da democracia.

Meus parabéns, e que Deus ilumine a cabeça de vocês na discussão desses temas importantes.

/rss/cms



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Peru, Alejandro Toledo**

Palácio do Itamaraty, 11 de abril de 2003

Meu amigo presidente Alejandro Toledo,
Meus amigos,
Caros jornalistas aqui presentes,

Durante a campanha eleitoral do ano passado, eu assumi o compromisso de que a integração da América do Sul passaria de uma relação historicamente paternalista ou sentimentalista, para uma integração mais efetiva, no campo político, cultural e comercial.

Estou há cem dias no Governo, e essa reunião entre o Brasil e o Peru é a terceira que eu faço com Presidentes e com ministros. Até o dia 12 do próximo mês, estarei completando a 6ª reunião com Presidentes de países da América do Sul. Nos dias 25 e 26 estaremos reunidos com a Venezuela; no dia 28 com a Bolívia e no dia 12 do próximo mês estaremos reunidos com o Uruguai.

Eu acredito que o meu ministro das Relações Exteriores, companheiro Celso Amorim, e outros embaixadores aqui presentes podem constatar que nunca, na história do Brasil, em tão pouco tempo, houve tantas reuniões de trabalho como essas que estamos fazendo.

E estamos fazendo essas reuniões, em primeiro lugar, porque acreditamos. Em segundo lugar, porque queremos criar uma outra referência mundial, um outro centro de decisão, nos campos político, econômico, cultural e social.

Historicamente, nós nascemos na América do Sul, crescemos e morremos olhando para a Europa e para a América do Norte. Possivelmente, tenha sido muito importante e necessário que isso tenha sido feito. Mas, num mundo globalizado, onde o que vale é o poder econômico, é a tecnologia e o poder financeiro de cada



país, nós, da América do Sul, temos uma oportunidade extraordinária – mesmo reconhecendo que somos países pobres, e que somos tratados como países do Terceiro Mundo – de dar os primeiros passos, se quisermos, amanhã, ser grandes.

Até porque nem o presidente Toledo e nem eu teríamos o tamanho que temos hoje, se não tivéssemos nascido pequenos. O importante foi a coragem de nascer. E isso vale para a nossa relação. É importante que tenhamos coragem de transformar a relação entre o Brasil e o Peru numa relação estratégica, em defesa da nossa soberania, da nossa cultura, da nossa economia, da nossa Amazônia e em defesa de um modelo de desenvolvimento sustentável, que possa despertar, na consciência dos milhões de brasileiros e peruanos, a certeza de que não iremos passar para a história apenas como mais dois Presidentes da República, porque alguns salões nobres dos nossos palácios terão as nossas fotografias. Nós não seremos lembrados pelas fotografias e, sim, pelo que tivermos competência e capacidade de fazer, para dar cidadania ao povo peruano e ao povo brasileiro.

Os acordos que estamos realizando aqui constituem um grande início. Certamente, a ponte de Assis Brasil e Iñapari serão inauguradas no próximo ano. O Brasil, certamente, utilizará o nosso Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, para contribuir com os projetos de infra-estrutura, tão necessários para a integração, com que secularmente sonham o povo peruano e o povo brasileiro.

Por isso, eu quero afirmar, meu caro presidente Toledo, que embora Vossa Excelência tenha um ano a mais de mandato do que eu, porque o mandato no Peru é de cinco anos, e aqui é de quatro anos, o término dos nossos mandatos será no mesmo ano.

Portanto, nós temos quatro anos pela frente. E eu tenho certeza de que, se depender da sua disposição política e da minha disposição política, esses nossos ministros irão trabalhar como nunca trabalharam na vida, para que a integração entre Peru e Brasil deixe de ser uma relação menos sentimental para ser uma relação concreta e objetiva, que nos coloque no mundo globalizado, com mais



autoridade moral, com mais competência tecnológica, com mais capacidade produtiva e com muito mais respeitabilidade do que em qualquer outro Governo.

Eu sei que os Presidentes, como disse Vossa Excelência agora há pouco, mandam menos que os ministros. Mas eu sei, também, que os ministros precisam de orientação política. E se nós dois dermos a orientação política correta, pelo que conheci da sua equipe e pelo que conheço da minha, nós vamos fazer, em quatro anos, o que não foi feito nos últimos 40 anos, na relação entre o Brasil e o Peru.

Por isso, quero agradecer, de todo coração, o fato de Vossa Excelência ter aceitado o meu convite para vir ao Brasil. E, se Deus quiser, em junho próximo estarei retribuindo essa visita, no Peru, quem sabe para assinar novos acordos.

Muito obrigado.

/mcpro/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente do Peru, Alejandro Toledo

Palácio Itamaraty, 11 de abril de 2003

Excelentíssimo senhor Presidente e ilustre comitiva,
Ministros de Estado,
Embaixadoras e embaixadores,
Autoridades peruanas e brasileiras,
Senhoras e senhores,

É com particular satisfação que recebo Vossa Excelência em Brasília, presidente Alejandro Toledo.

Tenho acompanhado e aplaudido as reformas que Vossa Excelência vem patrocinando, no sentido de consolidar a democracia, de restaurar o primado do direito e de recuperar as instituições peruanas, que encontrou tão combalidas ao iniciar seu mandato. Vossa Excelência instalou esses objetivos entre as principais prioridades de sua administração.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência não esmoreceu nessa luta. Enfrentou, por vezes, dificuldades de monta, mas alcançou notáveis progressos e fez do Peru um país em que os princípios democráticos e a transparência se tornaram uma sã obsessão. De modo especial, serve de inspiração a todos a determinação de Vossa Excelência em levar à frente a luta contra a corrupção e contra o assalto ao Estado, o que vem sendo feito dentro do estrito marco da lei.

O Brasil e o Peru têm uma longa tradição de cooperação e entendimento que transcende a simples e boa vizinhança – e o proveitoso encontro de trabalho que mantivemos hoje é prova disso.

A presença de Vossa Excelência em Brasília, acompanhado de



importante comitiva ministerial, é testemunha da riqueza e densidade do diálogo entre nossos países.

Aprofundamos a discussão sobre os desafios à frente. Examinamos como dinamizar nossa agenda bilateral, mediante o incremento, por exemplo, da cooperação técnica e novas modalidades de intercâmbio em temas sociais. Conversamos também sobre a urgência de encontrar soluções coordenadas para a crescente ameaça que representam a corrupção e o tráfico de drogas. Mas, sobretudo, estivemos de acordo que temos de ir além das palavras, da retórica. Necessitamos de ações concretas, urgentes.

Mais do que nunca, nossas relações se dão sob o signo da aproximação e da integração. O melhor símbolo é o acordo que acabamos de assinar para a construção de uma ponte internacional sobre o rio Acre.

O momento, agora, é de construção e de ação. O Brasil entende, assim como o Peru, que a implantação da infra-estrutura energética, de transportes e comunicações entre os países do continente é necessária ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar do conjunto da região.

Mas o arco sobre o rio Acre interligará não apenas a fronteira brasileiro-peruana e as cidades de Assis Brasil e Iñapari. A rápida negociação desse acordo e a construção da ponte – que não tardará – ilustram e confirmam também o compromisso de nossos dois países com a integração da América do Sul.

Essa integração tem vários pontos de partida. Um é a Amazônia. Ela é uma das nossas coincidências mais marcantes. O espaço que antes nos separava é hoje o cenário de compromissos e de ações, no plano bilateral ou no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Esses compromissos são os do desenvolvimento sustentável e do progresso das populações daquela região, responsabilidades dos países amazônicos, que devem ser exercidas de forma inteiramente soberana.

Vossa Excelência inaugurou há poucas semanas, juntamente com o



Presidente do Equador, a Ponte Internacional de Integração Peru-Ecuador, sobre o rio La Balsa. O Brasil se orgulha de ter podido contribuir para essa obra. Orgulha-se de ter colaborado para a consolidação da paz entre o Peru e o Equador, de que a Ponte é a expressão maior.

Outra vertente da integração regional que almejamos são as negociações, em curso, entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações. Já manifestamos a nossa vontade política de concluir essas negociações com urgência, pois refletem a prioridade que atribuímos à construção de um espaço integrado sul-americano.

O Peru é parceiro privilegiado nessa tarefa. Nele identificamos amplas possibilidades de incremento e de diversificação do comércio bilateral e de investimentos recíprocos. Foi nesse intuito que acaba de ir a Lima uma missão de grande grupo empresarial brasileiro, interessado em conhecer a oferta exportável peruana no setor alimentício e em estudar as possibilidades de investimento.

Tenho a expectativa de que possa avançar, rapidamente, o processo negociador de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Peru, de forma a consolidar o interesse mútuo no adensamento das relações comerciais.

Senhor Presidente,

Não preciso ressaltar que a construção de um espaço de efetiva integração e cooperação regional torna-se ainda mais urgente no momento em que se acirram as tensões no mundo. No momento em que as armas e seu terrível poder destruidor monopolizam as atenções, precisamos reafirmar nosso compromisso preferencial pela paz, pela tolerância e pelo multilateralismo. Devemos trabalhar juntos para fortalecer o papel insubstituível das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança internacionais.

É com particular satisfação que verifico que o elevado grau de convergência de posições entre nossos países estende-se aos grandes temas



que animam a opinião pública e a sociedade civil em nossos países – o meio ambiente, a proteção e promoção dos direitos humanos, e o aperfeiçoamento dos mecanismos multilaterais de preservação da democracia.

Senhor Presidente,

O relacionamento entre nossos dois países alcançou notável maturidade. A sua visita a Brasília hoje é a prova maior disso.

Antecipo, com satisfação, a oportunidade de retribuir, em Lima, o gesto de amizade que foi sua vinda a Brasília. Poderemos, então, aprofundar ainda mais o amplo diálogo que abrimos hoje e que terá na concretização das iniciativas no campo da integração seu melhor fruto.

Com essa convicção, convido os presentes a um brinde ao constante aprofundamento das relações entre o Peru e o Brasil, à felicidade pessoal e à saúde de Vossa Excelência.

/cms.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Indústria de Sucos da Cocamar

Maringá – PR, 12 de abril de 2003

Meu caro governador do estado do Paraná, Roberto Requião, e sua esposa, Maristela Requião,

Meu caro Luiz Lourenço, presidente da Cocamar,

Meu companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,

Meu companheiro Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Meu companheiro Francisco Graziano, ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome,

Meu caro Orlando Pessuti, vice-governador do estado do Paraná,

Senhoras e senhores deputados e deputadas federais,

Deputados e deputadas estaduais,

Meu querido prefeito José Cláudio, fico feliz em vê-lo recuperado, porque tive a oportunidade de visitá-lo no leito hospitalar. Pela qualidade e quantidade de tempo que você falou, significa que já está recuperado para novas empreitadas, o que é bom sinal.

Demais prefeitos da região,

Senhor José Ivo Caleffi, vice-prefeito de Maringá,

Vereadores,

Funcionários cooperados e funcionários da Cocamar e companheiros cooperados do estado do Paraná,

Meus amigos e minhas amigas,

Quero, primeiro, agradecer à Direção da Cocamar pela gentileza e pelo respeito que tiveram comigo no ano passado. Eu era candidato à Presidência da República e queria conhecer o funcionamento de uma cooperativa. Indicaram-me



que eu deveria visitar a Cocamar. A minha assessoria entrou em contato com a Direção da Cocamar que, de imediato, aceitou que eu viesse aqui. Passei um dia na Cocamar. Isso, no mês de julho, se não me falha a memória. Em setembro, outra vez nos encontramos, entramos em contato com a Direção da Cocamar para gravar, aqui dentro, um programa de televisão que iria ao ar como peça de campanha.

Habitualmente, as pessoas se recusam a permitir que façamos esse tipo de programa para não se comprometerem com nenhum candidato, até porque o Governo tinha candidato. E, para minha grata surpresa, não só a Cocamar permitiu que eu viesse aqui gravar um programa de campanha, como passei boas e memoráveis horas aqui dentro.

Por isso, meu caro Luiz Lourenço, quero, de público, agradecer a dignidade com que a Cocamar me tratou, antes de eu ser Presidente da República.

E, por conta disso, estou cumprindo um compromisso, porque eu disse à Direção da Cocamar que viria para a inauguração da nova fábrica. E, hoje, estou aqui, cumprindo esse compromisso. Obviamente, que um compromisso pequeno diante dos compromissos que temos assumido com o Brasil e com a sociedade e que precisamos fazer acontecer. E isso vai acontecer com o tempo.

Quero dizer à Direção da Cocamar, aos funcionários, aos deputados e ministros aqui presentes, aos cooperados e ao povo de Maringá que temos quatro anos para provar que valeu a pena votar sem medo na eleição passada. Quatro anos para provar que nós seremos capazes de construir um Brasil, um Paraná e uma Maringá muito mais saudáveis, muito mais desenvolvidos e com muito mais qualidade de vida.

Obviamente que, de vez em quando, aparece alguém, aqui, no estado do Paraná, querendo exigir que o Requião faça em três meses o que eles não fizeram em 20 anos. E é normal, porque a gente não pode também ficar esperando que os adversários políticos torçam pelo nosso sucesso.

Eu, um dia desses, estava lendo um artigo num jornal e, por coincidência, uma pessoa me deu outro artigo para comparar. Um jornalista escrevia assim, em



1995: “Não dá para julgar um Presidente da República apenas por três meses de Governo”. Mas, em 2003, ele já me julgou com apenas 60 dias de Governo. Sobre essas coisas nós sabemos que não podemos perder a cabeça, nós sabemos que temos que manter a tranqüilidade, porque quem tem objetivos, quem tem projetos, quem sabe o que quer, quem sabe onde quer ir e como chegar lá, não pode, em nenhum momento, se abalar com qualquer coisa que possa acontecer de negativo numa gestão. Nós estamos tranqüilos, estamos certos do que estamos fazendo e vamos provar que este país poderia ser há muito tempo muito mais respeitoso com o seu povo do que foi nos últimos 30 anos.

Vamos garantir que este país gere mais empregos, exporte mais, melhore a educação, e a saúde. E não tenham dúvidas, eu digo isso com a mesma certeza de que estou vendo vocês na minha frente, com a mesma certeza de que eu creio em Deus. Eu acho que esta manhã é uma manhã especial. Ela é especial porque eu tenho algumas obsessões na vida, e uma delas, meu caro Luiz Lourenço, meu caro prefeito, meu caro governador Requião, são as cooperativas.

Em 1965, quando eu assumi o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, os trabalhadores eram muito desunidos. Nós íamos na porta de uma fábrica distribuir boletins, entravam 40 mil trabalhadores dentro da Volkswagen, da Mercedes, da Ford, e às vezes eles nem paravam para pegar um boletim da nossa mão. Era como se o sindicato não existisse, era como se o sindicato atrapalhasse a vida dos trabalhadores. Você convocava uma grande reunião, numa categoria que tinha 150 mil pessoas, e apareciam meia dúzia de gatos pingados, e ainda não acreditavam no sindicato.

Lembro de uma cartilha que eu fiz, orientado pelo nosso saudoso Henfil, em que a gente fez uma história em quadrinhos e contava, no fundo, uma coisa que vocês todos sabem: a gente mostrava um cidadão quebrando uma varinha. E depois a gente dava para esse cidadão um fecho de varinhas, e ele já não conseguia quebrar mais. E começamos a repetir essa imagem para os trabalhadores, para tentar mostrar para eles como nós éramos frágeis se fôssemos desunidos. E, com



apenas três anos, os trabalhadores tomaram consciência e conseguiram fazer dos Metalúrgicos do ABC o sindicato mais importante do Brasil, naquele momento histórico.

E isso vocês estão demonstrando na prática. Vocês sabem que um pequeno proprietário que tenha 50 hectares de terra, que tenha 100 hectares de terra, se estiver sozinho para disputar nesse mercado maluco, tem pouquíssimas chances de sobreviver e pouquíssimas chances de continuar produzindo. A probabilidade é de ele deixar o campo e vir para a cidade, à procura de emprego, é de ele viver uma vida pior do que a que vivia no campo.

Vocês aprenderam, organizaram-se em uma cooperativa e estão ensinando a todos nós, brasileiros, que uma varinha só qualquer um pode quebrar, mas um fecho de varas é praticamente inquebrável. Quanto às cooperativas – e isso quero afirmar, meu caro Luiz Lourenço, na sua frente e na frente dos cooperados nesses próximos quatro anos, se depender da minha vontade, da vontade do Ministro da Agricultura, da vontade do meu Governo, o Brasil será o país mais forte do mundo em cooperativas.

Não há forma mais democrática de gerenciar a nossa própria produção do que a organização em cooperativas. Não há forma mais eficaz para a gente manter a esperança acesa na confiança das pessoas do que elas saberem que não estão sozinhas. Fico imaginando a diferença de um trabalhador cooperado e de um trabalhador sozinho no campo. Quando não chove e, portanto, esse companheiro perde a sua lavoura, possivelmente, algumas noites de insônia e de desespero tomem conta desse companheiro ou dessa companheira, porque não tem com quem conversar, não tem com quem se lamentar. E, às vezes, nem os bancos, que deveriam dar assistência, atendem essas pessoas. Mas quando você tem uma cooperativa organizada, forte, dirigida com critérios muito rígidos, em que a direção não tenha outro compromisso a não ser ajudar os cooperados, você sai da sua casa, procura a Direção, conta o seu problema e ali mesmo você sabe que tem um banco da cooperativa para ajudá-lo nesse momento difícil, e você volta para casa com a



esperança redobrada.

A minha vinda aqui, meu caro Luiz Lourenço, é para dizer, na sua frente e na frente de todo esse povo que está aqui nos ouvindo, o que eu dizia para o Requião: os assentamentos dos trabalhadores rurais vão dar muito mais certo no dia em que conseguirmos organizá-los em cooperativas, dando, inclusive, uma dimensão administrativa importante para eles, porque nós precisamos da agricultura empresarial, mas precisamos também fortalecer a agricultura familiar. A agricultura familiar não gera empregos, ela gera trabalho e permite que a pessoa não saia do campo.

Também tenho consciência de que a agricultura familiar será muito mais forte, será muito mais produtiva e as pessoas viverão muito melhor se criarmos no Brasil a consciência de que todos devem estar organizados em uma cooperativa, para que a gente possa combinar um tripé – a produção, a industrialização e a comercialização – para que essas pessoas saibam que é através da agricultura que poderemos resolver parte dos problemas brasileiros, porque, hoje, a agricultura brasileira é, sem dúvida nenhuma, o setor da economia que mais cresce. E a nossa balança comercial só tem o peso que tem por conta da nossa agricultura.

Meu caro Roberto Rodrigues e meu caro Furlan, vocês dois sabem das suas tarefas. Vocês dois sabem, porque, quando foram escolhidos ministros, agi como um técnico que dá a orientação para os seus jogadores. Eu falei para os dois: olhem o papel de vocês: são dois profissionais da mais alta competência, um do lado da agricultura e outro da indústria, são dois especialistas em exportação, os dois conhecem o mundo como ninguém, têm relações internacionais como ninguém. E eu disse para eles, Requião: não quero saber para onde vocês estão viajando, o que quero saber é que nós precisamos aumentar, e muito, a nossa balança comercial. E vamos aumentar, segundo o otimismo do Furlan, em pelo menos 12%. E, na agricultura, a gente pode dizer como muita antecedência: outra vez, bateremos recordes de exportação dos nossos produtos agrícolas.

Mas não é apenas exportar. Eles têm uma outra tarefa heróica para fazer, que



é a briga na Organização Mundial do Comércio, para que as barreiras tarifárias dos Estados Unidos e da Europa não impeçam os nossos produtos de chegarem ao exterior como estão chegando hoje. E nós vamos brigar na Organização Mundial do Comércio porque não aceitamos a idéia de que o mercado tem que ser livre, mas, quando chega a hora de o Brasil vender os seus produtos, cada um coloca um obstáculo para dificultar a entrada dos produtos brasileiros. Se o comércio é livre, vai ser livre para todos.

Muito obrigado. E meus parabéns, Luiz Lourenço.

/lrj/vpm



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita à
Via Rural (Fazendinha)**

Londrina - PR, 12 de abril de 2003

Meus queridos e queridas companheiros e companheiras do estado do Paraná,

Meus amigos e minhas amigas de Londrina,

Eu quero pedir uma espécie de “paciência chinesa” para todos nós, aqui, porque sei que muitos de vocês estão em pé há algumas horas. Mas eu queria só lembrar a vocês que quando estamos com dor de cabeça e tomamos um comprimido, ficamos ansiosos, achando que porque tomamos um comprimido a dor de cabeça vai passar logo. E, às vezes, ela não passa.

Nós estamos começando um governo. Temos 100 dias de governo. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o governo que nós montamos vai, no final do mandato, mostrar ao Brasil que se o país tivesse sido administrado de forma mais justa, de forma correta, se tivessem acreditado na capacidade produtiva da nossa indústria e da nossa agricultura, o Brasil poderia ser infinitamente melhor para os seus filhos do que é hoje.

Muita gente votou, na eleição passada, com uma espécie de “voto de coragem”. Porque, de outra vez, se tentou estabelecer o pânico na sociedade brasileira, tentando vender a idéia de que o Brasil precisaria continuar do jeito que vinha, porque senão ia quebrar.

Eu quero lembrar aos criadores de gado, aos produtores rurais, aos empresários e aos trabalhadores, aos com terra e aos sem-terra, ao governador Roberto Requião, aos prefeitos e aos deputados aqui presentes, que quando pegamos o Brasil, o risco-Brasil estava a 2.400 pontos. E que, desde setembro do ano passado, não havia um centavo de crédito para as



nossas exportações. É importante lembrar que a inflação vinha subindo outra vez.

Em apenas 100 dias estamos fazendo um trabalho para recuperar a credibilidade do nosso país junto aos investidores estrangeiros e aos investidores nacionais. Estamos investindo, nesses 100 dias, para evitar o crescimento da inflação. E estamos despertando, na sociedade brasileira, a auto-estima de que nós, e somente nós, precisamos. Precisamos acreditar que nós, brasileiros, dependemos muito mais da nossa confiança do que de qualquer apoio de país estrangeiro para sairmos da situação em que nos encontramos.

Outra vez, nós vamos bater o recorde de produção agrícola. Outra vez, nós vamos ter superávit comercial e a agricultura será responsável por boa parte desse superávit.

O Brasil precisa aproveitar as oportunidades, precisa brigar pelos seus direitos. Nós somos mais do que democratas. Nós todos ouvimos os países ricos falarem em livre comércio, mas gostaríamos que eles praticassem o que eles querem que nós pratiquemos.

O Brasil não deve a nenhum país do mundo em competência agrícola. O Brasil está preparado para disputar com qualquer país do mundo. A única coisa que exigimos é regra de jogo igual para todo mundo. Não podemos continuar tendo as tarifas super-extraordinárias que os europeus impõem para os nossos produtos entrarem lá. Não podemos continuar disputando com os países ricos que gastam bilhões e bilhões de incentivos para os seus agricultores, em subsídios, sem que nós tenhamos a mesma política. Mesmo assim, o Brasil tem sido competitivo.

E, agora, governador Requião, com a tal da “vaca louca” na Europa, se o povo brasileiro e os produtores acreditarem em si mesmos, se o Governo fizer a sua parte, nós poderemos ter acesso ao chamado mundo desenvolvido como jamais imaginamos ter, porque produzimos o “boi verde”, com carne de



qualidade, sem as doenças causadas pela ração animal que eles tanto usaram nesses últimos 50 anos.

E a agricultura é, para o meu governo, um dos pilares do desenvolvimento que precisamos ter. É por isso que escolhi este companheiro aqui, especialista em cooperativas. Pouca gente no mundo entende mais de cooperativas do que o meu companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura. Pouca gente. Da mesma forma que pouca gente entende de comércio exterior como o meu amigo Luiz Furlan, ex-presidente da Sadia, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

É com homens como esses, mais o companheiro José Graziano, que está aqui, que combate a fome, e companheiros como Palocci, como José Dirceu, como Ciro Gomes, que a gente está levando este país para um outro caminho. Não adianta os apressados quererem cobrar que a fruta nasça antes da árvore nascer. Os que tentaram isso quebraram a cara. Nós plantamos a nossa árvore, estamos adubando e vamos tratar dela com carinho, porque queremos que 175 milhões de brasileiros possam comer do fruto dessa árvore chamada Brasil.

O que não pode continuar a acontecer é num país deste tamanho, com 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, onde não temos vulcão, não temos neve, não temos maremoto, onde temos mais terras produtivas do que a China, termos 43 milhões de pessoas passando fome.

Não é possível que este país tenha tido tanto dinheiro para financiar empresas multinacionais para comprarem as empresas nacionais e não tenha dinheiro para ajudar a pequena e a média agricultura brasileira, para ajudar o pequeno e médio criador neste país.

Meu caro Roberto Requião, deveria ser você a falar sobre isso, mas vou dar apenas alguns dados para os empresários da agricultura que estão aqui. Na safra atual, o Banco do Brasil já financiou 13 bilhões de reais e até o final da safra esse número deve chegar a 15 bilhões de reais. Esses números



representam um crescimento de 20% em relação aos financiamentos da safra anterior. O Paraná recebeu 2 bilhões e 800 milhões de reais em financiamentos agrícolas nessa safra. O Banco do Brasil se prepara para um crescimento de mais 20% do total a ser financiado para a próxima safra, 2003/2004, num total previsto, portanto, de 18 bilhões de reais de financiamento para a agricultura brasileira.

E, além disso, a agricultura familiar terá, para esta próxima safra, praticamente 4 bilhões de reais contra 2 bilhões que foram liberados o ano passado. E nós estamos fazendo isso para demonstrar ao pequeno e ao grande produtor, e àquele que investe em tecnologia que ninguém, neste país, se arrepende de ter acreditado no Brasil, de ter acreditado na agricultura e de ter acreditado que este país vai aprender a viver às custas do seu trabalho e não às custas de dinheiro emprestado do estrangeiro que, depois, nós não podemos pagar.

E quero terminar dizendo a todos os meus amigos que nós vamos fazer neste país uma reforma agrária. E eu disse, durante a campanha, que nós iríamos fazer uma reforma agrária tranqüila e pacífica, sem precisar ter violência. Agora, é preciso fazer a reforma agrária e fazer com que o pequeno agricultor possa se organizar em cooperativas, possa se organizar criando agroindústria, possa ter o financiamento e se tornar produtivo neste país. O que nós não queremos mais são assentamentos espalhados pelo Brasil, sem que haja um financiamento correto, sem que haja assistência técnica correta, ou vivendo-se de cesta básica, meu caro companheiro Roberto. Nós não queremos ficar transferindo miseráveis urbanos para continuarem miseráveis no campo. Nós queremos que essas pessoas conquistem a sua cidadania, que possam trabalhar, que possam se organizar, que possam produzir e que possam adquirir o prazer de produzir e de ganhar dinheiro para ter acesso a bens materiais que todo ser humano tem direito de ter.

E eu não reivindico muito. Eu tenho dito todo santo dia: meu mandato é



de quatro anos, e eu quero voltar em qualquer praça deste país, e quero comparar os meus quatro anos com os quatro anos de qualquer outro governo que passou antes de nós. Eu quero medir quem gerou mais empregos, eu quero medir quem aumentou mais a renda, eu quero medir quem investiu em educação, eu quero medir quem investiu mais na saúde, eu quero medir o crescimento econômico e o crescimento da agricultura com os outros governos. E aí, quando terminar o meu mandato, eu quero ter conquistado não apenas a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, mas quero ter garantido o direito de um Presidente da República, uma vez na vida, deixar o seu mandato e andar de cabeça erguida em cada esquina e em cada rua deste país, porque cumpriu o que prometeu.

Eu quero terminar dizendo para vocês: tenham a certeza de que nós somos o remédio que vai curar a dor de cabeça. Tenham a certeza, não sejam apressados e não queiram que os frutos dêem antes de a gente plantá-los. Nós queremos ser acompanhados, queremos ser vigiados, queremos ser cobrados, pois nunca na história deste país um Presidente da República já fez a quantidade de reuniões que eu fiz com empresários e com sindicalistas. Nunca. Não tem nenhum setor que eu já não tenha chamado para conversar, para discutir o que ele pode fazer para ajudar este país a dar um salto de qualidade. Porque não é possível que o nosso país, que já foi a oitava economia do mundo, seja hoje a décima. Tenho 57 anos de idade, e meu pai já falava: “O Brasil é o celeiro do mundo.” E a gente ainda não conseguiu dar este salto de qualidade.

Eu quero que vocês saibam que nós vamos dar este salto de qualidade. Acreditem, podem ter certeza, que não haverá lugar neste país que eu não vá visitar, não haverá feira deste país que eu não vá visitar, porque eu não quero apenas visitar coisas ruins. Eu quero visitar, também, coisas boas para que a esperança se renove cada vez mais dentro de mim. Eu queria que vocês não perdessem a esperança, não perdessem a fé e acreditassem cegamente que



daqui a quatro anos a gente vai ter orgulho de morar no país chamado Brasil.

Muito obrigado e boa sorte para vocês.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Conferência Internacional de lançamento da Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana

Hotel Blue Tree Towers, São Paulo – SP, 14 de abril de 2003

Excelentíssima companheira Marta Suplicy, prefeita da cidade de São Paulo,
Excelentíssimo embaixador Rolf Timans, embaixador da União Européia no
Brasil,

Meu caro companheiro José Dirceu, ministro-chefe da Casa Civil,

Meu companheiro Olívio Dutra, ministro das Cidades,

Meu caro companheiro José Graziano, ministro extraordinário de Segurança
Alimentar e Combate à Fome,

Meu caro companheiro Hélio Bicudo, vice-prefeito de São Paulo,

Meu caro companheiro Kjeld Jakobsen, secretário de Relações Internacionais
da cidade de São Paulo,

Meus amigos, minhas amigas representantes de 108 cidades, presentes
nesta Conferência,

Meu caro Elói Pietá, prefeito de Guarulhos,

Meu caro Fernando Pimentel, prefeito de Belo Horizonte,

Demais companheiros e companheiras vereadores, deputados e secretários e
secretárias municipais aqui presentes,

Combater a pobreza será muito mais fácil no dia em que nós conseguirmos
transformar a fome, de um problema social para um problema político. Enquanto os
pobres deste país estiverem encurralados nas periferias longínquas – muitas vezes
sem o poder de mobilização necessário para cobrar de nós, governantes, aquilo a
que eles têm direito –, a solução será muito mais difícil.

O importante é que, mesmo como governantes, tenhamos clareza de ver que
a nossa responsabilidade não é só administrar os problemas. Mas é estabelecer um



novo padrão de relacionamento entre a sociedade e o poder público, criando os espaços necessários para que as pessoas tenham, no poder público, um parceiro de elaboração e de execução das políticas públicas de que o povo tanto necessita.

Alguns números já foram citados aqui. Eu queria lembrar que a forma desordenada com que crescem as regiões metropolitanas das grandes cidades do mundo inteiro, e muito mais fortemente na América Latina, de onde estamos falando, é uma das razões do aumento da gravidade do problema urbano.

Houve um tempo em que havia, nas grandes cidades, um processo de venda de terrenos para as pessoas poderem construir suas casas. E quando ia se fazer um loteamento, normalmente a prefeitura tinha que autorizar, mas com algumas exigências. A prefeitura pensava na questão da água, do esgoto, da energia, dos transportes. Pelo menos, teoricamente, era essa a finalidade da coordenação e da aprovação para que o loteamento pudesse existir no país.

Mas já faz alguns anos que isso deixou de acontecer nas principais capitais do Brasil e nas principais cidades brasileiras. Primeiro, porque não há mais loteamento popular. O que temos são ocupações populares. Ou seja, o povo não tem dinheiro para comprar. O povo é, cada vez mais, escorraçado para áreas cada vez mais longínquas, mais perigosas, onde mesmo o proprietário do terreno não teria coragem de fazer o loteamento, pela péssima qualidade do social. E o povo, assustado e necessitado de uma moradia, vai ocupando de forma desordenada os espaços vazios da cidade. E, o que é mais grave, muitas vezes o poder público faz “vista grossa” para o que está acontecendo. Até porque não se tem resposta imediata para atender uma demanda cada vez maior.

Em outros momentos, por que não dizer, as ocupações são orientadas pelas disputas políticas locais, regionais, muitas vezes até incentivadas para que aconteçam de forma desordenada, sem se preocupar com transporte, com educação, com segurança, com as condições de vida das pessoas.

E aí, quando vem a primeira enchente, todo mundo descobre que as pessoas não deveriam estar morando naquele lugar. E isso poderia ter sido visto antes de as



pessoas ocuparem o local.

Diante de um problema real que estamos vivendo, a grande tarefa que cabe a nós, que governamos cidades, estados e um país, é começarmos a ter uma definição de prioridade. Temos consciência de que não podemos fazer tudo de uma única vez, mas temos consciência também de que, se continuarmos dando o mesmo tratamento que historicamente vem sendo dado às grandes regiões metropolitanas, nós também não conseguiremos resolver o problema.

Eu me lembro, Embaixador, nos anos 80, eu fui algumas vezes à Europa, e quando a gente via um mendigo na estação de metrô pedindo esmolas, até pedia para tirar fotografia: “Olhe, tira uma fotografia que aqui também tem mendigo, ele está pedindo esmola, não é só lá no Brasil que tem, vamos fazer uma aferição”. Seria tão bom se nós tivéssemos apenas alguns nas estações de metrô, porque seriam tão poucos que nós poderíamos cuidar deles.

Acontece que, no Brasil, o problema da miséria já está envolvendo metade da população, e isso nos obriga a ter, cada vez mais, responsabilidade e critérios na definição das políticas públicas que queremos implementar no nosso país, nos nossos estados e nas nossas cidades.

Isso nos leva a ter em conta que, primeiro, precisamos conhecer o problema a fundo. Durante quatro anos sonhei fazer uma feira de experiências bem-sucedidas. No Brasil, nós temos cidades governadas pelos mais diferentes partidos. Uma cuida melhor da saúde, a outra cuida melhor da educação, uma outra cuida melhor do saneamento ... se você juntar 5.500 municípios, você vai ter pelo menos umas 200 ou 300 experiências da melhor qualidade.

Qual é o papel do governo federal ou do Ministério das Cidades? É tentar criar, através dessas boas experiências, uma política pública correta para o nosso país.

E se não pudermos fazer tudo de uma vez, nós temos que definir claramente o que vamos querer fazer. Qual é a primeira prioridade? Como nós estamos numa situação muito delicada, em função do crescimento da pobreza, toda vez que se



tenta definir as prioridades, aparecem dez, e quando aparecem dez, a gente termina tendo dificuldade. Ou nós escolhemos uma, duas ou três, como prioridades das prioridades, e executamos, e ao terminar um mandato a gente mede concretamente se tivemos uma evolução, ou nós corremos o risco de fazer um pouquinho de cada coisa e não ter feito nada.

Por exemplo, o governo federal gasta, em política de transferências de renda, quase 7 bilhões de reais. É muito pulverizado, porque houve um tempo no Brasil, em que as transferências de renda eram feitas, me parece, em função da proximidade das eleições.

Cada ministro criava sua política social, e não houve nenhum critério de otimização. Ou nós otimizamos essas políticas e combinamos o jogo com o estado e as prefeituras, e tentamos dar um único rumo para aquilo, ou a gente vai continuar fazendo com que o dinheiro saia dos cofres públicos e não atinja as pessoas que nós queremos atingir.

O desafio que está colocado para esta conferência da URB-AL é começar a colocar isso no papel, companheira Marta. Eu acho que não há muita diferença entre os problemas de São Paulo e os problemas de Lima, no Peru. Não há muitas diferenças entre os problemas de Recife, de Belo Horizonte ou de Guarulhos e os problemas de outras cidades semelhantes pelo Brasil afora.

Então, nós não temos que ter 500 políticas diferenciadas, porque não temos que criar a marca do prefeito, do secretário, do vice-secretário. Não tem que ter marca. A marca é da sociedade, da qualidade de vida das pessoas. Senão, não atingiremos o nosso objetivo.

Tenho consciência de que o que eu penso para mim vale para vocês, para quem é prefeito ou quem vai disputar uma prefeitura. Nós não temos o direito de ser lembrados pelo tempo que nós passamos no Governo apenas porque em cada palácio há um salão nobre onde será colocada a nossa foto.

Nós temos que ser lembrados pelas obras que nós realizamos neste país e para realizarmos essas obras nós temos: primeiro, que ter a capacidade de fazer o



que vocês estão fazendo aqui, não há solução individual para nenhuma cidade que chegou ao ponto a que chegaram as grandes cidades do Brasil; segundo, é preciso que haja um jogo muito combinado entre o papel do poder público federal, dos estaduais e dos municipais; terceiro, é preciso criar mecanismos em que a sociedade seja cúmplice da boa política que nós colocarmos em prática.

Se a sociedade participar, vai ter a sua auto-estima elevada e vai, ao invés de cobrar mais, fazer mais. Ela vai ser parceira na execução das políticas públicas que nós conseguirmos realizar. Um bom prefeito não será medido pela quantidade de quilômetros asfaltados, pela quantidade de viadutos ou de pontes que fez, se bem que isso é necessário. Mas nós temos que, de vez em quando, fazer opções: se nós vamos privilegiar o espaço do carro ou o espaço da criança; o espaço do carro ou o espaço do ser humano.

Nós vamos ter que tomar essas decisões porque outros já deram prioridades aos carros. E nós estamos vivendo um momento, neste começo de século, em que precisamos priorizar o ser humano. O ser humano está cada vez menos sendo tratado como ser humano, cada vez mais desrespeitado na sua dignidade, na sua honra, cada vez mais desrespeitado naquilo que são os direitos fundamentais da sociedade, que estão escritos na Bíblia, na Constituição, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em qualquer lugar está escrito que todos têm direito a viver dignamente e que todos devem ser tratados em igualdade de condições.

Portanto, o nosso papel não é nem de inventar, é apenas o de cumprir aquilo que já foi escrito há muitos e muitos anos. E quando vocês estão realizando uma Conferência, aqui, em São Paulo, e quando a gente fica sabendo que essa Rede 10 da URB-AL, que já existe desde 1995, e já cuidou de vários assuntos, e que agora está, pela primeira vez, fazendo uma opção pela pobreza, isso demonstra que nós estamos no caminho certo, que a gente está tomando uma decisão correta. Ou todo mundo pára e começa a pensar em como diminuir a miséria e a pobreza no planeta Terra, ou não adianta ficarmos discutindo o resto depois. É preciso dar às pessoas o



direito de morar, de beber água limpa, de ter acesso à saúde, de comer três vezes ao dia. Isso não custa muito caro. Podem ficar certos de que não custa muito caro.

Às vezes eu fico pensando quanto custa a gente não tomar a decisão de fazer isso já. Daqui a 10, 15 ou 20 anos é que nós vamos pensar quanto custou não tomarmos a decisão no momento certo, porque, possivelmente, cuidar de um preso custa mais caro do que cuidar de uma criança na escola. Cuidar de um pobre embaixo de uma ponte, na periferia de uma grande cidade, fica mais caro do que mantê-lo na sua terra natal, trabalhando com dignidade. Então, são opções que nós temos que fazer.

Eu quero terminar parabenizando, Embaixador, a decisão dos companheiros da URB-AL. E quero lhe dar os parabéns, Marta, como prefeita da maior cidade da América do Sul e como a pessoa que vai coordenar a URB-AL aqui, nesses próximos dois anos. Eu acho que nós temos a chance de mostrar ao mundo que nós não sabemos apenas falar da pobreza, sabemos cuidar dela com carinho. Eu sonho com o dia em que cada governante deste país trate o ser humano como tratamos os nossos filhos, com o carinho com que tratamos nossa família, as pessoas de quem gostamos. No dia em que isso acontecer, certamente os problemas do mundo serão menores e, certamente, nós não precisaremos ter guerra para resolver, nem problemas políticos, nem problemas sociais.

Meus parabéns, Marta, e muito obrigado.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração do novo complexo minero-industrial – Copebrás

Catalão – GO, 15 de abril de 2003

Meu caro governador do estado, Marconi Perillo,
Senhor Robert Robertson, vice-presidente da Anglo-American,
Senhor José Michaan, sócio-fundador da Copebrás,
Senhor Nelson Pereira dos Reis, diretor-presidente da Copebrás,
Senhor Adib Elias Júnior, prefeito de Catalão,
Senhor Michelangelo Falino, diretor-executivo da Copebrás,
Meus companheiros deputados, senadores, dirigentes sindicais e partidários,
Meu caro senador Maguito Vilela,
Meu caro Íris Resende,
Meus amigos e minhas amigas,

Quando participo de uma solenidade como esta – e eu estou aprendendo, como Presidente da República, a ser sempre o último a falar – eu já não posso mais falar de Catalão, porque o Prefeito falou. Eu já não posso mais falar de Goiás, porque o Governador falou. E já não posso mais falar da Copebrás, porque quatro já falaram.

Entretanto, eu queria lembrar a vocês este país extraordinário onde moramos, país que poderia ter aproveitado melhor as oportunidades históricas que se apresentaram e que, muitas vezes, pela pequenez da política, pelo fato de os governantes transformarem os seus estados, os municípios ou o Brasil em propriedade deles, algumas oportunidades foram jogadas fora.

E eu tenho dito aos quatro cantos do país: eu não vou jogar fora essa oportunidade. Primeiro, porque o Brasil não é do Lula, o Lula é que é brasileiro. O Brasil pertence a 175 milhões de brasileiros, o nosso mandato é de apenas quatro



anos e, portanto, nós temos que fazer o esforço que for necessário para que possamos, nos quatro anos, deixar alguma coisa plantada para que os nossos filhos e os nossos netos possam colher.

Eu trago sempre a imagem – e falo muito de futebol, porque não tem um brasileiro que não entenda de futebol – de uma oportunidade que, uma vez, um técnico deu a um “crioulinho” brasileiro. Eu sei, Marconi, você é muito jovem, mas em 58, o Vicente Feola não queria nem convocar o Pelé, porque ele não tinha idade. Ele era muito jovem, magrinho. “Esse jovem não vai ter chance, então não vou levá-lo”.

Mas, como Deus existe, levaram o Pelé. E ele ficou na reserva. Ele entrou, possivelmente, no jogo mais difícil que o Brasil fez, na Copa de 58, contra o País de Gales. E ele marcou o único gol do Brasil naquele jogo. E, daquele jogo em diante, ele se transformou no atleta do século, no mais importante jogador que a humanidade já viu jogar.

Por que citei a figura do Pelé? Porque o Prefeito falou em algo chamado auto-estima. O Prefeito falou em algo chamado esperança. O Prefeito disse que as pessoas precisam acreditar que essa parte do Brasil, aqui, pode ser vista como a parte do Brasil que dá certo.

Todos vocês se lembram que eu terminei a campanha dizendo que a esperança tinha vencido o medo. E comecei o meu mandato dizendo que eu ia começar fazendo o necessário, depois eu ia fazer o que era possível e, quando menos esperasse, estaríamos fazendo o impossível neste país.

Tenho clareza do que quero, tenho clareza dos passos que precisamos dar e tenho clareza do que vamos encontrar no final da nossa estrada. O Brasil precisa dar uma chance a si mesmo. E, nas poucas vezes em que o Brasil se deu uma chance, nós demos um salto de qualidade excepcional na nossa história. Primeiro, com a visão industrial de Getúlio Vargas. Depois, com o Plano de Metas e o otimismo apregoado por Juscelino Kubitschek. E não podemos deixar de lembrar a visão estratégica de desenvolvimento a longo prazo que os militares introduziram



durante metade do tempo em que estiveram no Governo.

De lá para cá, meu caro governador Marconi Perillo, o Brasil deixou de ser pensado estrategicamente. O Brasil passou a ser pensado em função do mandato das pessoas. O mandato de quatro anos é uma visão pequena, porque o estadista não pensa no seu mandato. O estadista pensa nas gerações seguintes. Foi assim que as grandes obras da humanidade foram realizadas. Não foram feitas com imediatismo, não foram feitas com pressa e não foram feitas pensando-se nas próximas eleições.

Nós, agora, temos uma chance provar que é possível se fazer muita coisa neste país. Não esqueço nunca: quando tomei posse, alguns especialistas diziam que nós não íamos conseguir controlar a economia brasileira porque o risco-Brasil estava muito alto, porque o dólar estava a quatro reais e porque a inflação estava voltando. Pois bem, nós estamos apenas com três meses e meio de Governo. O risco-Brasil, que chegou em setembro a 2.400, está a menos de 900 e, certamente, comemoraremos juntos o dia em que chegará a 600 ou a 500, porque um país da dimensão do Brasil, um país com o potencial intelectual, agrícola e tecnológico que o Brasil tem não pode oferecer risco a qualquer investidor estrangeiro. O que acontece é que, muitas vezes, governantes do nosso país tiveram relações com outros países de forma subalterna, de forma subserviente, sem defender os interesses e, ao mesmo tempo, sem ter uma definição de desenvolvimento de longo prazo para o nosso país.

O BNDES, que tem uma parceria com a Copebrás, pode fazer muito mais pelo Brasil. Durante muito tempo, o dinheiro do BNDES foi utilizado ou para salvar empresas falidas ou para dar dinheiro para empresas estrangeiras comprarem empresas brasileiras, sem gerar um único emprego. Mas, quando o BNDES pega 40 ou 50 milhões de reais e vem a uma cidade longínqua como Catalão e deposita aqui parte dos recursos do povo brasileiro, na perspectiva de acreditar no crescimento, o resultado é este que estamos vendo: uma empresa surge, os empregos surgem, a distribuição de renda surge, a melhoria da qualidade de vida do povo começa a



surgir e nós começamos a acreditar que não há por que não ser otimista e que temos que colocar em cada palavra saída da nossa boca uma dosagem muito grande de otimismo.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil podem fazer muito mais, meu caro Marconi Perillo, do que foi feito nos últimos anos. Fui a Londrina, nesta semana, e anunciei que, ao invés dos 15 bilhões de reais de financiamento para a agricultura, que foram dados nos anos anteriores – muitas vezes, liberando o dinheiro depois que já havia passado a fase propícia –, nós vamos começar a liberar no mês de maio, e não vão ser mais 15 bilhões. Vão ser 18 bilhões de reais do Banco do Brasil para a agricultura brasileira sobreviver. Da mesma forma, vamos dobrar o dinheiro investido na agricultura familiar, que, se não gera tantos empregos, gera trabalho e garante que as pessoas permaneçam na sua terra natal, sem se transformarem em sem-terra ou favelados nas grandes metrópoles do nosso país.

Eu estou convencido de que a “fera” está sendo domada. Não que as coisas estejam fáceis, porque a economia brasileira está fragilizada. É importante lembrar que quando tomamos posse no dia primeiro de janeiro, não havia um dólar de crédito para nenhuma empresa brasileira que quisesse exportar. Nem quando houve a moratória decretada pelo presidente Sarney, os bancos estrangeiros perderam a confiança, como perderam neste último ano. Nunca havia ocorrido, na história do Brasil, de os credores deixarem de financiar as nossas exportações. Nunca. E devagarzinho, com muita paciência, com muita conversa, com muito jeito e com muito gesto, recuperamos a credibilidade.

Marconi, eu quero te agradecer publicamente. Você aceitou o convite de pronto, quando eu convidei os 27 governadores para começar a discutir as reformas. E você, Marconi, talvez não tenha noção do que aquela reunião trouxe de credibilidade ao nosso Governo e de credibilidade às reformas que nós precisamos fazer neste país. Amanhã teremos outra reunião. E, se Deus quiser, amanhã marcaremos a data em que iremos dar entrada nos projetos de reforma tributária e da Previdência no Congresso Nacional.



Quem sabe, daqui a uma semana, estaremos, eu, os 27 governadores, os líderes dos partidos, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e, quem sabe, mais algumas dezenas de pessoas, atravessando a praça, do Palácio do Planalto para o Congresso Nacional. Vamos entregar os projetos das reformas que, na minha opinião, não irão salvar o Brasil de amanhã, mas irão garantir que a gente tenha, no futuro, os estados brasileiros com recursos para investir no setor produtivo, em habitação, em educação, em saneamento básico. E não gastando metade ou mais da metade do dinheiro apenas com as aposentadorias que nós pagamos hoje.

Eu estou convencido, meu caro Governador, de que o momento histórico está a exigir de nós um pouco mais de desprendimento. Eu tenho dito que não haverá um deputado, não haverá um senador, independentemente do partido a que ele pertença, independentemente do voto que ele deu nas últimas eleições ou do voto que ele dará nas próximas eleições; não haverá um empresário neste país, independentemente do que ele pensa ou não do Presidente da República; não haverá um sindicalista neste país, independentemente do que ele pensa, que não terá a sua chance de participar das discussões e dizer o que pensa do Brasil, o que gostaria que acontecesse no Brasil, para que a gente possa, ao elaborar um outro projeto de desenvolvimento, ter clareza de que este projeto não é do Presidente, é um projeto extraído como síntese daquilo que pensa a sociedade brasileira. E fazer com que esse desenvolvimento se dê concomitantemente com o processo de distribuição de renda no Brasil.

Esta semana, nós fizemos uma grande reunião de uma câmara social que criamos. E eu notei que os recursos públicos destinados às políticas sociais estão muito pulverizados. São quase 7 bilhões de reais em vários programas. Eu tenho a impressão, meu caro Governador, de que, alguns anos atrás, os ministros criavam programas sociais pensando nas eleições. Porque não eram propostas de governo, eram propostas do ministro. Cada ministro criou um planozinho na sua pasta. E você tem me chamado a atenção, desde que tomei posse, dizendo: "Presidente Lula, vamos unificar essas políticas sociais. Vamos criar uma única forma de fazer o



dinheiro chegar à mão das pessoas.” Assim, o governo federal entra com uma parte, os governos estaduais entram com outra parte, as prefeituras que puderem entram com outra parte, mas vamos, pelo amor de Deus, dar dignidade a este povo para que ele não fique todo mês numa fila à espera de uma cesta básica para poder ter as calorias e as proteínas que o ser humano precisa para sobreviver. Vamos tentar otimizar esses recursos, para que a gente possa fazer muito mais, e fazer com que o dinheiro chegue na ponta, onde nós queremos que chegue, e não pare no meio do caminho com as intermediações que habitualmente acontecem nas políticas sociais do nosso país.

Eu vim, hoje, participar da inauguração da Copebrás. Primeiro, porque eu tinha um compromisso com o Governador. Segundo, porque durante parte da minha vida, acho que visitei todas as situações negativas neste país. Não tem um foco de miséria, neste país, que eu não tenha visitado. E, como Presidente da República, eu quero continuar visitando, porque quero encontrar a solução. Mas, também, preciso visitar as coisas que estão acontecendo de bom no nosso país.

A Copebrás é uma demonstração, até provocativa para nós, brasileiros. Se pessoas estrangeiras acreditam no Brasil e, ao invés de ficarem especulando no sistema financeiro, vêm aplicar o seu dinheiro em Bebedouro, em Catalão, ora, por que nós, brasileiros, não acreditamos neste país? Por que nós, brasileiros, ficamos nos tratando como se o Brasil não fosse nada, como se este país não desse certo, como se os outros fossem melhores do que nós? Não existe lugar melhor do que este país, não existe povo melhor do que o brasileiro.

Eu participei, nos últimos 45 dias, de três encontros com empresas multinacionais. E ouvi, nas três empresas, a afirmação de que os trabalhadores brasileiros preparados são capazes de produzir mais do que qualquer trabalhador, de qualquer parte do mundo.

Eu me lembro de um tempo, meu caro Marconi, em que um ex-ministro importante dizia: “A agricultura brasileira não dá certo. É preciso trazer japonês para trabalhar aqui.” Está lembrado disso? Isso ficou famoso, na década de 70.



E, hoje, o que a gente constata? O Brasil não precisava trazer japoneses. O Brasil precisava de oportunidade, de tecnologia, de investimento. Diziam que o cerrado não era bom para a agricultura. E, com um pouco de manejo da terra, o cerrado virou uma das melhores terras para a agricultura neste país. Por quê? Porque um dia alguém resolveu acreditar que era possível.

Então, eu vim aqui para dar a demonstração de que não sou o melhor, mas eu duvido que haja, hoje, na face da Terra, um ser humano que acredite mais neste país do que eu. Não há. Acredito e vou trabalhar para que as coisas aconteçam. Vou trabalhar 24 horas por dia, se for necessário, para fazer acontecerem as coisas em que nós acreditamos.

Nós precisamos parar com o pessimismo. Quando se dizia, há 50 anos: “Vamos alfabetizar o Brasil”, respondiam: “Não, não pode, porque custa muito”. “Vamos fazer a reforma agrária”, 50 anos atrás. “Não, não pode, porque custa muito.” “Vamos investir na formação da nossa gente.” “Não, isso não pode, porque fica muito caro.”

Hoje, nós temos que perguntar: quanto custa a este país não ter alfabetizado seu povo há 50 anos? Quanto custa para este país não ter feito a reforma agrária há 40 ou 50 anos, quando o mundo inteiro fez? Agora, estamos correndo atrás do prejuízo. E vamos correr, porque nós queremos fazer o que precisa ser feito.

Quero agradecer à Direção da Copebrás e dizer para vocês que todo e qualquer empresário, neste país, que tiver a disposição de fazer parceria com o governo federal e precisar de recursos do pouco que nós temos, no BNDES, para fazer investimento, pode ficar certo que se eu tiver que optar entre uma empresa falida de um amigo do Presidente e uma empresa que queira investir para gerar novos empregos, os novos empregos irão receber o dinheiro do BNDES, porque é assim que a gente vai dar a demonstração de que o Brasil que nós queremos é um país com mais qualidade de vida, com mais dignidade e com mais respeito ao ser humano.



Acabou o tempo do apadrinhamento. Acabou o tempo em que o “amigo do rei” conseguia os empréstimos e aqueles que queriam produzir não conseguiam empréstimo. Agora, entrou o tempo da justiça, ou seja, aquele que tiver direito vai receber o que lhe é de direito, aquele que não tiver direito vai ficar falando mal do Governo em algum lugar deste país.

Não vamos recriar a política dos favores, neste país. Não vamos. E, agora, nós queremos chamar a sociedade – e os governadores vão entrar – porque, logo, entrará em discussão o Plano Plurianual do governo federal, onde vamos estabelecer a nossa estratégia de desenvolvimento para o futuro e, em agosto, teremos que entregar ao Congresso Nacional.

E espero, meu caro Marconi Perillo, que você, quem sabe, daqui a uns dois ou três anos, me convide outra vez para vir aqui, ao estado de Goiás, inaugurar uma outra fábrica. E vamos começar a medir, com instrumento preciso, o que aconteceu neste país a partir do dia 1º de janeiro. E não tenho dúvida nenhuma de que vamos recuperar a capacidade de crescimento do país e, aos poucos, vamos recuperar o salário do povo trabalhador. Vamos fazer distribuição de renda, porque, nos últimos 30 anos, se vocês pegarem todos os indicadores sociais, vão perceber que a massa salarial é como se a gente estivesse fazendo um cardiograma de um defunto, ou seja, não se mexe nos últimos 30 anos, o que é um crime contra este país.

Então, eu estou aqui, meus amigos da Direção da Copebrás, para dizer a vocês: se tiverem mais dinheiro para investir e precisarem da parceria do BNDES, não contem até dez: comecem a investir hoje mesmo, porque nem nós e nem vocês podemos perder tempo.

Obrigado.

/mcpro/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de entrega da Ordem do Mérito Aeronáutico

Base Aérea de Brasília, Brasília – DF, 17 de abril de 2003

Senhora Marisa Letícia Lula da Silva, minha esposa, em nome de quem eu quero homenagear todas as mulheres brasileiras, sobretudo aquelas que hoje fazem parte das Forças Armadas Brasileira,

Meu caro companheiro vice-presidente da República, José Alencar,

Meu caro companheiro ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini,

Meu caro companheiro embaixador José Viegas, ministro da Defesa, e sua esposa,

Excelentíssimo tenente-brigadeiro Luís Carlos da Silva Bueno, comandante da Aeronáutica,

Coronel-aviador Bermudes, comandante da Base Aérea,

Alto comando da Aeronáutica,

Oficiais-generais,

Parlamentares aqui presentes,

Meus amigos Luis Gushiken, Waldir Pires e Roberto Amaral,

Meus amigos e minhas amigas,

Ao receber, com particular orgulho, a Ordem do Mérito Aeronáutico, penso na permanência e atualidade da lição que nos legou o Pai da Aviação, Alberto Santos Dumont.

A lição que herdamos desse ilustre compatriota foi, antes de mais nada, a de alimentar um sonho e de apostar em sua realização. Foi a de ter a determinação de superar obstáculos, a coragem de correr riscos, a confiança na possibilidade de concretizar um ideal.

Penso também em corajosos brasileiros que fizeram de cada vôo uma lição,



um exemplo de como se deve conhecer e como se deve trabalhar por este país. Eduardo Gomes, Casemiro Montenegro, Nero Moura, Nelson Freire Lavenère Wanderley e outros heróis ajudaram a escrever, com o fervor de seu idealismo, uma página grandiosa da história desta Nação.

Se eles não estivessem armados de uma tenacidade inquebrantável e de um agudo senso da grandeza da missão, talvez não pudéssemos desfrutar hoje deste portentoso legado – a integração nacional.

A integração – que é um feito extraordinário em um país-continente, de tantos horizontes – se deve, em boa medida, ao papel agregador da Aeronáutica e demais Forças Armadas. Nos modestos e distantes quartéis do interior, o tremular da bandeira foi o sinal da construção, a cada dia, do edifício da nacionalidade.

O idealismo e a perseverança de brasileiros como Santos Dumont e outros próceres da Força Aérea nos inspiram no presente e nos dão confiança no futuro.

Nossos ideais são claros: a construção de um Brasil em que sejam corrigidas as gritantes injustiças sociais e a consolidação de uma nação democrática, dinâmica, forte e solidária.

A Aeronáutica é um dos trunfos de nosso país em todos esses aspectos.

Constitui, com o Exército e a Marinha, Forças Armadas que são hoje um modelo de compromisso com a democracia e de respeito à autoridade política emanada das urnas.

Distingue-se pela longa história de sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, pelo esforço continuado de pesquisa e desenvolvimento por parte de núcleos de excelência como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica e o Centro Técnico Aeroespacial.

Embora as carências e as necessidades da Força Aérea limitem, naturalmente, a plenitude de sua atuação, não enfraquecem a motivação de seus integrantes.

As mulheres e os homens da Força Aérea treinam com afinco, preparam-se nas atividades de defesa, mas também juntam espontaneamente seus braços na



batalha pelo progresso e pelo bem-estar do povo brasileiro.

Isso se evidencia em calamidades, quando a Aeronáutica se faz sempre presente, projeta-se, conforta e ampara. Do mesmo modo, nas campanhas de saúde, nos programas sociais, nas mais diversas atividades concebidas no âmbito da administração pública para elevar o padrão de vida do brasileiro, a Força Aérea faz-se presente.

É a essa Força Aérea que, no dia de hoje, manifesto a confiança e a gratidão do Comandante Supremo – grato por um valioso legado de patriotismo e amor ao Brasil.

Estou confiante por saber que a convocação da pátria será atendida com disciplina, abnegação e lealdade.

No amplo panorama da defesa nacional, figura a necessidade de proporcionarmos à Força Aérea Brasileira adequadas condições de atuação, compatíveis com a estatura político-estratégica do país e com suas possibilidades materiais.

De modo realista e responsável, alimentamos o propósito de ver fortalecida a capacidade operacional da Força Aérea.

Posso assegurar-lhes que nossa equipe trabalha nesse sentido desde os primeiros dias de Governo, como parte da gigantesca tarefa, que é de todos nós, de fazer o Brasil mudar.

Atender, em seu momento, as múltiplas carências de nosso país é missão para a qual todos, Governo e sociedade, somos chamados a contribuir com o empenho e o espírito público de que têm dado seguidas provas a Aeronáutica e as demais Forças Armadas.

É com essa convicção que agradeço o convite do excelentíssimo senhor ministro da Defesa, José Viegas Filho, para, no dia de hoje, conhecer um pouco mais desta formidável instituição que é a Força Aérea Brasileira.



A todos os integrantes da Aeronáutica, desde seu comandante até o soldado mais novo, meu respeito e admiração por um trabalho anônimo e vital para o país que queremos, a Nação que estamos construindo, o Brasil que sonhamos.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade comemorativa ao Dia de Tiradentes

Ouro Preto-MG, 21 de abril de 2003

Meus amigos e minhas amigas de Minas Gerais,
Meu companheiro governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves,
Meu companheiro vice-presidente da República, José Alencar,
Minha esposa Marisa,
Dona Marisa, esposa do José Alencar,
Deputados,
Ministros,
Meus companheiros e minhas companheiras,

Primeiro, vamos às boas notícias, porque Ouro Preto merece receber de todos nós um carinho por aquilo que representa para a nossa história. Amanhã, em Brasília, o nosso ministro da Cultura, Gilberto Gil, lançará um edital de seleção para financiamento da restauração de imóveis privados dentro dos sítios históricos, tombados pelo IPHAN. Uma iniciativa pioneira de intervenção do Estado no patrimônio histórico.

Entre os dias 28 e 29 deste mês, o ministro da Cultura estará em Minas Gerais com a sua equipe, e virá aqui, a Ouro Preto, para anunciar outras ações: a restauração do Museu da Inconfidência e do Palácio dos Governadores e a reforma e ampliação do Museu do Aleijadinho.

Além disso, o Ministério da Cultura já está investindo cerca de 12 milhões de reais na recuperação do patrimônio histórico e cultural de Ouro Preto, por meio do Programa Monumenta. O mesmo Programa prevê novos investimentos na recuperação de imóveis privados nos sítios históricos tombados pelo IPHAN.

Mais ainda, quando eu soube do incêndio, eu pensei em vir aqui anunciar a



restauração, mas, graças a Deus, o proprietário, o empresário Omar Perez, comunicou, numa carta a mim, ao governador do estado e ao ministro da Cultura, que ele próprio vai reconstruir o casarão incendiado. O governo federal, naquilo que for possível, certamente, irá contribuir.

Uma outra notícia boa, esta eu acho que vai alegrar muita gente, é que o companheiro Roger Agnelli, presidente da Vale do Rio Doce, comunicou a todos nós, aqui e agora, que vai começar a recuperação da estrada de ferro Ouro Preto-Mariana, para que a gente possa passear nela.

Agora, eu gostaria de pedir um favor para vocês. Eu não posso vir todo dia a Ouro Preto. Eu gostaria de pedir que os companheiros e companheiras que estão com faixas, aqueles que estão contra ou a favor, aqueles do Cruzeiro, do Atlético, por favor baixem as faixas para que a gente possa ver a fisionomia das pessoas e elas possam nos ver. Eu dou muita importância para os companheiros que vão aos atos públicos com as suas faixas, mas eu acho que, além de mostrar a faixa para as autoridades, é extremamente importante respeitar o povo que quer ver o palanque. Então, eu queria ponderar aos companheiros, inclusive da gloriosa Liga Operária, que, de operário mesmo que é bom...

Companheiros e companheiras, esta é uma data e este é um lugar que nos dão a oportunidade de refletir sobre os legítimos interesses nacionais e sobre o papel do Brasil no mundo de hoje. Muitas vezes ficamos presos aos compromissos e desafios do dia-a-dia e deixamos um pouco de lado o debate sobre os rumos do país, sobre o caminho que estamos seguindo, sobre os nossos pontos de partida e de chegada. Lá se vão 211 anos da Inconfidência Mineira, como já foi lembrado aqui. As idéias, a luta e o sacrifício de Tiradentes e dos revoltosos de Minas Gerais marcaram a nossa história e nos iluminam até hoje.

Há uma pergunta que eles se fizeram e que permanece válida para todos os povos: quem pode decidir sobre os destinos de um país? A resposta de Vila Rica, gravada no coração de todos os brasileiros e brasileiras, foi definitiva. Apenas o próprio povo pode definir o seu destino.



Uma Nação não é apenas a soma de pessoas que ocupam o mesmo território, é mais, muito mais que isso, é uma comunidade de destino. A soberania é justamente a possibilidade social, historicamente construída, de um povo decidir o seu destino.

A soberania não é um ornamento de retórica, não se terceiriza nem se delega e, principalmente, não se impõe, é uma conquista de cada povo, e nunca é definitiva. Como a liberdade, é sempre uma conquista do presente para garantir também o futuro.

O Brasil, em suas lutas emancipatórias, forjou a consciência coletiva de que não é possível construir como Nação sem afirmar a sua soberania, o que implica negar toda e qualquer forma de tutela e subserviência.

Afirmar a soberania nacional não é simplesmente reconhecer a identidade de um povo, é também respeitar a sua diversidade e criar as condições para que todos, em suas diferenças, sejam titulares dos mesmos direitos. Afirmar a nossa soberania é, ainda, e necessariamente, reconhecer a soberania dos demais povos – reconhecimento que não é meramente formal, e que significa a aguda consciência de que a humanidade comunga de um mesmo destino.

E, se é assim, só é efetivamente soberana a Nação que assume em plenitude a interdependência dos povos e que se empenha em promover relações universais de cooperação e solidariedade.

Acredito que a questão social é a grande fronteira a ser defendida e ampliada no mundo globalizado. Quem sabe esteja aí a missão superior do Estado nacional do século XXI.

Acabar com a fome e a pobreza, gerar trabalho digno e paz social, avançar nesse sentido é um desafio e tanto, requer o aprofundamento da dimensão republicana da democracia, significa criar uma forte co-responsabilidade social, aperfeiçoando cada vez mais a democracia representativa e envolvendo toda a sociedade na definição das políticas públicas e do modelo de desenvolvimento.

A verdade é que existe um fosso profundo entre a parcela da humanidade



beneficiada pela globalização e a grande maioria que, além de não se beneficiar, ainda se sente ameaçada por ela.

Duas idéias defendidas nas últimas décadas, como se fossem verdades incontestáveis, já revelaram sua inconsistência, e estão sendo superadas em boa parte do mundo: a primeira é que o Estado nacional deve ser mínimo e, em consequência, fraco; a segunda idéia é que tudo pode ser deixado por conta do mercado, que resolve automaticamente todos os problemas. O mercado é, sem dúvida, uma alavanca necessária na vida econômica e deve ser dinamizado ao máximo. Mas nós sabemos que há valores que não podem e não devem estar subordinados à lógica mercantil. O direito à vida e a tudo o que ela implica não pode ser objeto de compra e venda.

Nós dissemos, durante a campanha, que era preciso superar essas visões equivocadas. Agora, no Governo, estamos trabalhando para mudar essa situação, estamos atuando em todas as frentes possíveis para garantir que a promessa de uma globalização com justiça social, que semeie oportunidades e compartilhe seus frutos, transforme-se, de fato, em realidade. E, para isso, a opção que se coloca não é o isolamento, não é a xenofobia. Não se trata sequer de discutir se devemos ou não integrar o país ao mundo. Isso já está resolvido na sociedade brasileira. Hoje, a pergunta que devemos nos fazer é: qual é a integração que serve ao nosso país e ao bem-estar do nosso povo? Certamente, não é a inserção passiva e subalterna em uma ordem mundial assimétrica e excludente, é uma integração ativa e criativa de um país independente, em que os valores e os interesses nacionais sejam preservados, sem que para tanto tenhamos que desconsiderar as demais nações.

Nós acreditamos que é possível realizar uma integração competitiva na área externa, sem que dela resulte a desintegração social interna. Só assim a União Européia pode ser construída, só assim o Mercosul será viável e forte, só assim terá sentido a discussão sobre a Alca, só assim a globalização será economicamente equilibrada e socialmente justa. E meu Governo tem agido incansavelmente na defesa desses princípios.



Em contatos bilaterais e fóruns internacionais, questionamos as barreiras que os defensores do livre mercado impõem às nossas exportações, enquanto subsidiam fortemente as suas. Somos a favor do livre mercado, desde que todos os países tenham oportunidades iguais de competir, desde que todos os países tenham o acesso igualitário aos mercados consumidores.

Com as novas diretrizes da nossa política externa, aceleramos as negociações com os parceiros do Mercosul. Demos nossa contribuição para ajudar a solucionar institucionalmente a grave crise política da Venezuela. Intensificamos a aproximação com os países do Pacto Andino.

Estamos requalificando e expandindo nossas relações com a África e dando uma importância inédita às parcerias com a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul, entre outros países em desenvolvimento. O Brasil já está exercendo um novo papel, sem arrogância nem hegemonismo na América Latina e também no plano mundial. Não podemos tudo, mas podemos muito mais.

O imobilismo a que ficou relegado o Estado brasileiro nos últimos anos e a atrofia que lhe foi imposta devem ser revertidos. Para mudar essa situação, estamos resgatando o papel coordenador e de planejamento estratégico que o Estado precisa ter e fazendo parcerias sólidas com a sociedade civil. Essas são condições necessárias para a retomada do desenvolvimento. Tudo isso requer políticas estratégicas e sintonias finas, decisão e cautela.

Assim como estamos elevando cada vez mais as exportações, queremos também expandir a poupança e o mercado interno, valorizando, em especial, as pequenas e médias empresas brasileiras. Sem isso, não reduziremos a nossa vulnerabilidade, e novos gargalos poderão impedir a retomada do crescimento. Sem isso, o país continuará a contrair dívidas novas para pagar juros da dívida velha, num círculo vicioso que sufoca e imobiliza.

Herdamos essa delicada transição, mas viemos preparados para dar conta desse tremendo desafio. E já conseguimos, nesses cento e poucos dias, resultados animadores. É preciso persistir e avançar mais. Afastamos o país de uma situação



crítica. Estamos recuperando a confiança nacional e internacional. Mas ainda há muito por fazer. Mais do que apenas ajustes técnicos nas variáveis econômicas, o país carece de autênticas reformas estruturais. As reformas são imprescindíveis para que o Brasil supere a estagnação e retome o caminho do desenvolvimento sustentado; para que o nosso país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Faremos a reforma com amplo diálogo social, compartilhando com todos os setores a responsabilidade pela construção de um novo país. Temos avançado muito no debate com os movimentos de trabalhadores rurais em torno de um verdadeiro plano nacional de reforma agrária, e já adiantamos bastante a construção do consenso em torno dos pontos básicos da reforma da Previdência e da reforma tributária.

A parceria com governadores, prefeitos e movimentos sociais está sendo essencial nesse processo. Vamos encaminhar os projetos das reformas ao Congresso e estamos confiantes de que o nosso maior fórum democrático cumprirá com o seu papel neste momento chave da nossa história.

Recordo aqui as palavras, a um só tempo simples e profundas, do mestre Celso Furtado: “desenvolvimento é ser dono do seu próprio destino”.

Duzentos e onze anos depois da morte de Tiradentes, os ideais que inspiraram os inconfidentes, bem como os sonhos igualitários e republicanos de todas as épocas e latitudes, estão cada vez mais presentes e vigorosos entre nós.

Cabe-nos agora dar novos passos consistentes e ousados, e é o que estamos fazendo e vamos fazer, Governo e povo brasileiro juntos.

Muito obrigado.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Protocolo de Intenções e Repasse de Recursos da União para o Espírito Santo, para a área da segurança pública

Vitória – ES, 22 de abril de 2003

Minha querida companheira Marisa Letícia Lula da Silva,
Meu companheiro Paulo Hartung,
Minha querida primeira-dama do Estado, Cristina Gomes,
Meu companheiro Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça,
Meu companheiro Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,
Meu caro Wellington Coimbra, vice-governador do estado do Espírito Santo,
Meus amigos senadores Gerson Camata, João Batista Mota e Magno Malta,
senadores da República pelo estado do Espírito Santo,
Meus companheiros e companheiras deputados Federais Irene Lopes,
Renato Casagrande, João Carlos Goser,
Dr. Eduardo Lemos Ribeiro,
Dr. Roger Agnelli, presidente da Vale do Rio Doce,
Meu caro dom Silvestre, Arcebispo de Vitória,
Meu companheiro Carlos Wilson, presidente da Infraero,
Meu caro Pastor Messenas,
Meu querido Cláudio Vereza, presidente da Assembléia Legislativa do Estado,
depois de um longo e tenebroso inverno e uma longa e tenebrosa disputa,
Meus amigos e minhas amigas,
Meu caro Paulo Lacerda, Luís Eduardo Soares,

O que nós estamos fazendo aqui é o cumprimento de alguns compromissos históricos que assumimos antes de ser Governo. No início do ano de 2001, no Instituto Cidadania, que era o Instituto do qual eu participava, nós resolvemos fazer



um programa de segurança pública para o Brasil. Nós tínhamos chegado à conclusão de que não existia, no Brasil, um programa global que tratasse da questão. E eu chamei, dentre outros companheiros, o Luís Eduardo Soares e o companheiro Antonio Carlos Biscaia, o Roberto Aguiar e o Mariano para coordenarem esse programa.

Foram realizados alguns seminários pelo Brasil afora, ouvimos praticamente todos os segmentos da sociedade que tratavam, direta e indiretamente, da questão da segurança pública. Fomos à favela e começamos o primeiro debate pelo Jardim Ângela, que era tido, na época, como o lugar mais violento de São Paulo. Depois fomos ao Ministério Público, depois aos governos dos estados, à Polícia Militar, à Polícia Civil e à Polícia Federal. Ou seja, não houve nenhum setor que nós não ouvíssemos para elaborar o nosso programa.

Depois desse programa pronto, no lançamento e na entrega dele ao Presidente da Câmara, hoje o governador Aécio Neves, nós tivemos a certeza de que estávamos diante do mais importante programa de segurança pública já feito no Brasil. Se seria ou não possível executá-lo, dependeria primeiro do Governo e, segundo, da sua habilidade e vontade política para tratar a questão como prioridade. Em terceiro lugar, era preciso que os elaboradores do programa ganhassem as eleições para poder executá-lo.

E quis Deus que, depois de 3 eleições, eu fosse eleito Presidente da República, portanto, eu sou um homem, meu caro Paulo Hartung, muito feliz. Eu acordo todo dia com aquela mesma brincadeira que eu fiz durante a campanha. Eu estou numa fase de “Lula Paz e Amor”, eu estou de bem com a vida.

Primeiro, porque acredito que seja possível cumprir cada meta que eu propus durante as eleições. Umas serão mais difíceis, outras serão mais fáceis, algumas deixarão companheiros e companheiras descontentes pelo Brasil afora, mas faremos, uma por uma, as coisas que prometemos durante a campanha.

Eu sempre achei que o grande problema do Brasil era o fato de a elite brasileira não conhecer o país, ou pelo menos a elite que o governava. Se vocês



pegarem a agenda dos Presidentes da República, independentemente do partido a que pertenceram, vocês vão perceber que o Presidente da República mora em Brasília, de vez em quando ele volta para o seu estado natal, de vez em quando vai ao Rio de Janeiro (ninguém é bobo de deixar de ir ao Rio de Janeiro), de vez em quando vai a uma capital participar de um ato solene e volta para Brasília.

Acontece que este país é tão grande, é tão heterogêneo, que se um Presidente da República não se dispuser a andar por ele ao invés de ficar preso num gabinete atendendo apenas à demanda de quem consegue furar a agenda, ele terminará o mandato sem conhecer a cozinha da sua casa. E o governante que não conhece a cozinha da sua casa não conhece a sua casa.

A minha casa é esse país imenso, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, na sua grande maioria abandonado. O último Presidente da República que viajou o Brasil chamava-se Juscelino Kubitschek, que tomou posse em 1956, portanto, faz muitos anos.

Não é apenas aqui no estado do Espírito Santo que há anos um Presidente não vinha. Tem estado onde eles nunca foram, tem estado que nunca conheceram, e nunca se interessaram em conhecer, porque a elite dirigente brasileira gosta mais de Paris, de Londres, de Roma, do que do próprio Brasil.

E aí entra a questão da segurança pública. Historicamente se pensou em discutir a segurança pública no Brasil, achando que o resultado seria dado pela quantidade de policiais, cada vez mais truculentos, que se colocava nas ruas – muitas vezes sem saber distinguir o que era um combate ao criminoso de uma greve de trabalhadores feita nas ruas deste país. A ponto de chegarmos a uma situação em que, de um lado a Polícia Civil não conversava com a Polícia Militar, que não conversava com a Polícia Federal, que não conversava com as Forças Armadas. Era como se fosse um time de futebol, onde cada atacante jogava para si e não percebia que o jogo é um esporte coletivo e que quanto mais você passar a bola para o seu parceiro, mais chance você terá de marcar o gol. E quanto mais você jogar sozinho, mais chance você terá de perder a bola.



Eu uso o futebol como exemplo porque todo mundo no Brasil se sente um pouco técnico de futebol. De vez em quando a gente percebe um jogador que pega a bola, enquanto há quatro ou cinco companheiros do lado dele, livres e melhor posicionados, esperando a bola. Ele desembesta a correr para um canto, vai até a linha de fundo, cansa, perde a bola e volta. E ainda cai para que o juiz lhe dê uma falta, e ainda reclama. Ou seja, esse jogador não é legal. O bom é aquele que pega a bola, olha, vê se tem um parceiro melhor colocado, passa a bola para ele, corre para receber no outro canto, vê outro parceiro e lhe passa a bola. Não tem nem sede para marcar o gol. Às vezes, prefere passar a bola para o companheiro marcar.

Eu acho que a segurança pública começa a ser resolvida na hora em que a gente segue uma política de governo. E eu quero dizer a você, meu caro Paulo Hartung, que esse acordo que estamos fazendo, de um programa de segurança pública unificado entre o governo federal e os estados significa que a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Federal, a Aeronáutica, o Exército e a Marinha têm que estar subordinados a uma orientação de política de Governo. Nenhuma polícia pode fazer o que quer, tem que fazer o que é necessário.

Não é possível que a gente tenha “reinados” em função da existência de várias polícias. Você pode ter várias polícias e ter um trabalho unificado e, com o somatório das qualidades de cada polícia, atingir a perfeição de um programa de segurança pública. E não o contrário. O crime organizado, de forma vergonhosa, tem vencido a polícia neste país. Isso tem que acabar porque o povo espera que o Governo funcione, enquanto Governo. E que o Governo dê orientação. E é isso que nós estamos querendo fazer.

A sociedade brasileira tem consciência de que hoje não estamos enfrentando mais o ladrão de galinha, aquele cidadão que roubava uma galinha, era preso e solto. No dia seguinte, ele roubava outra galinha, o galo, e até os ovos. Mas não era uma figura tão violenta, tão bruta com a sociedade. Hoje não. Hoje nós enfrentamos uma indústria, eu diria até multinacional, do crime organizado. Ele tem o seu braço na política, tem o seu braço na polícia, tem o seu braço no poder Judiciário, tem o



seu braço nos empresários, tem o seu braço internacional. Então, é uma coisa muito poderosa que, de vez em quando, nós vemos na televisão: “Polícia consegue apreender a maior quantidade de cocaína já vista no Brasil”. Aí o que apresenta a televisão? Cinco ou seis “bagrinhos”. Para onde ia e de onde veio, quem vendeu e quem comprou a droga, não aparece. Aparecem os “bagrinhos”, ou seja, é sempre a mesma história.

E nós só vamos combater o crime organizado quando a gente resolver pegar quem compra e quem vende, e não apenas quem está no processo de intermediação, que muitas vezes são pobres coitados, induzidos para ganhar o pão de cada dia. Às vezes a gente pega e ouve na televisão o seguinte discurso: “Tem violência? Tem. Vamos cercar a favela. Tem droga? Tem. Vamos ocupar a favela”. Possivelmente, no dia em que a inteligência da Polícia for mais ousada e mais forte do que a força bruta, a gente não precise invadir uma favela, mas, quem sabe, subir numa cobertura, numa das grandes capitais deste país, e pegar um verdadeiro culpado pelo narcotráfico.

O Márcio Thomaz Bastos sabe, ele está no Ministério da Justiça realizando uma história. Ele é um homem que dedicou grande parte da sua vida discutindo a questão da segurança pública no Brasil, e agora tem quatro anos para realizar isso. Parece pouco, mas é o tempo de, pelo menos, prepararmos o grande alicerce para que outros tijolos venham e a parede e a cobertura dessa casa sejam definitivamente sólidas, e as pessoas possam andar nas ruas com mais segurança.

Não é possível que um cidadão comum, qualquer um de vocês que estão aqui, ao pegar um avião em qualquer lugar, tenha que passar numa máquina com aparelho de Raio-X para saber se estão transportando alguma coisa. E, ao mesmo tempo, ao visitar um preso numa cadeia, na maioria das cadeias brasileiras, você entra sem ter nenhum processo de revista.

Como é possível, dr. Márcio, que um deputado, um advogado, um procurador da Justiça, o Presidente da Infraero, passem por um raio-x em um aeroporto, enquanto, muitas vezes, o advogado não quer se submeter a uma máquina dessas



para visitar um preso? Como isso é possível? Ou seja, nós, homens livres, temos menos privilégios do que aqueles que estão condenados. Em muitos lugares isso acontece. Nós somos mais vigiados. E o que nós queremos? Nós queremos ter um sistema de segurança pública que, em primeiro lugar, não cometa erros, que não puna inocentes e que não absolva culpados.

Nós queremos uma segurança pública em que a Justiça seja igual para todos, e não uma Justiça que cuida com mais carinho daquele que tem “alguns contos de réis” em conta bancária. Como dizia Lampião, em 1927: “neste país, quem tiver 30 contos de réis não vai para a cadeia”. Em muitos casos ainda prevalece exatamente isso. Muitas vezes, a Justiça não age, enquanto Justiça, no cumprimento da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Muitas vezes, uns são mais iguais do que outros, e é o que eu chamo de “justiça classista”. É uma justiça que favorece uma classe.

E é por isso que nós brigamos há tanto tempo, dr. Márcio, pelo controle externo do poder Judiciário. Não é interferir na decisão de um Juiz, mas é pelo menos saber como funciona a “caixa preta” do poder Judiciário, que muitas vezes parece intocável. E nós achamos que a sociedade brasileira precisa começar a assumir os espaços que lhe são de direito para que as coisas funcionem neste país. E, quanto mais fiscalizados formos, mais chances teremos de acertar. Quanto menos fiscalizados, mais continuaremos a cometer os erros que, historicamente, temos cometido.

É por isso que eu sou otimista, porque eu sei o que quero, e sei como fazer para atingir o que nós queremos. Eu tenho consciência de cada passo que vou dar neste país. Nada será feito de forma precipitada, fora de hora, tudo será feito como tem que ser feito.

Este país precisa recuperar o sentido da justiça para todos, recuperar a sua auto-estima. As pessoas precisam voltar a acreditar que as instituições existem para servir e não para serem servidas, como costumeiramente acontece no nosso país.

Na verdade eu sou meio avesso a cerimoniais. Eu sei que é importante o



cerimonial. Eu sempre trago o meu discursinho escrito. Mas de vez em quando eu vou falando de improviso e esse discurso ficou aqui. Mas eu acho que tem algumas coisas importantes, meu companheiro Paulo Hartung, que você tem que saber e precisa saber.

Primeiro, eu quero dizer que foi com pesar que recebi a notícia da morte do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho. Eu acho que, como ele, possivelmente outros serão vítimas da violência, por quererem fazer justiça. E o apelo que eu quero fazer aqui é que, a cada gesto de violência contra homens e mulheres de bem neste país, ao invés de a gente ficar assustado e com medo, nós temos que levantar a cabeça e dizer, cada vez mais alto: custe o que custar, façamos o sacrifício que tivermos que fazer, vamos derrotar o crime organizado neste estado e neste país.

Estou pedindo para o dr. Márcio Thomaz Bastos ir assistir a um filme que eu assisti na Aeronáutica esses dias. É um filme que eu talvez passe um dia em que estiverem reunidos os 27 governadores. Ele mostra o poder do crime organizado contra as instituições. Eu tive a oportunidade de assistir a uma cena onde um avião da Aeronáutica persegue um avião com muita gente do narcotráfico. E eles zombam, porque não podemos atirar não temos a garantia de uma lei que nos permita atirar, ou seja, não se pode atirar, em qualquer lugar. E, de vez em quando, para zombar, eles ainda mostram crianças dentro do avião, mostram mulheres e, às vezes fazem gestos obscenos. E se não houver uma cumplicidade de trabalho entre a Polícia Federal e a Aeronáutica, eles até pousam em aeroportos onde os aviões da Força Aérea não podem pousar. Eles enchem o tanque de gasolina e nós ficamos sem ter o que fazer.

Por isso, companheiro Márcio, o papel do ministro da Justiça, o seu grande feito não é ir para a televisão, como antigamente ia o ministro da Justiça, para falar que era preciso colocar arma pesada na rua. Hoje, nós temos que trabalhar com inteligência. Muitas vezes uma ação inteligente vale mais que 30 canhões nas ruas de uma cidade. E a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Militar e as Forças Armadas, cada um tem um papel a cumprir na Constituição, mas cada um também



tem um papel extra para cumprir junto à sociedade brasileira. E se nós utilizarmos o potencial que cada um pode dar, certamente nós iremos derrotá-los.

Eu estou otimista, o seu papel é de ser maestro. Você não precisa ser especialista em polícia, o que você precisa ser é um maestro, ter o comando que você tem, para colocar as melhores pessoas em cada lugar. Eu digo sempre o seguinte: o maestro não é obrigado a entender de violino e de prato ao mesmo tempo. Ele pode não saber tocar, mas ele sabe reger. O seu papel, Márcio, com o Luís Eduardo, é reger essa orquestra da segurança pública no Brasil, colocar cada um no seu lugar. Que um fosse o primeiro violino, outro, o segundo violino, outro como se fosse o baterista, mas fazer a equipe tocar harmonicamente. Essa é a forma mais eficaz.

É por isso que o nosso programa único de Segurança Pública tem seis áreas prioritárias. Primeiro, gestão unificada da informação. Acreditamos que é na centralização das demandas da área de Segurança que alcançaremos a redução dos índices de criminalidade, por meio de coleta integrada de informações e prevenção ao crime. Isso nunca foi feito de maneira sistêmica pelos governos do Brasil.

Segundo, a gestão do Sistema de Segurança. Vamos definir áreas integradas de segurança nos espaços físicos dos municípios, em vez de várias delegacias espalhadas pelos estados. A solução, de acordo com o nosso plano, é ter áreas geográficas definidas, com estruturas que abriguem perícia, Polícia Civil e Militar, e a gestão integrada do sistema.

Terceiro, a formação e o aperfeiçoamento de policiais. Vamos investir no treinamento de policiais civis e militares por meio de academias integradas. O objetivo é valorizar o profissional e promover maior consciência do que é o exercício da cidadania.

A secretaria Nacional de Segurança Pública tem um setor de formação e aperfeiçoamento que já está trabalhando nos currículos das academias para definir o conteúdo desses cursos de formação.



Quarto, a valorização das perícias. Precisamos dar prioridade à valorização das perícias nos estados para melhorar a investigação do vestígio dos crimes. Há alguns dias eu fiquei sabendo que de 100% dos crimes que acontecem no Rio, apenas 8% são desvendados e 92% não o são. Ou seja, se tem uma pessoa rica que é vítima, muitas vezes a pressão da família faz com que a Polícia vá fundo para investigar. Mas se é um pobre, depois da missa de sétimo dia ele é esquecido. E aquilo entra apenas no controle dos boletins de ocorrências.

Quinto, a prevenção da violência e da criminalidade. Começamos já a realizar ações concretas para prevenir e reduzir a violência, não só aqui, mas também nos outros estados, com ouvidorias independentes e corregedorias unificadas. O objetivo é realizar o controle externo sobre a ação de segurança pública nos estados. A ouvidoria tem o compromisso de ouvir as reclamações da população e identificar abusos. E a Corregedoria vai atuar na fiscalização dos atos dos policiais civis e militares. Esses são os eixos do nosso sistema único de segurança pública que vem sendo experimentado com sucesso, aqui, no Espírito Santo, nos últimos 45 dias.

Montamos aqui um gabinete de gestão integrada que inclui, além das autoridades da área de Segurança do Espírito Santo, representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, das polícias Federal e Rodoviária Federal e da Receita Federal. Esse gabinete capixaba foi pioneiro, foi criado como a primeira experiência do Sistema Único de Segurança Pública.

A nossa idéia é unificar padrões, serviço de inteligência e mecanismos de combate à violência nos estados. Com isso, estaremos dando um passo extraordinário para aumentar a confiança de que vamos enfrentar com galhardia e destemor a questão da violência no nosso país.

Ontem eu peguei o helicóptero da Marinha, no aeroporto, para ir à casa do Paulo Hartung. Mas eu fui lá, não para ver a casa e usufruir do conforto e do carinho da família do Governador. Eu fui lá porque aquele heliporto foi construído para que o presidente Fernando Henrique Cardoso viesse ao estado. Mas como ele não veio, eu fui inaugurar o heliporto da casa do Governador com algum tempo de atraso. E



queria dizer a você, meu querido Paulo Hartung, que por ser um estado geograficamente pequeno, o Espírito Santo está sendo tratado como um filho caçula, aquele que recebe mais carinho, aquele que é tratado com mais chamego. E ele sabe disso. Ele sabe da disposição do companheiro Palocci em tentar, junto com o Governador, encontrar uma solução para a questão dos royalties, para resolver o problema, pelo menos de ordem financeira, para suprir deficiências do passado.

Eu acredito que o ministro Palocci, não só tem um carinho muito grande pelo estado do Espírito Santo, como tem uma relação de amizade e respeito que nós aprendemos a ter com você, Paulo.

Daqui a pouco nós vamos anunciar tanto investimento aqui que você nem esperava que isso fosse acontecer. Outros governadores não conseguiram. E nós vamos fazer porque entendemos que essa é a tarefa do governo federal, de começar a fazer com que as coisas aconteçam no estado, se nós quisermos acreditar no desenvolvimento, na geração de empregos e na distribuição de renda.

Eu quero dizer a todos vocês que tudo começa pelas reformas que vamos fazer. E nós vamos precisar de compreensão, porque todas as coisas que você faz, em toda mudança, tem gente que chora, tem gente que critica e tem gente que gosta. Você já viu algum jogador de futebol gostar de ser substituído, mesmo quando faltam apenas dois minutos e ele esteja jogando mal? Reforma também tem problemas. Ou nós fazemos a reforma na Previdência Social ou daqui a alguns anos os estados não terão dinheiro para pagar nem pouco nem muito ao funcionário.

Ou nós fazemos a reforma tributária, ou este país não será competitivo. Nós estamos competindo com países que não exportam impostos. E nós, muitas vezes, estamos exportando impostos. Alguém vai perder? Vai. Alguém vai pagar mais? Vai. Mas é assim na vida. Se Jesus Cristo precisou ser crucificado para salvar a humanidade, porque que cada um de nós não pode colocar um pouco do seu sacrifício para salvar esse imenso Brasil que tanto precisa de nós?

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de implantação do III Alto-Forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão

Vitória – ES, 22 de abril de 2003

Para economizar tempo, porque nós precisamos visitar, ainda, o Pólo, e foi para isso que nós viemos aqui, eu quero cumprimentar o governador Paulo Hartung e o nosso companheiro José Armando, presidente da CST, e cumprimentar a todos os presentes.

Quero dizer para todos vocês que depois que nós ganhamos as eleições, no dia 27 de outubro, eu tinha assumido um compromisso com a minha consciência, com os meus companheiros, de que não ia perder tempo analisando e fazendo críticas ao Governo que tinha passado. Não que, às vezes, não tenha vontade. Até porque às vezes é mais fácil ficar criticando o que não foi feito pelo outro, do que justificar o que não está sendo feito por nós mesmo.

Mas eu tomei consciência de que não dava para ficar olhando para trás, fazendo críticas às mazelas do passado, sem levar em conta que um mandato de um Presidente da República é de apenas quatro anos e que o tempo passa muito rápido. Portanto, há que se trabalhar muito.

Eu confesso a vocês que, hoje, tenho saudade do tempo que trabalhava na Villares como torneiro mecânico, quando entrava às 8 horas da manhã, saía às 15 ou às 6h. A noite era minha, o sábado era meu e o domingo era meu.

Hoje, como Presidente da República, e acho que o mesmo acontece com você, Paulo Hartung, a gente não tem hora para entrar, não tem hora para sair, não tem sábado, não tem domingo. E, olha lá, que não tem nem dia de Natal e nem dia de Ano Novo, porque neste país, Carlos Wilson, Presidente da República não tem férias. Então, a gente trabalha muito mais.

E, cada vez mais, trabalho com o otimismo de que as coisas vão dar certo. E, para demonstrar isso, eu queria chamar o Carlos Wilson, para não deixar o José



Armando pensando que é só ele que dá notícia boa sobre investimento aqui no estado. Tenho uma notícia para dar, mas eu pretendo que o meu companheiro Carlos Wilson, companheiro da minha mais alta confiança, companheiro de verdade, de muitos anos, que hoje é o presidente da Infraero, eu queria que ele desse uma boa notícia para o Paulo Hartung não ficar apenas elogiando o José Armando. Que elogiasse, também, um pouco, o Governo.

Doutor Carlos Wilson: Pois não, Presidente. Hoje já foi dito, aqui, pelo nosso governador Paulo Hartung, é um dia de anunciar boas notícias para o Espírito Santo.

E eu fico extremamente honrado, meu amigo Paulo Hartung, de estar hoje, aqui, na sua terra, acompanhado do meu conterrâneo, Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e de toda a sua comitiva, com os ministros, com dona Marisa, com Cristina, para dizer que o Espírito Santo, Presidente, foi um estado extremamente penalizado no que se refere a investimentos do governo federal. Há pouco eu conversava com o nosso senador Gerson Camata e ele me dizia que, depois da Terceira Ponte, já se vão 15 anos, e nunca mais o governo federal fez um investimento de grande porte, aqui, no Espírito Santo.

E me dizia que, agora, com o anúncio que nós vamos fazer, nós vamos lançar, e eu estou, aqui, acompanhado da diretora de Engenharia da Infraero que, por sinal, é dona Marisa – pela primeira vez, a Infraero, que era uma empresa muito machista, tem uma mulher como diretora de Engenharia da Empresa –, vamos anunciar um investimento de modernização, de construção do terminal e da nova pista do aeroporto de Vitória. É um investimento de 266 milhões de reais, meu caro José Armando.

Então, como você anuncia investimentos tão grandes, aqui, para a nossa – e nós nos orgulhamos muito de dizer –, a nossa CST, eu também posso dizer, como Presidente da Infraero, que o Espírito Santo vai deixar de ser esquecido, porque o Presidente da República, agora, é Luiz Inácio Lula da Silva.

E você vai ter o investimento que nós precisamos, gerando emprego. Este



aeroporto, quando ficar pronto, Presidente, nós vamos ter 4 mil empregos diretos gerados. Com a obra, que vai durar três anos, nós vamos gerar 1.200 empregos diretos, meu caro José Armando, e de 5 a 6 mil indiretos.

Então, esta era a boa notícia que eu gostaria de dar ao povo do Espírito Santo, acompanhado do nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Presidente: Eu também participei, hoje, de manhã, com o ministro da Justiça, da assinatura de um convênio entre o governo do estado e o governo federal para cuidar da segurança pública deste estado. O Ministério da Justiça tem uma proposta para a segurança pública. Estamos convidando os governadores que queiram participar desse programa para assinarem o acordo.

Muitas vezes, as pessoas exigem que o governo federal tenha uma ação mais pesada. Mas o governo federal não pode fazer intervenção nos estados. O governo federal não pode e não deve. Essa política tem que ser um jogo combinado. E nós fizemos um primeiro acordo com o governador Paulo Hartung, numa perspectiva de que Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e, se for necessário, as Forças Armadas brasileiras, trabalhem conjuntamente. Para que a gente possa fazer com que as pessoas de bem reconquistem o direito de andar na rua com a sua família sem ser assaltado, à luz do dia, às sete horas da manhã, ao meio-dia, ou senão seremos dominados pelo crime organizado, como já fomos, em vários momentos da nossa história.

Tenho andado pelo Brasil, meu caro Paulo Hartung. Acho que, nesses últimos dois meses, inaugurei mais fábricas do que foi inaugurado em todo o ano passado. Já fui, com o Roger Agnelli, inaugurar a Alunorte. Nós já fomos inaugurar um pólo petroquímico em Mauá. Já fui inaugurar a fábrica da cooperativa Cocamar, lá em Maringá, no estado do Paraná. Já fui a Minas Gerais, inaugurar fábrica. Estamos, hoje, inaugurando mais um investimento. E o que tenho notado é que, pelo Brasil inteiro as pessoas voltaram a acreditar que é possível e necessário acreditar no país.



E não adianta tentar convencer um estrangeiro a acreditar no Brasil, se nós não acreditarmos. Ora, se o Presidente da República, se os governadores, se os senadores, se os deputados, se os sindicalistas não acreditarem no seu país, por que haveríamos nós de convencer um estrangeiro a acreditar? A primeira pergunta que eles farão para nós é a seguinte: “Vocês acreditam no Brasil?” Se falarmos “não”, eles falarão: “Então, não venham aqui pedir para que eu faça investimento.”

E por que acredito neste país? Primeiro, porque é inadmissível que um país com o potencial que tem o Brasil, com a base industrial que já tem, com a base intelectual que já tem o país, não dê o salto de qualidade que já deveria ter dado há algum tempo atrás. Convenci-me, desde 1989, de que um país como o Brasil não pode prescindir de um planejamento estratégico de longo prazo. Só se constrói uma grande nação se você pensá-la para 30, para 40, para 50 anos e não pensar apenas de eleição em eleição, que é um dos grandes defeitos do nosso país.

O político só pensa no tempo do seu mandato, como se a vida começasse e terminasse em função do seu mandato. A classe política brasileira, ao longo dos anos, foi perdendo consciência de que somos um instrumento da sociedade, eleitos, em algum momento, para cumprir uma determinada tarefa e que se fossemos pensar em curto prazo apenas, não teríamos um pólo petroquímico como temos no Brasil hoje; não teríamos uma indústria siderúrgica como temos no Brasil hoje; não teríamos uma indústria de celulose como temos hoje; não teríamos construído a ponte Rio-Niterói, não teríamos construído algumas das grandes ferrovias; a Vale do Rio Doce não teria investido tanto, porque tudo isso demora anos e anos e, muitas vezes, o político tem medo de morrer antes de ver a obra inaugurada.

Eu brinco sempre com a classe política, dizendo que o político brasileiro pensa apenas de quatro em quatro anos. Ou seja, se não der para fazer em quatro anos, é melhor não pensar, porque, aí, “eu não posso inaugurar, portanto, não vou ganhar”. Aliás, nem em saneamento básico o político brasileiro gosta de investir, porque saneamento básico significa enterrar dinheiro, significa cavar um buraco e colocar manilha, colocar um cano e não dá para você colocar o nome da mãe, do



pai, do tio em um cano, embaixo da terra. Então, você tem que fazer uma ponte, porque na ponte dá para você colocar, no viaduto dá para você colocar um nome.

Nós precisamos mudar essa lógica. Primeiro, não temos, enquanto dirigentes políticos, que tratar um país como se fosse um instrumento nosso e não um instrumento do país. Nós é que somos brasileiros, não é o Brasil que é nosso. Ou seja, nós é que temos que pensar o que queremos deixar para as novas gerações. E planejamento de longo prazo é que nem cuidar de uma criança: a criança não anda no tempo que a gente deseja que ela ande, e, muitas vezes, não anda por conta própria. Se a gente deixar uma criança andar por conta própria, ela pode demorar mais tempo do que deveria. Então, a mãe tem que ensinar, tem que comprar o carrinho. Quem não pode comprar um carrinho pega na mãozinha e tenta fazer a criança andar. Este é o papel do Governo.

O papel do Governo é ser o indutor, o planejador, o animador do processo de desenvolvimento de um país. Se não tem dinheiro para fazer, o Governo não tem que ter vergonha de chamar a iniciativa privada. Não tem que ter vergonha de fazer parcerias. O que nós não podemos é deixar de ver que este país é extraordinário, que tem, possivelmente, uma das classes trabalhadoras mais produtivas do planeta Terra. Eu tenho ouvido isso de empresários da Alemanha, da Holanda, que estiveram comigo esses dias, dizendo: “Olhe, os trabalhadores brasileiros, bem preparados, não perdem para nenhum trabalhador em lugar nenhum do mundo, em termos de competência, qualidade e produtividade”. E vocês, investidores estrangeiros, aqui, na CST, sabem disso.

Por isso é que nós precisamos investir na educação; na formação profissional dos nossos trabalhadores, dos nossos operários, para que a gente possa colocar qualidade nos produtos que a gente produz, porque é isso que vai dar condições de competitividade para o Brasil. Ninguém vai comprar do Brasil porque o Brasil é um país de Terceiro Mundo; ninguém vai comprar do Brasil porque o Brasil é o país do carnaval; ninguém vai comprar do Brasil porque o Brasil é o campeão de futebol; ninguém vai comprar do Brasil porque o Presidente do Brasil é isso ou aquilo. As



peças vão comprar na hora em que a gente oferecer, no mercado internacional, produtos a preços competitivos e com qualidade competitiva a qualquer outro país do mundo. É isso que vai nos dar condições de não ficar chorando o leite derramado.

Eu não agüento mais viajar pelo mundo e encontrar um Presidente de país latino-americano, e ele ficar jogando a culpa das desgraças do Terceiro Mundo em cima do imperialismo não sei da onde, do desenvolvimento dos países ricos, do imperialismo americano. É uma bobagem. Nós não somos vítimas de nada, nós somos vítimas da nossa competência ou da nossa incompetência. Nós temos que acreditar em nós mesmos. Foi por isso que eu tomei a decisão de que não vou ficar olhando para trás. Eu tenho é que olhar para a frente. Eu tenho é que decidir, com o povo brasileiro, o que nós vamos fazer a cada mês, a cada ano, a cada hora. Há muito o que fazer. Tem pouco dinheiro? Tem. Mas isso tem que ser tratado como na nossa casa. Se tem pouco dinheiro, a gente economiza de um lado, aperta o cinto do outro, não compra uma coisa supérflua aqui, compra apenas o necessário, mas vai tocando o barco. E assim é que a gente constrói uma Nação.

Outro dia eu disse: o BNDES é um grande banco de investimentos. Não é pequeno não, não é pouca coisa. Poucos países do mundo têm um banco de fomento como temos o BNDES. Agora, como é que nós temos que tratar o BNDES? Temos que cuidar para que cada real emprestado pelo BNDES tenha como contrapartida a geração de desenvolvimento, de um posto de trabalho, de um salário, de distribuição de renda. O Banco do Brasil, meu caro Furlan, tem muita possibilidade de investimento. Este ano, só para se ter uma idéia, nós vamos investir 3 bilhões a mais no financiamento da agricultura. E com uma vantagem: antes os agricultores recebiam o dinheiro no mês de setembro ou outubro, quando já estava vencendo a safra. Agora, vão receber em maio. Nós vamos dar o dinheiro antes, para que as pessoas peguem o dinheiro e façam os investimentos necessários.

Eu acredito que se o Presidente da República, os governadores de estado e a classe política acreditarem neste país, não há porquê a gente não passar otimismo à



sociedade e eu acho que as coisas vêm juntas. Todo mundo sabe que o meu sonho é melhorar a vida deste povo. Todo mundo sabe que o meu sonho é melhorar a vida do povo pobre deste país. Isso não é um discurso, isso está na minha história, isso está nas minhas origens, isso está na minha cara. Agora, para fazer isso – eu só posso dar um presente para o meu filho se eu tiver dinheiro. Quantas vezes eu já fui obrigado a dizer para o meu filho: não dá. “Ah, pai, mas eu preciso fazer uma viagem”. Não dá. Então, você tem que tratar o povo como se trata um filho, da forma mais carinhosa possível, mas sem fazer o que fez a elite governante deste país, ao longo dos últimos anos.

Por que nós precisamos fazer reformas da Previdência Social e reforma tributária? Para mim seria muito mais cômodo, meu querido senador Gerson Camatta, fazer o que os outros fizeram, empurrar com a barriga. Para quê eu vou me desgastar com os meus companheiros que me elegeram? Sabe por quê? É porque eu não estou pensando na próxima eleição, eu estou pensando é neste país. Eu tenho um filho com 18 anos e daqui a 30 ou 40 anos ele terá que ter direitos. E se o Estado brasileiro continuar do jeito que está, ninguém vai ter direito neste país, porque não tem dinheiro para pagar. E alguém tem que dizer quem é que vai pagar a conta, quem é que vai arrumar o dinheiro para pagar.

É por isso que nós vamos fazer as reformas. E vamos fazê-las da forma mais tranqüila. Não haverá um único setor nervoso da sociedade com o qual nós não teremos uma conversa. Não haverá setor, por mais bravo que esteja, onde o Presidente da República não terá boas e muitas horas para conversar, seja ele empresarial, sindical, ou político. Nós precisamos, em determinado momento da história do nosso país, deixar de pensar na nossa sobrevivência enquanto político e pensar um pouco neste país, saber o que cada um de nós pode dedicar ao Brasil nos próximos anos.

No Brasil, sempre se discutiu que não se poderia fazer as coisas porque custava muito dinheiro. Agora, imaginem vocês o quanto custou para o Brasil não ter alfabetizado o nosso povo na década de 60 ou na década de 50. Imaginem o quanto



custou para este país a gente não ter feito a reforma agrária quando o mundo inteiro fez, na década de 40 ou 50. Imaginem vocês o quanto custou para este país e o quanto custa a gente não ter feito investimentos na manutenção da infra-estrutura brasileira. Porque, se você não tem dinheiro para fazer uma obra, todo mundo compreende: “Ora, não tenho dinheiro para fazer uma obra”. É como um marido ou uma dona de casa dizer: “Não tenho dinheiro para comprar uma televisão”. Agora, o que a gente não admite é que não tenhamos competência de fazer a manutenção naquilo que já está pronto, porque deixar uma estrada asfaltada acabar e virar pó, deixar uma ferrovia acabar e virar pó significa, simplesmente, incompetência e desleixo. E isso não vamos ter.

Por isso, quero que vocês tenham certeza, sobretudo, os investidores estrangeiros. Neste país, temos que provar algumas coisas. E é importante que todos vocês compreendam que este país não elegeu um Presidente da República da forma como estávamos acostumados a eleger. Este país elegeu um pedaço da história deste país, que não pode falhar, porque, se falharmos, iremos criar uma frustração enorme naquilo que existe de mais organizado na sociedade brasileira. E, se não fôssemos persistentes, este país já poderia ter virado uma Colômbia, este país já poderia ter caído na desesperança total. E não vamos deixar essa esperança que está no semblante de cada homem ou de cada mulher cair no limbo. Podem ficar certos disso.

Nós temos quatro anos para dedicar cada dia a conversar com quem quer que seja, no Brasil e no exterior, com trabalhadores e com empresários, com desempregados e com aposentados, com quem gosta do Governo e com quem não gosta do Governo. Não iremos medir sacrifícios para ter todas as conversas de que este país precisa para fazer todos os investimentos de que esse país precisa para que possa se transformar numa grande nação.

E, aí, é preciso ter coragem para fazer política internacional mais ousada. É preciso recuperar o prestígio que o Brasil jamais deveria ter perdido na América do Sul. É preciso abrir novos espaços, porque é uma vergonha a relação comercial



Brasil-Japão, muito pequena para a economia dos dois países, como é muito pequena a relação comercial Brasil-França. Muitas vezes, o Brasil faz política internacional de forma sentimentalista. E nós não estamos mais na fase do sentimentalismo. A globalização exige competência para fazer negócio. E o Brasil vai ter que brigar muito na Organização Mundial do Comércio.

O companheiro Furlan, quando foi chamado para ser ministro, eu disse a ele – eu nem tinha muita amizade com o Furlan; eu não montei um clube de amigos para serem ministros, eu queria escolher as pessoas competentes em cada área para cumprir com a sua tarefa –, e disse ao Furlan: a sua tarefa é ser um mascate. Você vai ter que vender os produtos brasileiros no exterior, o máximo que você puder fazer, porque nós precisamos de reservas para poder financiar as nossas exportações, para poder nos dar crédito, para a gente poder continuar crescendo. Isso foi dito para cada ministro.

Quero dizer, agora, para você, meu caro José Armando: você não vai se arrepende, muito menos os membros do Conselho e da Direção da CST, pelos investimentos que vocês estão fazendo aqui, porque vocês vão precisar fazer muito mais, porque o Brasil vai vender muito mais do que está vendendo agora.

Vocês são todos jovens, não perdem por esperar. Quatro anos parece muito, mas, quando nos dermos conta, já chegou o final do mandato. E eu quero fazer uma comparação do crescimento econômico, da renda salarial, da distribuição de renda, do saneamento básico, da qualidade da saúde, com os que passaram antes de mim, para a gente ver que não era tão difícil começar a resolver os problemas do Brasil.

O que faltou, na verdade, foram governantes mais comprometidos com este país. E, sobretudo, que acreditassem cegamente no potencial deste país. Toda vez que este país acreditou nele próprio, deu um salto de qualidade. Toda vez que ele foi planejado em médio prazo, este país deu um salto de qualidade. Mas, quando ele foi pensando de forma mesquinha e apenas eleitoralmente, nós caímos.

Vocês precisam lembrar que, o ano passado, no final do ano, havia um risco-Brasil de 2.400 pontos, o dólar a quase 4 reais, e não havia um dólar de crédito para



o financiamento das nossas exportações.

E agora, tudo está voltando à normalidade: o risco-Brasil já está em 800; o dólar, já tem gente querendo que ele não caia mais; os investimentos estão voltando. E este país não vai pedir favor. Este país vai fazer política e vai conquistar um espaço que ele tem direito.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj/vpm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de convênio entre a Confederação Nacional da Indústria e o Ministério da Educação

Brasília – DF, 23 de abril de 2003

Meu caro presidente da CNI, Hermano Monteiro Neto,
Meu companheiro Cristovam, ministro da Educação,
Meu caro governador de Goiás, Marconi Perillo,
Minha querida esposa,

Jair Meneghelli, presidente do Conselho do Sesi, em nome de quem quero cumprimentar a todos os ministros, empresários, dirigentes das Federações das Indústrias de quase todos os estados brasileiros e os meninos que, tão orgulhosamente, estão com a camisa do Sesi,

Eu, antes de ler o meu pronunciamento, quero tocar num assunto que o Armando comentou aqui. Muitas vezes, você sai à procura de um tesouro perdido. E todo mundo que sai, tem a idéia fixa de que vai encontrar o tesouro abarrotado de alguma coisa. E, muitas vezes, a frustração é que você encontra o tesouro não tão cheio quanto você queria.

Todos nós sabíamos a situação do Brasil. Pelo menos em parte, duvido que algum empresário, que algum sindicalista, que algum jornalista bem informado não tivesse consciência da situação do Brasil. Mas a gente, de fora, nunca soube o tamanho e a quantidade de coisas que a gente iria encontrar.

O dado concreto, Armando, é que o Brasil precisa assumir um compromisso consigo mesmo. Durante muitos e muitos anos, nós chorávamos pelos quatro cantos do mundo, sempre tentando encontrar alguém para justificar, muitas vezes, a nossa ineficácia. Isso vale para o Brasil e vale para outros países.

Alguns empresários lembram daquele importante debate do qual eu participei,



onde assumi os compromissos que nortearam toda a minha campanha. E eu disse a vocês que iria cumpri-los, um a um.

Estamos há apenas poucos meses no governo e, com a participação dos 27 governadores de estado brasileiros, vamos, no final deste mês, entregar o projeto de política tributária e de reforma da Previdência para o Congresso Nacional. E bem sabe o companheiro Marconi Perillo – que esteve na reunião dos governadores comigo – que nós temos a nítida consciência da independência e da autonomia do Congresso Nacional para discutir com quem quer que seja e para mudar aquilo que entenda que deva mudar.

Entretanto, chegou um momento da história do Brasil no qual a gente vai ter que decidir se quer continuar com um Brasil onde menos de 50 milhões têm acesso aos bens materiais que este país produz ou se quer um país onde todos os seus filhos e filhas tenham acesso aos bens materiais que nós produzimos.

E isso está relacionado com a questão da alfabetização. Relaciona-se com outras coisas que precisamos fazer no Brasil. Quando falamos de alfabetização, nos lembramos que, durante muitos anos, quando se falava em educação, dizia-se: “Eu não posso fazer tal investimento porque custa muito caro.” E, em nome de uma economia insensata, não se investiu em educação. E, hoje, cada um de nós poderia encostar a cabeça no travesseiro e perguntar a nós mesmos: quanto custou e quanto custa para este país não ter alfabetizado seu povo há 30, 40 ou 50 anos?

Vamos lembrar de países que foram destruídos por guerras, que cresceram menos do que o Brasil e que conseguiram se tornar uma potência econômica muito maior do que o Brasil exatamente, meu caro José, porque acreditavam que a educação era e é a base fundamental para que um país possa crescer e se tornar uma grande nação.

Não existe no planeta Terra, em nenhum momento da história da Humanidade, qualquer país do mundo que tenha crescido, se desenvolvido e distribuído renda com base no analfabetismo, com base na má qualidade da educação. Ou acreditamos nisso e fazemos um esforço muito grande ou a gente não



recupera o tempo perdido... quero dizer a vocês: não depende de dinheiro apenas. Dinheiro, muitas vezes, é necessário, mas, muitas vezes, é desculpa. Depende muito mais de motivarmos a sociedade brasileira para determinadas tarefas que não são da responsabilidade de um Governo. Muitas tarefas podem ser assumidas e assimiladas pela sociedade como um todo.

O Cristovam citou três milhões de estudantes. Numa população de 175 milhões de habitantes, se 10% dos alfabetizados resolvessem ensinar os analfabetos, possivelmente nós faríamos um milagre, em que os calculistas pesquisadores não entenderiam o que aconteceu no nosso país.

Portanto, acho que está nas nossas mãos, Cristovam. E este acordo é um passo extremamente importante. Espero que ele sirva de lição para que outros segmentos da sociedade, para que outras entidades possam assumir o mesmo compromisso, porque, aí, vamos descobrir que o dinheiro nunca foi o grande problema deste país. O grande problema é que, muitas vezes, a miséria e o analfabetismo transformaram-se numa forma eficaz de perpetuação de uma elite no poder. E acho que é possível começar a mudar isso agora.

Eu quero aproveitar este momento e a presença de todos vocês, aqui, para lembrar a figura do maior educador brasileiro, o nosso saudoso companheiro Paulo Freire.

Faço isso por dois motivos.

Primeiro – e isso é evidente para todos nós –, a obra de Paulo Freire continua sendo a nossa maior referência quando o assunto é alfabetização e cidadania.

Segundo – e isso eu já não sei se todos sabem – Paulo Freire começou a trabalhar como alfabetizador no Sesi. Isso foi em 1947. O Sesi tinha apenas um ano de vida e ele foi ser o diretor de Educação e Cultura. Ficou lá por 10 anos e todo mundo sabe o quanto ele deixou lá de coisas boas.

Depois, ele continuou seu caminho, levando ao mundo sua maneira única de educar e conscientizar jovens e adultos. E o Sesi também foi em frente, constituindo-se em uma das redes sociais mais bem-sucedidas do nosso Brasil.



Hoje, porém, aqui nesta sala, as idéias de Paulo Freire e os objetivos da Confederação Nacional da Indústria e do Sesi voltam a se encontrar.

Por isso, só posso dar os parabéns à CNI e ao Sesi por esse compromisso que hoje eles estão assumindo, de alfabetizar dois milhões de jovens e adultos em quatro anos. E eu, particularmente, estou feliz, e tenho certeza de que o nosso querido Paulo Freire também estaria. E, quem sabe, de onde ele está, está sorrindo como nós, aqui.

Estou feliz porque tenho um compromisso – assumido durante a minha trajetória política – de trabalhar para erradicar o analfabetismo, de uma vez por todas, em nosso país.

E para cumprir esse objetivo, que é também um sonho de muitos brasileiros, precisamos de um pacto nacional pela educação.

Precisamos envolver os diferentes segmentos da sociedade para que sejam nossos parceiros nesta empreitada. Essa, como vocês sabem, é uma marca do nosso Governo.

Queremos alfabetizar 20 milhões de jovens e adultos nos próximos quatro anos. E todo mundo sabe: isso não é pouco. É uma meta ambiciosa, mas que pode ser alcançada. Depende não apenas de vontade política, mas de projetos criativos, bem concebidos, e da nossa união de forças. Vocês aqui estão dando um exemplo disso.

Esse acordo entre o MEC e a CNI, o maior que já fizemos até agora, está nesse rumo de alcançar, definitivamente, o fim do analfabetismo.

Governos estaduais estão assinando convênios, como o da Paraíba, que foi o primeiro a fazê-lo, sem falar das iniciativas da sociedade civil como, por exemplo, a da Pastoral da Criança. Queremos ter tantos parceiros quanto pudermos para garantir que o Brasil vença de fato, e definitivamente, o analfabetismo.

O Sesi, como vocês sabem – e vimos, aqui, no vídeo –, desenvolve projetos de educação, inclusive de jovens e adultos, desde que foi criado. Mas agora a entidade será parceira de um programa do Governo Federal, oferecendo para isso



sua estrutura, seu pessoal e parte de seu orçamento.

Isso só ocorre quando Governo e sociedade têm as mesmas prioridades. Isso só ocorre quando há o entendimento de que é preciso somar forças em nome de um objetivo comum. No caso, o resgate da cidadania por meio da educação.

Até o final de 2003, esse convênio que está sendo assinado hoje vai garantir que 300 mil pessoas – de uma meta de três milhões que o Ministério estabeleceu – sejam alfabetizadas. Além disso, nada menos de 14 mil empregos diretos surgirão nesse processo.

A esta altura, vocês devem estar se perguntando: será que o Lula vem aqui na CNI falar sobre educação e nem vai falar do Senai? E, aqui, eu queria falar sobre um capítulo à parte, que não está nem escrito.

O Gerson Peres se lembra: na Constituinte de 87 havia uma famosa guerra, da qual alguns amigos meus faziam parte, sobre a questão de acabar com os “esses” do Brasil. E, muitas vezes, eu não entendia o argumento. Porque eu sempre achei que você não precisa acabar com tudo que está errado, você pode consertar. Você não acaba com a Sudene, com a Sudam, você conserta. Prende os corruptos e conserta.

E eu me lembro do trabalho que tive, na minha pequena bancada – que era só de 16 deputados, mas éramos valentes – para tentar convencê-los que era inexplicável acabar com aquelas entidades. Ninguém iria entender você propor acabar com as coisas que tinham ajudado tanta gente.

Possivelmente, muita gente que fala em acabar com essas entidades, nunca passou nem pelo Sesi, nem pelo Senai, nem pelo Sesc. E talvez não tenham a dimensão do trabalho delas.

Uma pessoa comum, que nasce numa rua que tem guia, sarjeta e asfalto, não tem a dimensão do valor do asfalto numa periferia. Não tem a dimensão do que é um trabalhador sair descalço, pisando em barro vermelho e chegar para pegar o ônibus, com três quilos de barro – daria para fazer uma casinha, se ele tivesse um pouco de cimento para misturar ali. Então, quando se coloca uma simples guia,



aquilo vira um milagre.

Na educação é assim. As pessoas, quando tiverem acesso a universidades, ou tiverem coisas melhores, então vão pensar: “Olha, isso não deve ser bom, porque isso é ligado aos empresários. Então, isso não deve ser bom”.

Mas, sabe o que acontece? E essa é a minha grande tese. Eu sou filho de uma mulher analfabeta, que já morreu. E eu, de oito filhos, fui o primeiro a ter um diploma profissional. Por conta desse diploma profissional, eu fui o primeiro a ter uma casa, uma televisão, um carro. Eu fui virando “chique”, fui tendo as coisas. E tudo por conta de um diploma. Eu fazia questão de dizer, o Gerson Peres é testemunha, de que eu vivi o melhor momento da minha vida no Senai. Foi lá que eu comecei a ganhar mais que o salário mínimo. E como é bom ganhar mais que o salário mínimo! Como é bom você ganhar uma “merrequinha” assim, depois você ter uma profissão, sair com uma carteira profissional e escolher, naquele tempo – hoje, não pode mais – você podia escolher o emprego: “Não, esse aqui eu não quero. Está pagando pouco. Vou para outro lugar.”

E isso, para mim, foi a minha primeira conquista de cidadania. Foi um curso profissionalizante que eu tive a sorte de fazer, que tive a chance de fazer, porque cheguei em uma rua, na porta da fábrica, no momento em que a fábrica estava colocando uma placa, na qual estava escrito que precisavam de um menino para mandar para o Senai. E fui para o Senai, Armando. Eu não tinha noção. O meu sonho era ser mecânico. Eu não sabia nem o que era, mas eu queria ser mecânico porque eu tinha um irmão mais velho que se sujava de graxa, que era mecânico de carros, então... eu queria ser mecânico. Aí, entrei na fábrica de parafusos Marte, fui lá, me inscrevi, fiz a ficha, fui ao Senai, passei no teste. Eu não sabia o que era um torno. Passei na frente de uma prensa e achava que aquilo era um torno, tal era a minha ignorância dentro de uma fábrica.

Foi esse diploma, que consegui em 1963, que me levou para a Villares, e que depois, me levou para o sindicato. Fui Presidente do sindicato e, de muito teimoso que sou, José, hoje estou aqui, como Presidente da República.



Então, acho que apostar na educação é a coisa mais importante que temos que fazer agora. A educação e a luta contra a fome, porque Paulo Freire já dizia que ele descobriu que era inteligente depois que ele começou a comer bem. É verdade, porque uma criança com fome não consegue aprender na escola, não tem nem apetite para aprender. Então, acho que esses são os dois males – como dizia uma poetisa, que esqueço o nome, Eliza Lucinda, lá do Espírito Santo –, “a fome é o apetite sem esperança e o analfabetismo é a cegueira de uma pessoa que enxerga”.

E, Cristovam, não fique muito preocupado, porque tem uma coisa: quem tem pressa come cru. A gente não deve se apressar pelos dias. Se a gente começar a contar os dias que faltam para terminar o mandato e quiser fazer tudo, a gente termina dando trombada. Daqui a pouco, a imprensa começa a cobrar: “Disse que ia alfabetizar 20 milhões, mas alfabetizou só 19 milhões e 999 e não atendeu”. Não se preocupe com isso, Cristovam. E todos vocês, não temos que nos preocupar. Nós temos um objetivo, sabemos que tem 20 milhões de analfabetos neste país, e nós queremos acabar com todos. Se não der para acabar com todos, mas alfabetizar 5 milhões, já será uma vitória extraordinária neste país. Se forem 10 milhões, então, nem se fala. E, Cristovam, você é ministro da Educação. Cuidado, Cristovam, com essa educação continuada. Cuidado, Cristovam, porque é preciso saber se as nossas crianças estão realmente aprendendo. Essa é uma tarefa maluca, porque tão grave quanto o analfabetismo é uma criança ficar dois, três, quatro anos numa escola, repetindo todo ano.

Eu tinha um mestre, que deve ser seu também. Ele dizia assim para mim: “Lula, quando uma pessoa vai ensinar outra e essa pessoa fala alguma coisa e a outra não entendeu, significa que quem não entendeu é burro. Se fala a segunda vez e a pessoa ainda não entendeu, a pessoa continua burra. Mas se fala a terceira vez e a pessoa não entendeu, burro é quem está falando.”

Nós precisamos ter um cuidado excepcional, porque, viu Cristovam, nós temos professores mal remunerados no país, muitas vezes, desmotivados, porque, antigamente, o professor no Brasil era tratado com grande carinho. Não que tivesse



ganhado bem algum dia, mas era tratado como uma profissão nobre. Ser professora ou professor era ser personalidade na rua, no bairro, na cidade. Tem tantas músicas de professoras, de normalistas. Hoje, não. Hoje, a maioria das professoras, nas escolas públicas deste país, vive um dilema: não têm condições de fazer processos de reciclagem. Às vezes, a criança vai para a escola e o problema da criança não é o de aprender, mas é de comer; às vezes, a professora tem que cuidar se a criança está com piolho, tirar piolho da criança; às vezes o vandalismo está permeando, cercando todas as escolas públicas. Quando uma professora chama a atenção de um aluno, ela é esperada na esquina, no outro dia, e às vezes apanha, como nós temos visto nos jornais e na imprensa, todo santo dia.

Então, Cristovam, você sabe que a nossa revolução não é apenas alfabetizar, é alfabetizar, recuperar a dignidade do professor brasileiro e dar sentido a uma escola pública. A escola pública não pode ser o gueto da educação, a escola pública tem que voltar a ser aquilo que já foi. Os grandes mestres da cultura brasileira, todos eles, estudaram em escolas públicas que eram de melhor qualidade. Todos eles. De Florestan Fernandes a Antônio Cândido, todos passaram por escolas públicas. Hoje, nós sabemos que não é mais assim.

Então você percebe, Cristovam, que a nossa tarefa, além de alfabetizar, é recuperar a auto-estima de todos os educadores brasileiros. Isso passa por recuperar a dignidade e a decência das nossas escolas públicas. Você percebe que a sua tarefa é muito maior, porque na tarefa de alfabetizar você já teve uma colher de chá, a CNI já está assumindo dois milhões de jovens e adultos. Daqui a pouco, você vai perceber que vai ter parceria e gente assumindo pelo menos 10 milhões ou 12 milhões. E essa outra parte será você que vai ter que fazer.

Gente, do fundo do coração, Armando, Meneguelli, todos aqueles que participam da CNI e do Sesi, vocês estão prestando mais um grande serviço à sociedade brasileira. Eu não sei como é que vocês reagem, mas quando vocês vêem um companheiro, como este, dizer o que ele falou aqui, se vocês não tivessem feito nada na vida, já seria motivo de orgulho, porque valeu a pena acreditar no



brasileiro.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj/vpm



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Brasil do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez

Recife - PE, 25 de abril de 2003

Bom, primeiro, eu não sabia que o meu amigo Chávez criaria tanta expectativa na imprensa. Porque, assim que sair em todas as fotos nossas que estão tirando, certamente passaremos a ser as pessoas mais famosas, pelo menos por 15 minutos.

Eu queria dizer para a imprensa que é um prazer muito grande estar aqui, no Palácio do Governo do Estado de Pernambuco, junto com o Governador Jarbas Vasconcelos, junto com o Prefeito João Paulo Cunha, junto com vários Ministros do meu Governo, com o presidente Chávez e grande parte dos seus Ministros.

Estou certo que esse momento que estamos vivendo, e essa reunião que terminamos de fazer agora é, sem dúvida nenhuma, um novo marco na relação Venezuela-Brasil.

Gostaria de salientar, de início, que as reuniões que mantive com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, corresponderam às nossas melhores expectativas.

No dia seguinte ao de minha posse, tive a oportunidade de manter um diálogo muito cordial e proveitoso com o presidente Chávez. Compartilhamos de um grande desafio comum, que é o de governar, com visão e mão reformadoras, países marcados por profundas desigualdades econômicas e sociais. Temos a disposição de estreitar ainda mais as relações entre nossos países.

Nesta nova rodada de conversas, procuramos dar mais conteúdo prático a esse diálogo. Conversamos sobre o cenário internacional que se vai complicando a cada dia. Conversamos sobre nossa região, sobre nossos



países e sobre o que fazer para tornar nosso relacionamento bilateral um modelo de experiência da integração.

Ao examinarmos o quadro internacional, nossa atenção voltou-se, naturalmente, para os desdobramentos da situação no Oriente Médio. Além do custo da guerra em termos de dor e de perdas humanas, há também a lamentar o uso da força sem a autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Reafirmamos a necessidade de combater o terrorismo e as ameaças à paz e à segurança internacional, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os instrumentos jurídicos em que são partes o Brasil e a Venezuela. Coincidimos, também, de que é necessário reforçar e reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança.

Fiz tudo o que estava a meu modesto alcance, para oferecer a contribuição do Brasil para uma solução pacífica e diplomática para a questão do desarmamento do Iraque. Mantive contato direto e freqüente com líderes mundiais. Estou empenhado, agora, em contribuir para que as Nações Unidas voltem a ter papel decisivo para uma solução duradoura nessa questão.

Conversamos, também, sobre a estagnação da economia mundial, que muito nos preocupa. Todo o esforço que estamos fazendo para recuperar nossas economias não atingirá plenamente seus objetivos se não houver mudanças importantes na ordem econômica mundial, que facilitem os fluxos de recursos para investimentos em nossos países.

No comércio, apesar de muitas promessas e declarações, os mercados dos países desenvolvidos continuam fechados a grande parte de nossos produtos, em particular àqueles nos quais temos claras vantagens comparativas.

Concordamos em atribuir a mais alta prioridade à integração da América do Sul. O presidente Chávez e eu, estamos plenamente de acordo quanto à urgência de avançar no processo de negociação de uma zona de livre



comércio entre a Comunidade Andina e o Mercosul, e entre a Venezuela e Mercosul, com o fim de estabelecer um espaço econômico integrado sul-americano antes de 31 de dezembro de 2003.

Venezuela e Brasil vão aprimorar a coordenação de posições, junto com os demais países sul-americanos, na Organização Mundial do Comércio e no processo de conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas.

No caso da ALCA, em particular, estamos convencidos de que é preciso se avançar de forma eqüitativa e equilibrada, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério e as graves carências sociais que se observam em muitos deles.

Quero reiterar o apoio do Brasil ao Governo venezuelano. Como integrantes e líderes do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, recebemos com satisfação o projeto de acordo concluído no último dia 11, entre o Governo da Venezuela e as organizações que conformam a Coordenadora Democrática. Esperamos que possa ser aceito como base, para que os venezuelanos encontrem, eles próprios, uma solução constitucional, pacífica, democrática e eleitoral para os problemas de seu país.

Queria dar uma palavra, agora, sobre a integração entre o Brasil e a Venezuela. Os dois países já contam com comunicação rodoviária asfaltada e o Brasil se abastece de energia elétrica venezuelana. Mas há muito mais a fazer. Devemos explorar, plenamente, as oportunidades que se abrem com a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que privilegia o papel da interconexão física entre os dois países para a dinamização do comércio bilateral e estímulo ao desenvolvimento das regiões fronteiriças.

Quero ressaltar a importância da participação da iniciativa privada na busca de fontes de financiamento para as obras de infra-estrutura para a integração física.



Outra forma de integração está na ampliação do comércio entre os dois países. Há, na esfera comercial, muitas oportunidades a serem exploradas pelos empresários brasileiros e venezuelanos.

Os dois governos estão dispostos a fazer a sua parte, incentivando a utilização do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, como mecanismo de liquidação das operações comerciais, de forma a dinamizar e priorizar as relações bilaterais. Registro, com satisfação, a recente visita de expressivas delegações empresariais venezuelanas ao Brasil.

Reafirmamos o compromisso e o apoio de nossos dois Governos à recém-instalada Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

No quadro do fortalecimento dos mecanismos de cooperação na área de segurança e defesa, foram discutidas durante a visita do presidente Chávez as bases para o acesso progressivo da Venezuela às informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), com vistas a alcançar maior integração venezuelana ao sistema. Já solicitamos aos nossos Ministros da Defesa que estabeleçam as modalidades de implantação.

Quero finalizar me referindo à criação do Centro de Estudos Brasileiros em Caracas. A cooperação cultural entre os nossos países permitirá que brasileiros e venezuelanos descubram, ainda, outras identidades, além daquelas representadas pela história de vida do General Abreu e Lima, da qual todos nos orgulhamos.

É importante lembrar que uma aproximação e um trabalho conjunto entre a Petrobrás e Pedveza, com o Acordo assinado aqui, entre o Presidente das duas empresas, pode possibilitar que o processo de integração entre Brasil e Venezuela se dê em poucos anos, e muito mais do que aconteceu nos últimos 40 ou 50 anos.

Por isso, meu caro companheiro presidente Chávez, eu quero, do fundo do meu coração, agradecer a sua disposição de vir ao Brasil. E, quando regressar à Venezuela pode dizer ao seu povo que o povo da Venezuela e o



Governo da Venezuela têm, no povo brasileiro e no Governo brasileiro, um amigo de verdade.

Muito Obrigado

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encerramento do Encontro Empresarial Brasil/Venezuela

Recife, PE, 25 de abril de 2003

Na América do Sul, às vezes, a integração depende de uma ponte. Por isso, acabamos de fazer um acordo com o Presidente Alejandro Toledo, para construção de uma ponte ligando Assis Brasil a Iñapari, no Peru, que custa apenas 4 milhões de reais, ou 1 milhão e meio de dólares. Não é muito. Uma ponte de 200 metros vai permitir que os produtos brasileiros adentrem o Peru e que os do Peru adentrem o Brasil; que o povo peruano possa vir, de carro, para o Brasil e o povo brasileiro, de carro, possa ir para o Peru. É um bom começo. Temos várias obras a fazer em parceria.

O que quero dizer aos empresários brasileiros e aos empresários da Venezuela é que, se depender do meu Governo e se depender do BNDES, não mediremos esforços para ajudar nessa integração, inclusive com financiamento.

Eu disse ao presidente Hugo Chávez, em uma reunião que tivemos pela manhã: “nós temos quatro anos de mandato. E quatro anos passam tão rápido, que, às vezes, quando percebemos terminou o mandato”. E tenho dito, em várias oportunidades: não quero passar para a história do Brasil como mais um Presidente da República que ficou conhecido apenas porque as normas protocolares exigem que ele tenha uma fotografia no Salão Nobre do Palácio.

Quero dedicar, se possível, todos os dias do meu mandato para contribuir para essa integração. E peço a Deus que nós e outros Presidentes da América do Sul passemos para a história como aqueles que deram os passos mais importantes para que a integração deixasse de ser um tema sentimental ou sociológico, para ser uma realidade concreta e objetiva.

Meus parabéns aos dois oradores que me antecederam. Parabéns pelos



documentos que leram aqui, nesta tribuna. O presidente Chávez e eu continuaremos a trabalhar. Primeiro, vamos tornar um hábito a reunião dos nossos ministros. O ministro da Fazenda do Brasil se reunir com o ministro de Finanças da Venezuela; o ministro da Agricultura do Brasil se reunir com o ministro da Agricultura da Venezuela, e os ministros das Minas e Energia, dos Transportes, da Saúde, da Educação; e assim por diante.

Nós precisamos transformar em práticas políticas cotidianas essas reuniões, se quisermos tornar realidade o sonho bolivariano. E isso nós queremos fazer com todos os países da América do Sul, porque, se Deus permitir e se depender da minha vontade pessoal, em breve, a Venezuela estará integrada aos países que compõem o Mercosul. E isso nos dará força para outra discussão, que já está em andamento, sobre a implantação da Área de Livre Comércio das Américas.

Eu quero fazer apenas uma ponderação aos empresários: não se iludam de que, individualmente, cada um pode sobreviver sem articulações conjuntas. Precisamos estabelecer o mínimo de condições, tais como foram estabelecidas para a criação da União Européia, com políticas de ajuda aos países mais pobres, para eles se adequarem a partir da infra-estrutura, para competirem no mundo globalizado – ou nós não teremos condições de sobreviver.

Falo isso como Presidente do país que, possivelmente, tenha maiores condições de sobreviver nesse embate. E quero chamar a atenção de vocês: nós precisamos estabelecer pontos comuns. Nós temos que brigar conjuntamente para acabar com os subsídios nos produtos em que somos competitivos com a União Européia e com os Estados Unidos; e temos que discutir, também, políticas para ajudar a desenvolver os países mais pobres do nosso Continente.

Não é apenas uma discussão econômica. É uma discussão que tem que levar em conta se vamos brigar para sermos países soberanos ou se nos contentaremos em continuar a ser apêndices dos países ricos em um mundo



globalizado. Essa é uma definição política e econômica que teremos que fazer conjuntamente.

Eu já disse ao Governo americano, duas das coisas que eu admiro naquele governo. Primeiro, é a definição clara que eles têm de Nação. Segundo, a noção clara que eles têm do seu potencial de força nas relações culturais, políticas e econômicas com o restante do mundo. E exercem essa sua força de todas as formas possíveis. Eles estão brigando para defender seus interesses.

Muitas vezes, na América Latina, os nossos governantes já entram numa reunião de negociação de forma subserviente, como se fossem cidadãos de segunda classe, sem auto-estima e sem se respeitarem.

Eu aprendi, nos meus 30 anos de militância política, que nenhum negociador respeita alguém que começa a negociar de cabeça baixa. Eu acho que nós temos que entrar nas negociações de cabeça erguida, como Nação que somos e que queremos ser, sem acreditar que, individualmente, cada um de nós vai resolver o seu problema.

Aprendi uma lição. Certa vez, para convencer os trabalhadores a acreditarem no Sindicato, eu fiz um boletim em que havia a ilustração de um trabalhador e de um empresário quebrando uma varinha, com uma frase que dizia: “quebrar uma vara é muito fácil”. Ao lado, colocamos o mesmo trabalhador, com um feixe de varas na mão, e o mesmo empresário tentando quebrar esse feixe, sem conseguir quebrá-lo. Quero dizer a vocês que um país sozinho na América do Sul é frágil. Mas se nós determinarmos os nossos pontos de convergência e agirmos de comum acordo, mirando os interesses da América do Sul, podem ficar certos de que nós teremos muito mais força nas nossas relações internacionais.

É com essa idéia, meu caro Chávez, que eu trabalho. E podem ter certeza: a cada minuto no Governo, além de tentar resolver os problemas do meu país, que são muitos, eu quero contribuir para que possamos ajudar os



países da América do Sul.

Muito obrigado.

/lrj/rsm



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração dos bustos do libertador Simón Bolívar e do general Abreu e Lima

Abreu e Lima – PE, 25 de abril de 2003

Ao povo de Abreu e Lima quero dizer que é um prazer imenso poder estar aqui com vocês na presença do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Quero agradecer a presença do Prefeito de Abreu e Lima, companheiro Jerônimo,

A presença do companheiro João Paulo, prefeito de Recife,

A presença do governador Jarbas Vasconcelos,

Quero agradecer a presença dos deputados federais, dos deputados estaduais, dos ministros, das ministras, tanto do Brasil quanto da Venezuela,

Quero dizer, meu caro presidente Chávez, que é com muita alegria que recebo Vossa Excelência aqui no interior de meu Estado, nesta cidade que leva o nome de Abreu e Lima, um grande brasileiro, um grande pernambucano, e também um grande bolivariano.

Foi Vossa Excelência, quando veio a Brasília para minha posse, em janeiro último, que avivou a memória dos brasileiros em relação à figura de José Inácio de Abreu e Lima, batalhador incansável pela independência e pelo progresso de nossos povos. Fez história, e sua vida transformou-o num indelével símbolo de união entre Brasil e Venezuela. Sinto-me lisonjeado com a comparação, extremamente generosa, que então Vossa Excelência estabeleceu naquela ocasião entre aquele José Inácio e este Luiz Inácio.

Quero salientar, caro Presidente, que se é acidental que contemos com igual parte de nossos nomes, há aspectos da vida e do pensamento de Abreu e Lima – conhecido como “o general das massas” – que, de fato, me têm servido



de inspiração ao longo dos anos: seus ideais de justiça e de liberdade; sua visão de uma sociedade mais justa; e a permanente disposição de lutar para converter aspirações em realidade.

José Inácio de Abreu e Lima foi mais do que um herói em dois países. Entre nós, foi capitão de artilharia, que aderiu à Revolução Republicana de 1817, foi preso e viu seu pai fuzilado. Mais tarde, em 1848, lutaria na Revolução Praieira, e acabou desterrado em Fernando de Noronha. Mas as dificuldades da vida nunca foram suficientes para silenciá-lo ou desanimá-lo. Ousado no plano das idéias, Abreu e Lima também foi homem de ação.

Se a liberdade custava a ser conquistada aqui, partiu ele para persegui-la na Venezuela, alistado no exército do libertador Simón Bolívar. Permaneceu ao lado de Bolívar até a morte deste, em 1831. Chegou ao generalato, recebeu o título de Libertador de Nova Granada.

Mas se cultivamos Abreu e Lima como um herói venezuelano, não podemos também deixar de reverenciá-lo como um herói sul-americano. Embora a visão bolivariana de unir as antigas colônias de Espanha no continente não tenha prosperado, ela representou, inegavelmente, uma semente da integração regional. Bolívar, afinal, não só conquistou a independência da Venezuela, mas também a da Colômbia, a do Equador, a do Peru e a da Bolívia.

Buscar converter em realidade o sonho bolivariano de unidade continental é uma imposição para os países da região. Diante de um mundo que se mostra desinteressado da sorte dos mais pobres e dos mais fracos, somente com a nossa união poderemos reforçar a capacidade de defender os interesses fundamentais de nossos cidadãos. Nessa tarefa, meu caro Presidente, a Venezuela e o Brasil andam de braços dados.

Finalmente, uma palavra também de homenagem a um grande pernambucano e brasileiro que foi Barbosa Lima Sobrinho. Foi dele, quando governador de Pernambuco, a iniciativa de mudar o nome do distrito – hoje



município – de Maricota para Abreu e Lima, cuja população nos recebe hoje com tanto carinho.

Muito obrigado presidente Chávez. E muito obrigado povo de Abreu e Lima.

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no lançamento do Programa Conviver

Buíque, PE, 26 de abril de 2003

Meus companheiros e companheiras do meu querido estado de Pernambuco,
Meus companheiros e companheiras dessa região extraordinária do Nordeste,
E meus companheiros e companheiras da cidade de Buíque, das cidades vizinhas e de Arcoverde,

Eu quero, primeiro, dizer para vocês uma coisa importante. Nós estamos há menos de quatro meses no Governo. E nós já sabíamos, antes das eleições, a situação em que o Brasil se encontrava.

É por isso que tomei como decisão não ficar chorando o leite derramado ou criticando o meu antecessor. E resolvi que, na medida em que tenho apenas quatro anos de mandato, eu não tenho tempo de ficar criticando ninguém. Eu tenho que trabalhar quatro anos para poder cumprir cada palavra que assumi durante toda a minha vida política.

Eu sei que preciso do apoio dos governadores de Estado. E quero aqui, de público, dizer que o governador Jarbas Vasconcelos deu uma contribuição extraordinária quando, a meu convite, foi a Brasília para, junto com outros 26 governadores, assumir o compromisso de ajudar na elaboração da reforma da Previdência e da reforma tributária.

E sei que outras reformas terão que acontecer no nosso país, para que a gente possa ter a certeza de que os nossos filhos irão herdar um Brasil muito mais digno do que aquele que nós herdamos dos nossos pais.

E nós não temos que ter medo das reformas. Na vida, de quando em quando, a gente descobre que tem coisas superadas, que tem coisas que, no começo, eram



maravilhosas. Mas o tempo se encarregou de defasá-las e nós precisamos ter competência para modernizar aquilo que já não é mais o modelo ideal, seja de tributo, de relações trabalhistas, de estrutura sindical ou de qualquer outro assunto.

É por isso que, durante a campanha – estão aqui vários deputados – eu assumi um compromisso. E eu disse, publicamente, que somente eu teria condições de fazer as reformas. Porque você tem que ter relações com todos os deputados, com todos os partidos, com todos os governadores mas, sobretudo, você tem que ter vontade política e coragem para enfrentar aqueles que se colocarão contra as reformas.

Eu faço questão, meus companheiros e companheiras, de lembrar, todo santo dia, cada palavra que eu falei durante a campanha eleitoral. Eu tento não me esquecer de cada compromisso que eu assumi durante a campanha. E isso aqui, Mané, eu sei que é um grande projeto. Eu sei que é preciso garantir às famílias que estão produzindo a certeza de que vão produzir e de que terão aqueles que irão comprar deles, porque, se não tiver mercado, o Estado compra para utilizar no Projeto Fome Zero. Para isso, o Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome está destinando praticamente 400 milhões de reais.

Sei que esse povo precisa de mais terra, Mané. O Governador, eu, os prefeitos, o ministro Humberto Costa, o ministro Rossetto, o ministro Graziano e os deputados que estão aqui – é uma lista imensa de deputados, eu ia ler os nomes, mas isso ia tomar todo o tempo do meu discurso – já visitamos uma casa. Uma companheira chamada Elizabete, com o seu marido, sete filhos e apenas duas tarefas para plantar, ou seja, é quase nada. Às vezes, andando pelo Brasil, a gente vai visitar determinados cemitérios. Há túmulos de ricos que têm mais de duas tarefas só de granito. E o coitado do lavrador, com duas tarefas. Depois, eu encontrei um mais pobre ainda, que só tem uma tarefa. E vocês sabem que, com uma tarefa, as pessoas não podem fazer absolutamente nada.

Mas fazer a reforma agrária, para nós – e está aqui o Ministro que vai coordenar esse processo –, não é tirar miseráveis da cidade para torná-los



miseráveis no campo. É tentar tirá-los da cidade e torná-los cidadãos dignos no campo, porque, na hora em que estiverem assentados, têm que produzir para vender no mercado e ganhar dinheiro. E essa é tarefa que o Governo tem que assumir, porque o assentamento, Mané – e você tem experiência –, pressupõe a terra, mas pressupõe também assistência técnica, seguro agrícola, financiamento e até garantia de preço, para que o produtor não fique à mercê da especulação.

Portanto, é um trabalho mais sério. A gente não quer uma pitomba de má qualidade. A gente quer plantar e irrigar, para que, ao crescer, a pitomba seja frondosa. Não queremos o trabalhador no campo vivendo de cesta básica. Não queremos o trabalhador no campo vivendo de esmolas. Nós precisamos ajudá-lo a produzir, a trabalhar.

Por isso, eu dizia durante a campanha: “não tenho dúvida nenhuma de que, se eu não fizer algo pelo Nordeste, os outros que concorrem comigo não farão nada por essa região”.

A minha mãe saiu de Garanhuns, quando eu tinha sete anos de idade. E a razão pela qual ela saiu é a mesma seca da qual, hoje, eu ouço todos os prefeitos falarem, ouço todos os lavradores falarem. E é lógico que aqui não tem nenhum deus para enfrentar a seca, porque a seca é um fenômeno da natureza. Agora, a fome causada por conta da seca é falta de vergonha de quem governou este país durante os últimos 500 anos.

Nós, certamente, Jarbas, não conseguiremos fazer tudo em quatro anos, mas podem ter certeza de que irei dedicar grande parte do meu tempo para tentar encontrar uma solução para o Nordeste brasileiro.

Quando eu tinha sete anos de idade, Jarbas, fui buscar água com um caçua num açude, com uma jumenta de um padrinho meu. A “desgramada” me derrubou e quase me comeu. Ainda hoje, a gente percebe que no Nordeste inteiro as pessoas passam a mesma privação. É pegando água num açude, que tem mais lama e caramujo do que água. Bota num pote, deixa assentar, tira com uma caneca, bota em outro pote, mas, ainda assim, faltam muitos potes para a gente fazer com que



essa água seja realmente potável. É por isso que, quando cheguei em São Paulo, só tinha barriga e língua, de tão barrigudinho que era de tomar água de açude, com esquistossomose, Jarbas.

Lamentavelmente isso acontece ainda hoje, em muitos lugares do Nordeste brasileiro. E não tem solução para um governador sozinho, para um prefeito sozinho e para um Presidente sozinho. Ou todos nós assumimos a responsabilidade de deixar as nossas divergências para a época das eleições e passamos a governar juntos, ou não haverá solução para este país.

Vou contar para vocês algumas coisas importantes: aqui está o deputado Armando Monteiro Neto, que é o presidente da CNI. Vejam que coisa impossível! Quem é que imaginava o Jair Meneguelli como presidente do SESI? O Meneguelli é presidente do Conselho do SESI, o Armando é presidente da CNI. E o SESI é o instrumento da CNI.

Pois bem, o SESI, a CNI e o Ministério da Educação acabam de firmar um convênio. E o SESI e a CNI vão se responsabilizar de, em três anos, alfabetizar dois milhões de adolescentes neste país. Nós temos tido surpresas extraordinárias com pessoas que querem colaborar e participar.

Eu, Jarbas, vou lhe dizer uma coisa, meu caro governador: existe um projeto de transposição das águas do Rio São Francisco desde 1847. O Lula não tinha nem nascido, e nem você, e esse projeto já estava aí.

Nas campanhas das quais participei, Jarbas, eu recebi até documento de repúdio à minha pessoa, na Paraíba. A Assembléia Legislativa do Ceará assinou documento me repudiando, porque eu me negava a dizer que era favorável à transposição sem antes pensar em como recuperar o “velho Chico”, pois a irresponsabilidade dos homens está matando o Rio, seus afluentes e as matas ciliares.

Pois bem, eu sempre me recusei a assumir o compromisso de fazer a transposição. E outros candidatos a Presidente chegavam em Pernambuco e eram favoráveis, porque Pernambuco precisava. Chegavam na Paraíba e eram favoráveis,



porque a Paraíba precisava. Chegavam no Ceará e eram favoráveis, porque o Ceará precisava. Chegavam no Rio Grande do Norte e eram favoráveis. Quando chegavam na Bahia eram contra, porque o governo era contra. Quando chegavam em Sergipe eram contra, porque o governo de Sergipe era contra.

Como eu não nasci com duas caras, só com uma, eu disse aos companheiros, ontem: “eu nunca fiz promessas, mas aguardem”. Porque, se houver transposição neste país, vai ser exatamente no meu Governo. Sabem por quê? Porque eu sei o que é a seca. Eu sei o que é o sofrimento causado a mulheres, homens e crianças por causa da seca. E eu sei que o Nordeste precisa de água.

E nós vamos fazer não apenas um estudo profundo sobre a transposição. Nós vamos fazer um estudo profundo de como recuperar alguns rios, que hoje quase não têm água, mas que, na época do inverno, enchem e não têm pequenas barragens para que essa água fique represada.

Vamos estudar, no Nordeste, em quais rios a gente poderá fazer pequenas barragens, para que a gente possa armazenar água e as pessoas possam ter água mais alguns meses por ano.

Eu fui na Barragem de Serrinha, oito meses depois que o presidente Fernando Henrique Cardoso inaugurou. E li as matérias dos jornais de Pernambuco. Diziam assim: “Porque, agora, não haverá mais seca em Serra Talhada. Porque, agora, vai ter não sei o quê em Serra Talhada”. Não tem um pé de urtiga irrigado. Não tem um pé.

E quem tem que fazer isso é o governo federal. Porque é da sua responsabilidade fazer a política agrícola nacional. E, para fazer irrigação, é preciso energia, encanamentos e financiamento. O que não dá é para você fazer uma represa daquele tamanho e deixar a água armazenada para o sol bebê-la. Porque o sol está bebendo, acho, quase uns 30% daquela água.

Eu me comprometo de que o Miguel Rosseto virá aqui, com o seu secretário, para fazer um estudo e ver o que pode ser feito ali, próximo, para tornar as pessoas produtivas e a vida menos sofrível do que nós temos hoje.



Tem uma outra coisa aqui, no meu querido Nordeste, sobre a qual eu fico pensando. Eu olho na cara das pessoas e vejo que, muitas vezes, nós, nordestinos, somos tratados como se fôssemos de segunda categoria. Muitas vezes. E eu fui vítima disso durante a vida inteira.

Mas também é verdade que o nordestino que é nordestino não tem que baixar a cabeça nunca. Também é verdade que o sofrimento que nós temos nos dá mais garra, nos dá mais disposição de lutar e nos dá mais certeza de que a gente vai vencer.

Se eu saí de Garanhuns – hoje, a minha cidade é Caetés, mas, naquele tempo, era Garanhuns – e consegui virar Presidente da República, porque não posso garantir que vocês vão voltar a produzir, que a gente vai alfabetizar esse povo, que a gente vai gerar empregos neste país? Por que a gente não pode garantir?

Buíque, Prefeito, é uma cidade que tem muita gente analfabeta. E nenhum país do mundo vai para a frente se o povo não souber ler e escrever. Quero assumir um compromisso com você, Prefeito: nos próximos dias, virá aqui, nesta cidade, o ministro da Educação, que também é pernambucano, que foi governador de Brasília, para discutir com os prefeitos da região como fazer para que a gente, no menor espaço de tempo, possa alfabetizar esses milhões de nordestinos que precisam ser alfabetizados.

Esse projeto que estamos lançando agora é apenas um começo. Como disseram os ministros Graziano e Miguel Rossetto, é apenas o começo de quem tem apenas 110 dias de Governo. Quero dizer para vocês, olhando na cara de cada criança, de cada mulher: não quero passar para a história deste país como um Presidente cujo único feito foi o de ter uma fotografia sua pendurada no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Eu não quero. Sei muito bem onde quero chegar. Sei muito bem os passos que quero dar. E sei muito bem o que tem que ser feito neste país. E vou fazer. Podem ficar certos de que nós vamos fazer.

Quando vocês estiverem mais desanimados, mais desacreditados, peço a



vocês: pelo amor de Deus, levantem a cabeça e acreditem. Acreditem que a nossa disposição vai mudar este país. Este país não pode continuar sendo tratado como se fosse um país insignificante. As autoridades brasileiras precisam ser respeitadas lá fora. Este povo não pode ser tratado como um povo de segunda categoria.

Estive com a Volkswagen, com a Mercedes Benz e com várias empresas japonesas. O que me dá mais orgulho é quando um empresário estrangeiro me diz: “Presidente Lula, os trabalhadores brasileiros são melhores do que qualquer outro trabalhador, em qualquer outra parte do mundo, porque não tem tarefa difícil para esses trabalhadores.”

Então, fico imaginando: no dia em que as nossas crianças comerem, no dia em que estudarem, no dia em que os nossos adolescentes tiverem formação profissional, o quanto este país poderá ter de crescimento.

E quero te dizer, Jarbas, ao João Paulo, prefeito de Recife, aos prefeitos de todas as cidades: não quero saber a que partido vocês pertencem. Não quero saber qual a religião que vocês comungam. O que quero saber é que vocês têm responsabilidades públicas, tanto quanto eu. E, por isso, podem ficar certos de que não medirei esforços para bater na sua porta, quando precisar que o governo de Pernambuco ajude o governo federal na execução das suas políticas. E, da mesma forma os prefeitos, porque não tenho tempo de arrumar inimigo. Quero é construir mais amigos, porque o povo brasileiro está cansado de sofrer, está cansado de promessas e está cansado de esperar.

Por isso, meu caro Prefeito, muito obrigado pela recepção. Se isso aqui vai ser transformado em uma feira, podem ficar certos de que agora, com o Seguro-Safra, vai ter muita barraca aqui, muita gente vendendo e muita gente comprando.

Que Deus abençoe a vocês e que Ele possa permitir que, daqui a algum tempo, eu volte a esta região para ver os resultados do programa que estamos lançando hoje. Até outro dia, se Deus assim o permitir.

/mcpro/lrj



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República



Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada

Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 28 de abril de 2003

Excelentíssimo Senhor Gonzalo Sánchez de Lozada, presidente da Bolívia,

Senhores Ministros e Senhoras Ministras da Bolívia e do Brasil,

Meus amigos e minhas amigas,

Quero crer que a imprensa brasileira está se dando conta, nesses quatro meses, de quantas reuniões de trabalho nós já fizemos com os países da América do Sul. Possivelmente, no dia 27 de maio, terminaremos de conversar com todos os países, o que, na prática, significa que a integração da América do Sul não é mais uma integração sentimental. É uma política que queremos levar muito a sério. E muito mais feliz fico eu, quando percebo que há a concordância com todos os Presidentes com quem até agora conversamos.

Os encontros que hoje mantive com o presidente Gonzalo Sánchez de Lozada foram extremamente proveitosos. É com prazer, portanto, que registro nossa decisão comum de aprofundar as já excelentes relações que unem nossos dois países, com vistas a convertê-los, nos próximos anos, em sócios íntimos e parceiros preferenciais.

O gás é elemento relevante em nossas relações, mas estamos convencidos de que deve ser apenas uma das inúmeras possibilidades de cooperação e negócios que se abrem entre nós. É do nosso interesse mútuo constituir malha de vínculos entre o Brasil e a Bolívia, similar a que já existe entre o Brasil e outros países da América do Sul, beneficiando as áreas dos



transportes, do comércio, da cultura, dos investimentos, da vida fronteiriça, entre outras.

Quando conversamos sobre a integração física bilateral, ressaltamos a importância dos projetos considerados no âmbito da iniciativa para a integração da infra-estrutura regional da América do Sul e a relevância da mesma como elemento fundamental para a criação de um espaço econômico ampliado na América do Sul.

Isso não significa que estejamos subestimando a potencialidade de cooperação que se abre no setor energético. O presidente Sánchez de Lozada e eu lembramos, a propósito, como as exportações de gás boliviano para o Brasil foram importantes para estimular estudos de projetos de desenvolvimento paralelo, entre os quais o desenvolvimento da indústria na região da fronteira.

Tenho-me referido às dificuldades que o Brasil e os demais países da região enfrentam na área das finanças e do comércio internacional. Foi a consciência de que essa situação nos é adversa que me levou a atribuir a mais alta prioridade de nossa política externa à América do Sul.

Estou plenamente convencido de que a criação de um espaço econômico mais amplo, baseado no comércio, em indispensáveis projetos de infra-estrutura e na busca da complementaridade econômico-comercial terá repercussões muito positivas, não somente para nós, como também para nossas relações, como região, com o resto do mundo.

Há passos concretos a serem dados, sobre os quais conversei com o presidente Sánchez de Lozada. Nós nos pusemos de acordo, por exemplo, sobre a urgência de se avançar no processo de negociação de uma zona de livre comércio entre a Comunidade Andina e o Mercosul, o que possibilitará estabelecer um espaço econômico. A Bolívia está disposta, também, a coordenar posições, conosco e com os demais países da região, nas negociações da Organização Mundial do Comércio e da ALCA. Em relação a



este último processo negociador, estamos convencidos de que os avanços devem levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países do Hemisfério e as enormes carências sociais desses países, as quais se agravaram em anos recentes.

Em nossa conversa, nós nos referimos também à instalação, em Brasília, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que nesta primeira etapa está sendo dirigida por um cidadão boliviano. Trata-se de um valioso mecanismo de coordenação política e de canalização de recursos extra-regionais para projetos de interesse de nossos dois países, na busca do desenvolvimento sustentável da região amazônica.

Quero também salientar que foi com muito orgulho e com muita satisfação que eu vi o presidente Sánchez de Lozada afirmar que dará o seu apoio não apenas nas discussões de reformulação do papel das Nações Unidas, mas também apoio ao Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Isso, para nós, é muito importante, não apenas pela possibilidade concreta, mas, sobretudo, pelo grau de confiança demonstrado pelo Presidente da Bolívia.

Por isso, quero, na frente da imprensa brasileira, Presidente, agradecer o seu gesto e dizer que, se o Brasil for indicado como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, pode ficar certo de que o Brasil não irá envergonhar nenhum país da América do Sul.

Obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade do 30º aniversário da Embrapa

Centro Cultural Esportivo da Embrapa, Brasília - DF, 29 de abril de 2003

Meu caro companheiro Clayton Campanhola, presidente da Embrapa,
Meus caros companheiros ministros Roberto Rodrigues e José Graziano,
Meu querido companheiro governador do estado do Mato Grosso do Sul, mais conhecido como Zeca do PT,

Minha querida companheira Marisa,
Senhores e senhoras deputadas,
Embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro,
Embaixadores da China e do Uruguai,
Pesquisadores, funcionários e agricultores aqui presentes,

Eu acredito que falar de desenvolvimento brasileiro na área da agropecuária e não falar da Embrapa, não tem, nos últimos anos, nenhum sentido. Possivelmente, a Embrapa seja, quem sabe, das instituições de pesquisas existentes hoje, no mundo, a que mais tenha PhDs formados nas mais diferentes universidades do mundo e que, lamentavelmente, muitas vezes não têm o reconhecimento necessário dentro do seu próprio país.

Queria dizer também que está presente, aqui, o nosso sempre amigo representante da FAO, o companheiro José Tobino.

Nas minhas caminhadas e caravanas pelo Brasil, raramente passei numa região onde eu não tivesse uma visita agendada a uma representação da Embrapa. E fiz isso porque acreditava, e hoje acredito mais firmemente, que a Embrapa pode ser muito mais do que ela é, na medida em que o Governo cumpra a sua pequena obrigação, que é a de garantir o dinheiro para a continuidade das pesquisas em andamento e para as novas pesquisas que precisam ser feitas neste país.



Quando fui chegando aqui eu vi uma série de faixas dos funcionários, que com muita razão estão reivindicando um pouco mais de dinheiro para os seus salários. Eu, embora não vá declarar nenhum aumento, quero que vocês saibam o que eu digo em todo lugar: se a situação do Brasil fosse muito boa, certamente eu não seria Presidente da República.

A nossa vitória se deve muito à desesperança que tinha tomado conta de amplos segmentos da sociedade, e as pessoas viam na eleição a oportunidade de se tomar um novo rumo. Cada um de nós aqui tem uma experiência de vida e sabe que, muitas vezes, não basta a vontade política para fazer as mudanças necessárias, é preciso disposição política, mas é preciso também que se tenha as condições de fazê-la.

Neste instante, nós estamos criando as condições para fazermos o Brasil ser mais justo, mais fraterno e mais solidário com aqueles que são a razão de ser do próprio Estado brasileiro.

Eu não me canso de dizer que, há quatro meses, havia os céticos no Brasil que diziam que a inflação iria estourar, que o dólar iria para R\$ 5 reais e que o risco-Brasil iria crescer como jamais cresceu.

E o que nós estamos vendo? Hoje estamos vendo companheiros nossos já reivindicando que o dólar não caia tanto, principalmente os nossos amigos exportadores. Nós estamos vendo que o risco-Brasil, que chegou a 2.400, está a um pouco mais de 800 e, se Deus quiser, logo chegará a 600. Se Deus quiser, daqui a pouco este país não terá nenhuma razão para ser analisado como um país de risco, porque nós temos condições de ser diferentes.

E as coisas estão acontecendo. Vocês estão lembrados de que no dia da posse eu disse que nós iríamos começar fazendo aquilo que era necessário, depois aquilo que era possível e quando menos se esperasse, o que parecia impossível. E parecia impossível o dólar cair, o risco-Brasil cair, e a gasolina, o óleo diesel, a nafta e o querosene de avião terem seus preços reduzidos.

Como eu sou casado há 30 anos com a Marisa, e nós já passamos por



situações muito difíceis, eu sei quando é o momento da gente apertar, e liberar as coisas. Somente quem viveu os apertos da maioria da sociedade é que se dá conta de que, se a casa não estiver arrumada, a gente pode mentir durante algum tempo, mas não pode mentir o tempo todo.

Como o Brasil não é meu, e eu estou de passagem por um mandato de quatro anos, quero ser verdadeiro com cada homem, com cada mulher durante cada dia do meu mandato. Porque somente sendo verdadeiro e honesto com vocês é que vai me permitir, ao terminar o meu mandato, não ser lembrado apenas porque num salão nobre há uma fotografia do Presidente da República. Eu quero ser lembrado porque quero ser um Presidente da República que cumpriu cada palavra que assumiu durante a campanha e que conquistou, durante quatro anos de mandato, o direito de continuar andando nas ruas deste país de cabeça erguida, saudando os companheiros e as companheiras. E no Brasil nós sabemos que isso não é fácil, não é uma tarefa pequena. Mas nós vamos cumpri-la.

Eu, de vez em quando, vou me deitar e fico imaginando que fui abençoado por Deus. Primeiro, porque consegui montar uma das mais extraordinárias equipes que um Governo já montou neste país. São pessoas que conhecem as áreas pelas quais estão responsáveis, que estão dispostas a fazer qualquer sacrifício para ajudar nosso país a mudar e pessoas que, como eu, carregam dentro de si a esperança que alimentou nossos sonhos e vai permitir que os realizemos.

De vez em quando fico pensando: como é que uma pessoa honesta, que não vai desviar um milímetro do dinheiro público para sua conta, aceita ser ministro, num país onde salário de ministro é tão pequeno? Esses dias eu vinha conversando com o Amaury, que não é nem ministro. É o secretário-executivo do companheiro ministro Roberto Rodrigues. Depois de ser dono de grandes empresas, depois de chegar num momento da sua vida e tomar a decisão de dizer: “Bom, eu já estou numa certa idade da minha vida, agora eu vou vender a minha empresa. Eu agora vou viver os últimos anos da minha vida tranquilo”, deu-se ao luxo de dar todos os ternos e gravatas que tinha. E, de repente, o Roberto consegue convencê-lo a vir para o



Governo. E ele veio. E, o que é mais “grave”, chorou de emoção duas vezes lá em Buíque, em Pernambuco, durante o ato público que nós realizamos. Eu acho que, muitas vezes, estávamos mal acostumados no Brasil. Venho dizendo, nos últimos quatro anos: há uma coisa mais grave no Brasil que a situação econômica, que é o processo de desagregação da estrutura da sociedade brasileira. As pessoas estão descrentes, as pessoas não acreditam mais em nada, as famílias estão se deteriorando, é filho que não acredita em pai; é pai que não acredita em mãe. Levados por uma incerteza, por uma enxurrada de matérias negativas, as pessoas vão achando que muitas vezes não vale mais a pena. E esse é um problema que nós vamos ter que resolver, que é recuperar uma coisa sem a qual o ser humano não sobrevive, que é a auto-estima, é acreditar nas coisas que faz, a cada santo dia, e levantar todo dia mais otimista do que estava de noite, quando foi deitar.

Se nós fizermos isso, vocês podem ficar certos de que este país dará, em quatro anos, um salto de qualidade que nenhum cientista político, nenhum analista econômico foi capaz de prever. Porque normalmente é assim quando o povo se junta, quando quer uma coisa, acontece, porque o povo quis que acontecesse, e isso não estava previsto em nenhuma análise de cientista, e muito menos de economista. E eu acho que o povo brasileiro, neste momento, está dando uma chance a si mesmo e acreditando que este país não nasceu para ser apenas um país emergente, para ser um país do futuro ou para ser um país que se contenta em viver perambulando pelo mundo em busca de dinheiro emprestado.

A agricultura e a agropecuária brasileiras são a demonstração mais viva de que este país pode crescer e pode ter um PIB maior, a partir do suor derramado pelo rosto de cada um dos 175 milhões de brasileiros que aqui residem.

E é isso que eu estou tentando fazer as pessoas voltarem a gostar e acreditar no Brasil, fazer com que as pessoas de vez em quando não pensem em si mesmas, na sua fábrica, na sua fazenda, na sua fortuna, na sua pobreza, mas que a gente pense um pouco que, juntos, nós vamos encontrar uma saída para este país, na medida em que nós acreditarmos no Brasil.



Em política não existe milagre, existe determinação, existe definição de prioridades e existe o horizonte a que nós decidimos chegar, e eu estou convencido que vamos chegar onde todos nós sonhamos chegar. E vamos chegar juntos, porque eu acho que o espaço está colocado. Eu acompanho a política internacional há muitos anos. O Roberto Rodrigues talvez seja, dentre nós, o brasileiro que mais viajou por este mundo. Eu duvido que em algum momento da história, o Brasil teve a credibilidade que tem no exterior hoje. Ainda vamos aumentar essa credibilidade sem subserviência, sem posições subalternas, mas exigindo com tranqüilidade, com muita calma, e com muita seriedade aquilo a que nós temos direito, como por exemplo, o preço dos produtos agrícolas.

Não adianta a Europa dizer que o Brasil tem que abrir mão dos seus subsídios, dos seus incentivos, se nós estamos praticamente impedidos de competir em igualdade de condições pela quantidade de dinheiro que eles colocam lá. Não adianta a gente ter o nome num organismo chamado Alca, que é a Área de Livre Comércio das Américas, se antes de começarmos a negociar, os Estados Unidos aprovam no Congresso todas as salvaguardas para os seus produtos agrícolas. Nós vamos entrar para competir de que jeito?

Podem ficar certos de que, desta vez, quem quiser negociar com o Brasil vai negociar sabendo que este país tem um Governo que sabe o que quer, que sabe onde quer chegar e como fazer para chegar lá. Eu não tenho muito tempo, eu tenho quatro anos, tempo suficiente para provar para minha consciência e para a consciência do povo brasileiro que o Brasil poderia, há muito tempo, ter sido muito melhor para os seus filhos do que é hoje.

Os 30 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária nos trazem uma lição decisiva para o futuro. Criada em 26 de abril de 1973, a Embrapa desempenhou um papel fundamental na modernização da agricultura brasileira, tornando-se a prova viva do quanto é importante pensar em um país estrategicamente.

Se houve distorção nesse processo – e nós sabemos que houve, – foi porque



o Brasil não fez a reforma agrária, não combateu a fome e descuidou do desenvolvimento regional. Isso se deve à orientação política que predominou no Estado brasileiro. Mas isso não tira o mérito da criação estratégica de um centro de pesquisa agropecuária.

O Brasil precisa voltar a ser planejado. Agora mesmo, nós vamos ter a oportunidade de provar isso, com mais discussões sobre o Plano Plurianual do nosso Governo.

O nosso país tem base tecnológica, pesquisa de ponta e autonomia para comandar e coordenar a nossa agropecuária. Isso se deve, em grande parte, ao patrimônio do conhecimento acumulado pelas 39 unidades da Embrapa e ao trabalho abnegado de seus funcionários nas últimas três décadas.

Estamos entre os quatro maiores produtores de alimentos do planeta. Somos responsáveis por 23% da soja produzida no mundo. Isso tem muito a ver com a existência de uma empresa pública de pesquisa no setor. Ao longo desses anos, a Embrapa desenvolveu centenas de sementes, criou novas técnicas de manejo e implantou sistemas de controle de pragas menos agressivos ao meio ambiente.

Variedades adaptadas às diferentes faixas de clima e solo viabilizaram a expansão de nossas lavouras em quase todo o território nacional. Essa injeção de dinamismo beneficiou um amplo leque de culturas. A produtividade do arroz cresceu 120% nos últimos 15 anos. A do leite aumentou em 70%. A da batata saltou a 103%, e a do nosso feijão de cada dia avançou 35%.

O potencial produtivo desenvolvido pela Embrapa apenas confirma o quanto é absurdo que um terço dos brasileiros ainda enfrentem a fome e a desnutrição. Os ganhos de eficiência e de escala viabilizados pelas pesquisas permitem hoje, ao Brasil, abastecer tranquilamente seu mercado interno e ainda gerar 19 bilhões de dólares de saldo comercial, com exportações agrícolas. É um dinheiro conquistado com o suor e o trabalho de mãos brasileiras. Um dinheiro que não depende do humor, nem das pressões de ninguém. É um dinheiro que nasce da nossa própria terra. Pois é esse dinheiro que nós vamos precisar, cada vez mais, para reduzir a



vulnerabilidade externa, voltar a crescer e garantir o desenvolvimento nacional. O balanço desses 30 anos da Embrapa mostra como isso pode e deve ser feito.

A grande lição que ela oferece é que a economia não deve dispensar o apoio de uma política de Estado, para ganhar escala, eficiência e competitividade internacional.

Nós sabemos que desenvolvimento não brota espontaneamente. Não basta ter solos férteis, água abundante e 365 dias de sol por ano. É preciso mais que isso. Para brotar, o desenvolvimento exige muitas transformações, um plantio cuidadoso de políticas estratégicas com uma noção muito clara do que se quer colher e de como se pretende repartir os frutos. Um país deve escolher o seu próprio destino, com definição política de prioridades.

Sem tecnologia de ponta, sem pesquisa para induzir e apoiar a produção, nenhum povo consegue acelerar seu crescimento, reduzir as desigualdades e conquistar um espaço digno no mundo globalizado.

A Embrapa provou ser uma alavanca estratégica para consolidar a grande empresa rural brasileira. Agora chegou a vez de abraçar uma missão crucial que ficou para trás: viabilizar aquele segmento de pequenos agricultores esquecidos no processo de modernização.

A cegueira social, de quem enxergava o campo apenas como um entreposto de safras e insumos, expulsou 40 milhões de brasileiros e brasileiras da área rural nas últimas três décadas.

Portanto, se temos motivos para comemorar esse aniversário, temos também uma dívida a saldar. Mesmo esquecida, a agricultura familiar ainda responde por 35% da oferta de alimentos, ocupa 77% da mão-de-obra rural e representa 80% dos estabelecimentos no campo.

Chegou a vez de colocar tecnologia e pesquisa também na terra do pequeno produtor, até porque a produção empresarial e a familiar não são antagônicas, mas complementares. Cabe a elas, juntas, enfrentar os desafios imensos colocados para a agricultura brasileira, hoje, de garantir a segurança alimentar, combater a fome,



promover o desenvolvimento regional e gerar excedentes exportáveis. Há, portanto, espaço para todos e serviço de sobra para a Embrapa.

Se a grande escala se destaca pela vocação exportadora, o pequeno agricultor desempenha um leque de funções relevantes, que vai desde a ocupação do território ao abastecimento dos mercados locais.

O Brasil deveria dar graças a Deus, porque ainda tem quase um terço de sua população vivendo na área rural ou em pequenos municípios ligados à atividade agrícola. Deveria dar graças a Deus porque ainda tem a chance de realizar uma reforma agrária pacífica e democrática em pleno século XXI. Deveria dar graças a Deus porque ainda pode garantir ao produtor rural e à sua família acesso ao mercado através do cooperativismo do crédito e da tecnologia.

Isso significa que o Brasil não vai continuar esperando chegar ao Primeiro Mundo para que o nosso povo tenha dignidade. O que nós precisamos, urgentemente, é enfrentar os desequilíbrios sociais e regionais que empurram uma grande parcela da população para viver no avesso do mundo, debaixo da ponte, ao lado do shopping center e com a barriga vazia em plena área rural.

Para corrigir isso é que existe o Governo, é para isso que existe Estado nacional. Nós podemos consolidar a estabilidade e fazer o Brasil crescer, de modo que todo pai de família possa dormir em paz e acordar com esperança.

Uma empresa pública estratégica como a Embrapa deve estar sintonizada com os desafios econômicos e sociais do nosso Brasil, e para isso ela vai também ampliar a parceria com o setor privado, em projetos específicos de pesquisas; vai, ainda, cuidar das fronteiras agrícolas do futuro, representadas pela biotecnologia. Mas vai incorporar à estrutura já existente a versatilidade da atuação local, o que implica maior sintonia com o pequeno produtor, com as questões regionais, com as demandas sociais e com os projetos prioritários deste Governo, sendo que o combate à fome e a pobreza é o principal deles.

Para que o Fome Zero tenha os efeitos multiplicadores que pretendemos, contribuindo para superar a miséria e a fome, a Embrapa terá que dar a sua grande



contribuição.

Novas culturas, variedades mais produtivas e técnicas de manejo específicas terão que ser implementadas para que a propriedade familiar possa ganhar eficiência e agregar valor às colheitas, mesmo em condições adversas, como é o caso do nosso querido semi-árido nordestino.

Eu quero dizer a vocês que estou consciente das dificuldades orçamentárias vividas pela Embrapa nos últimos anos. E quero dizer também que assumo o compromisso de recuperar, mesmo que gradativamente, os investimentos em pesquisa. Vamos, desde já, garantir as condições necessárias ao custeio, de modo a não comprometer as experiências em andamento. E faço isso porque sei o quanto o país e a agricultura devem a essa empresa, os benefícios de suas descobertas e inovações.

Nós sabemos que rumo tomar. E quando se sabe o rumo e com quem caminhar, o futuro fica mais claro e os obstáculos, menores. Nós vamos enfrentar esses desafios juntos. A Embrapa representa uma chance de futuro para um enorme contingente de brasileiros que ainda vivem no campo.

Justamente para simbolizar essa aliança do futuro, quero mencionar aqui uma parceria que resume o espírito dessa caminhada conjunta. Todos vocês sabem que a Embrapa funciona também como uma grande Arca de Noé. Aqui são preservadas amostras de nossa biodiversidade, numa coleção que já soma mais de 83 mil espécies vegetais. Entre elas está a de um milho macio e muito doce, cultivado pelos antepassados dos índios Kraôs, do Tocantins. Ao longo das gerações e justamente porque as diferenças regionais foram desprezadas neste país, os Kraôs perderiam esse patrimônio cultural e alimentar. Mas graças a uma coleta feita por pesquisadores da Embrapa, nos anos 70, eles agora estão recebendo de volta essa riqueza genética que combina rusticidade com alto teor de amido. Há, nesse gesto, um sentido maior. O que estamos devolvendo aos Kraôs é apenas um minúsculo grão do muito que os povos indígenas nos deram, não apenas de riqueza alimentar, mas também cultural e espiritual.



Gostaria de dizer a vocês que a gente conhece um país pelo tratamento que ele dispensa aos segmentos mais frágeis do seu povo. E eu ficarei muito feliz se, no futuro, essa cooperação entre a Embrapa e o povo Kraô for lembrada como retrato fiel de um Governo que levou o Brasil a se reencontrar consigo mesmo, através da solidariedade e da justiça social.

Muito obrigado.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de lançamento do Plano Nacional de Turismo 2003/2007 e posse do Conselho Nacional de Turismo

Palácio do Planalto, 29 de abril de 2003

Excelentíssimo companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Minha companheira Marisa, minha esposa,
Meu caro Walfrido dos Mares Guia, ministro do Turismo, e sua senhora,
Sheila dos Mares Guia,
Meus companheiros ministros,
Empresários,
Cássio Cunha Lima, governador da Paraíba,
Joaquim Roriz, governador de Brasília,
Meu caro José Orcírio, governador do estado do Mato Grosso do Sul,
José Reinaldo Tavares, governador do Maranhão,
Meu caro Luiz Henrique, governador de Santa Catarina,
Meu caro Marconi Perillo, governador de Goiás,
Meu caro Ronaldo Lessa, governador de Alagoas,
Wellington Dias, governador do Piauí,
Nossa querida Maristela Mello e Silva, esposa do nosso querido companheiro governador do Paraná, o companheiro Requião,
Meu caro embaixador da Espanha,

Se alguém visse o Mares Guia falar e fosse um fanático do Governo, diria assim para vocês: “Tudo o que ele falou vai começar a funcionar hoje mesmo.” Um pessimista da oposição diria: “Isso nunca vai funcionar.” Nós, do Governo, queremos dizer: esse projeto é uma planta que estamos plantando hoje. Não é uma semente,



porque não estamos começando do zero, já existe muita coisa feita no Brasil. É uma árvore enxertada, geneticamente melhorada. E nós, agora, temos apenas a obrigação de cuidar, de não permitir que alguém atrapalhe o crescimento dessa árvore, regando-a o necessário para que a gente possa, no menor espaço de tempo, colher os frutos do que estamos plantando.

Se, um dia, um homem decidiu construir uma muralha na China, que tem 6 mil quilômetros, eu fico imaginando, quando ele resolveu tomar a decisão de fazer a muralha e colocar a primeira pedra, quantos não o chamaram de louco. E, hoje, é o único monumento construído pelo ser humano visto da Lua.

Quantos de vocês imaginaram algum dia que o Ministério do Turismo sairia exatamente no meu Governo? Quantos? Eu vou dizer por que criamos esse Ministério. Houve duas coisas que me fizeram pensar. A primeira foi a pesca. Eu, por acaso, estava em Santa Catarina e fui convidado para ir a um congresso de pescadores. Cheguei, fiquei sentado num lugarzinho, ouvindo os pescadores falarem, e fiquei pensando: como é possível que um país que tem 8 mil quilômetros de costa marítima, e ainda tem mais 300 milhas, tem menos pescados que o Peru? Como é possível que um país que tenha uma costa marítima fantástica, a maior reserva de água doce do mundo, não tenha um Ministério da Pesca?

A pesca, meu caro Marconi, era uma vírgula no Ministério da Agricultura. Por isso, o Brasil importava peixe do Peru e pescado do Chile; e os nossos pescadores ficavam morrendo de fome e a nossa indústria estava naval falida.

Aconteceu a mesma coisa com o turismo. Eu estava em Pernambuco e, conversando com um companheiro, ele começou a me dar números do crescimento do turismo no Nordeste e eu comecei a pensar: mas não é possível que, se o turismo representa para o Brasil tudo isso que eu vejo e ouço as pessoas dizerem todo o santo dia, por que nos últimos dez anos não teve um de nós, aqui, candidato a Presidente, governador, senador, deputado, que não invocasse a necessidade da indústria do turismo?

E eu ficava imaginando: se o turismo é tão importante, por que se chama



Ministério do Esporte e Turismo? Pelo menos, deveria ser o contrário: Ministério do Turismo e Esporte. E aí eu falei: “sabem de uma coisa? É melhor a gente criar logo o Ministério do Turismo, porque nós temos o Ministério da Indústria, o Ministério da Agricultura e nós colocamos o turismo como uma das coisas mais importantes para o futuro da nossa economia. Que tal darmos uma chance aos empresários do turismo, ao Brasil, ao povo brasileiro e ver se a gente, num curto prazo de tempo, atinge o padrão que a nossa querida Espanha ou a que a nossa querida França atingiu no turismo?”

Nós podemos. Talvez não sejamos melhores, e nem tenhamos um terço da história que tem a nossa querida e velha Europa, mas nós temos a nova história, que ainda está para ser construída. E quem sabe esta nova história tenha muito a ver com os milhões de turistas que vamos trazer para o Brasil. Não custa nada. Vai-se até Madri, Barcelona, Toledo, Granada, Sevilha e, depois, dá-se um pulinho ao Brasil. Dá-se um pulinho, é tão perto! Afinal de contas, o Nordeste está apenas a seis horas.

Estou convencido, e vou repetir o que eu já disse aqui várias vezes: nunca se acreditou no turismo no Brasil porque quem dirigiu este país só imaginava São Paulo e Rio de Janeiro e, quando muito, Brasília. Não conhecia o Brasil. E, não conhecendo o Brasil, não se investe em turismo.

Acho que quando as nossas crianças viajarem, antes de viajarem para Miami (para onde acho que devem viajar), antes de viajarem para a Europa, (para onde eu acho que devem viajar para ter acesso à cultura antiga), eu acho que seria importante que dessem uma passadinha pelo Brasil, por vários lugares que são extraordinariamente bonitos.

Vocês sabem que a beleza está muito ligada à capacidade de enxergar do ser humano. Por exemplo, Maristela, eu, daqui, estou vendo você de um jeito. Mas, se colocarem dez pessoas aqui, do meu lado, cada uma vai ver você de um jeito. Então, você percebe que a beleza não é uma coisa única. A beleza depende muito do olhar da pessoa que está olhando. Aqui, no Brasil, por exemplo, quando você



tenta falar em recuperar uma obra qualquer que seja do patrimônio histórico, aparece alguém dizendo que você está jogando dinheiro fora. E esse mesmo alguém, que diz que você está jogando dinheiro fora, viaja de executivo para o Velho Mundo para ver um castelo e fica admirando aquele castelo, em Toledo, que só está preservado porque alguém investiu na preservação dele.

Acho que, muitas vezes, nós nos atrasamos no âmbito da competitividade internacional porque a nossa auto-estima sempre esteve do umbigo para baixo. Nós nunca permitimos que ela subisse até a nossa massa encefálica, para que a gente pudesse extrair deste país a beleza extraordinária que Deus nos deu e que a gente ainda não mostrou ao mundo, porque o mundo tem informação deformada sobre o Brasil. O mundo tem informação de criança de rua, de violência, sobre o Brasil de favelas, de futebol. Mas será que é só isso que o Brasil tem?

Eu acho que esse Ministério, meu companheiro Mares Guia, tem a tarefa de mostrar o seguinte: Olhe tudo isso que falaram até agora é verdade. Mas este país tem muito mais coisas para serem mostradas. Tem o povo mais extraordinário do planeta Terra. Um povo solidário e alegre.

É uma pena que aquele grupo de companheiros que estava ali não possa desfilar aqui, para a gente ver um pouco da beleza do Brasil e a sua diversidade cultural.

Acho que precisamos fazer uma grande campanha, como jamais foi feita na história deste país, sobre o turismo brasileiro, sobre as coisas bonitas que nós temos, sobre as mulheres, os homens, o futebol, as crianças, as nossas praias, a nossa comida, a nossa própria história. Qual o país que tem a diversidade culinária que tem o Brasil? Eu acho é que nós só vamos dar certo na hora em que nós acreditarmos em nós mesmos.

E, aí, Walfrido, eu quero lhe dizer o seguinte: veja como Deus escreve certo por linhas tortas. Eu não o conhecia. Ouvia dizer que havia um tal de Walfrido, que tinha sido, acho, secretário de Estado do governador Eduardo Azeredo. E a fama não era boa, porque diziam que você tinha privatizado as empresas lá em Minas e



aquele negócio todo. E ainda era do PTB. E que história é essa?

Mas o José Dirceu, como mineiro de Passa Quatro, resolveu dizer: “Não, vamos fazer aliança com o PTB e vamos conhecer as pessoas”. Aí, eu tive o prazer de convidar o Walfrido para uma conversa.

E hoje, Walfrido, quero dizer, na frente de todos os meus ministros, dos governadores de Estado, dos nossos deputados, dos nossos empresários que estão aqui, dos nossos estudantes: graças a Deus alguém colocou você no nosso caminho, porque hoje você conquistou, de fato e de direito, com a sua inteligência e com a sua disposição de trabalhar, um papel na história deste país, como o primeiro ministro indicado só para cuidar de turismo, no Brasil.

Ultimamente, eu tenho tido sorte com mineiro: José Alencar, você, José Dirceu, o Dulci, o Anderson, ou seja, os mineiros estão ocupando espaço. E, aí, você vai ser obrigado a utilizar a beleza turística de Minas Gerais, que é uma obra-prima. E veja se dá uma “colher de chá” para a minha Garanhuns, não é? Porque lá deve ter alguma coisa para as pessoas verem.

Mas, meus amigos e minhas amigas, é com muita alegria e, eu diria, até emoção, que estou participando do lançamento desse Plano de Turismo para o país.

Eu conheço as pessoas que trabalham com o ministro Walfrido, e posso dizer para vocês, sem nenhum demérito a qualquer pessoa que já cuidou do turismo no Brasil: eu duvido que em algum momento da nossa história alguém tenha montado a equipe que o nosso companheiro Walfrido montou.

É como se fosse um time de futebol, com cinco atacantes, todos do nível do Pelé, do Ronaldinho ou do Garrincha. Cada um entende mais do que o outro. E é por isso que estou convencido: a vontade do Governo, a disposição do Ministério, a necessidade do Brasil e a vontade de vocês vai fazer o turismo ser a “bola da vez”, vai fazer o turismo suprir parte das nossas necessidades.

Vocês sabem que eu me orgulho muito do quanto já viajei por este nosso Brasil. E sempre me perguntei porque o nosso país aproveita tão pouco as suas potencialidades turísticas e porque se envolve tão timidamente nessa atividade



econômica, de importância mundial. Foi por isso que decidimos criar o Ministério.

As maiores dificuldades para o desenvolvimento do turismo são conhecidas. O turista é sempre um cidadão ou cidadã que vem compartilhar o nosso espaço físico, as belezas naturais da nossa localidade, o nosso entretenimento, a nossa cultura, a nossa identidade. Enfim, o turista vai estar sempre no espaço que a gente já está.

Nesse sentido, temos que pensar na qualidade de atendimento ao turista da mesma forma que tratamos da qualidade de vida do nosso povo. O turista é nosso convidado, nosso visitante.

Por isso, o turismo precisa ser bem planejado e articulado com o setor produtivo e as comunidades, dentro de princípios éticos e ecológicos, para produzir os efeitos que se deseja.

No meu Governo, o turismo está sendo tratado como uma atividade estratégica para o desenvolvimento econômico e social do país. Isso significa estar atento a tudo que estimule e facilite os brasileiros ou brasileiras, a conhecerem melhor o Brasil e a tudo que possa melhorar, e muito, a captação de turistas internacionais para o nosso país.

Um bom exemplo disso é a segurança pública. O governo federal não está medindo esforços para combater a violência e a criminalidade. Isso é dever supremo do Estado para com nossos cidadãos. Mas, sem garantir segurança, todo mundo sabe que fica também mais difícil atrair turistas para as nossas cidades.

O Brasil precisa acordar de uma vez para a importância do turismo. Essa é uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo e que mais geram empregos. Desde 1993, o turismo tornou-se o principal item das exportações internacionais, tendo superado os derivados do petróleo, automóveis e eletroeletrônicos. De cada nove empregos existentes no mundo, um é gerado pelo turismo. Para que se tenha uma idéia, o Conselho Mundial de Viagens de Turismo prevê que essa atividade será líder na geração de empregos no século XXI.

Vou citar alguns números que confirmam isso. As projeções da Organização



Mundial do Turismo (OMT) apontam que em 2020 serão registradas mais de um bilhão e meio de viagens de turistas internacionais em todo o mundo.

Essas viagens vão promover receitas superiores a 2 trilhões de dólares. Isso significa que o setor vai crescer a uma taxa anual média de 4,1 %, o que supera a previsão média do crescimento da riqueza mundial, que é de 3 % ao ano. A Organização Mundial do Turismo prevê, ainda, que o turismo interno será tão ou mais importante que o turismo internacional. E o que é mais importante: o principal crescimento deverá ocorrer justamente nos chamados países em desenvolvimento, como o nosso.

O Brasil já registra alguns números interessantes no setor de turismo. Mas esses números revelam, sobretudo, que a nossa possibilidade de crescer é muito grande. Principalmente se comparamos o nosso desempenho atual e as nossas potencialidades com o crescimento do turismo no mundo.

Pelos dados da Embratur, o turismo no Brasil, no ano passado, gerou uma renda de 25 bilhões de dólares. Ou seja, quase 4 % do PIB brasileiro.

Em relação aos turistas estrangeiros, o Brasil recebeu 3 milhões e 400 mil visitantes, gerando uma receita de 3 bilhões e 200 milhões de dólares.

Esses números, no entanto, ainda nos deixam num longínquo vigésimo nono lugar no *ranking* mundial dos países.

Com o plano que estamos lançando hoje, essa situação vai mudar. E vai mudar radicalmente, porque esse é um plano ousado, criativo e consistente. Com as medidas práticas previstas, e os investimentos que faremos, vamos incrementar de modo decisivo tanto o turismo interno como a captação internacional.

Em primeiro lugar, estamos lançando o programa “Turismo é Emprego”, que cria a linha do Proger-Turismo com um montante de 200 milhões de reais, do qual também participam o Ministério do Trabalho e Emprego e o Banco do Brasil.

Além disso, com a Caixa Econômica Federal, estamos liberando mais R\$ 400 milhões para financiar descontos de títulos e capital de giro instantâneo, a fim de apoiar, especialmente, pequenos e médios agentes de viagens e operadores



turísticos.

Mais ainda: o BNDES vai disponibilizar R\$ 500 milhões para investimentos no setor. E o Ministério do Turismo e o Ministério da Integração Nacional já estão propondo aos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste – FCO, do Nordeste – FNE e do Norte – FNO que aloquem valores de aproximadamente R\$ 700 milhões para o turismo nessas regiões. Esses valores somam, somente para este ano, 1 bilhão e 800 milhões de reais.

A infra-estrutura, também, é fundamental para o setor, por isso, estamos agilizando o Prodetur Nordeste II, que é financiado, em parte, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, em parte pelos estados e em parte pela União, num total de investimentos da ordem de 400 milhões de dólares.

O Prodetur-Sul, também financiado pelo BID, está em fase final de assinatura dos contratos, e somará outros 400 milhões de dólares.

O Proecotur, na Amazônia Legal, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente contará com mais 200 milhões de dólares.

O BID-Pantanal, em fase de planejamento, receberá todo o empenho para sua elaboração e execução. Para ele, estão previstos outros 165 milhões de dólares. Para o Sudeste e o Centro do Brasil, recomendei ao Ministério do Turismo, em sintonia com os governos de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e do Distrito Federal, que elabore um projeto específico de fomento ao turismo dessas regiões que vamos chamar de Prodetur JK.

Parte dos recursos que mencionei serão utilizados na melhoria de aeroportos, terminais rodoviários, estradas, na restauração do nosso patrimônio histórico e em obras de saneamento básico. São investimentos que beneficiarão diretamente as populações das cidades turísticas e o nosso país como um todo.

Nós sabemos que o turismo cresce à medida que aumenta a qualidade de nosso receptivo. Vamos fazer, portanto, um esforço coletivo para aumentar a nossa competitividade com a melhor qualificação de pessoal e melhoria dos equipamentos. Vamos também ampliar a oferta de produtos, aproveitando o imenso potencial do



nosso Brasil continente.

A partir de agora, a promoção internacional não será mais exclusividade dos recursos da Embratur ou do Ministério do Turismo. Um comitê interministerial já está funcionando no âmbito do Governo para discutir, rever e implantar uma nova imagem do Brasil e de seus produtos no exterior.

Vamos ampliar significativamente esses investimentos, apresentando a imagem de um Brasil alegre, jovem, diverso cultural e ambientalmente, mas, ao mesmo tempo, a de um Brasil trabalhador, participativo, cada vez mais democrático, consciente de seu papel no futuro da América Latina e do mundo.

Vamos promover com isso nossas praias, nossas festas, nossa cultura, nossa religiosidade – e, ao mesmo tempo, vamos mostrar nossa indústria, nossa produção agrícola, nosso comércio diversificado, nossa produção científica e tecnológica.

Vamos apoiar a realização de eventos no país e buscar captá-los onde for possível. É para isso que vamos adotar o lema: “O Brasil quer o seu próximo evento”.

Cada brasileiro que viaja no interior do nosso país ou cada turista que vem de fora nos visitar representa mais empregos para a nossa gente. Nós esperamos que o turismo no Brasil contribua com um milhão e 200 mil novos empregos durante os próximos quatro anos.

Este Plano Nacional do Turismo, lançado nesta tarde, é fruto de uma construção coletiva e um chamamento à sociedade brasileira, ao setor privado, às universidades, às organizações não-governamentais para que, juntos, façamos na prática tudo aquilo que sonhamos.

Este não é apenas o Plano do Governo para o Turismo, mas é o Plano do Brasil para o Turismo.

Muito obrigado.

/mcpro/lrj/vpm



Presidência da República
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Discurso do Presidente da República



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura do Seminário “Brasil – China: Um salto necessário”

Bndes – Rio de Janeiro - RJ, 30 de abril de 2003

Quero cumprimentar a excelentíssima companheira governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho,

Quero cumprimentar o embaixador Juang Yande, embaixador da China, no Brasil,

Meu amigo Samuel Pinheiro Guimarães, ministro interino das Relações Exteriores,

Senhor Luiz Fernando Furlan, ministro de estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

Senhor Luiz Dulci, ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República,

Companheira Benedita da Silva, ministra da Assistência e Promoção Social,
Senhora Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia.

Companheiro Miro Teixeira, ministro das Comunicações,

Companheiro Roberto Amaral, ministro da Ciência e Tecnologia,

Luiz Paulo Conde, vice-governador do estado do Rio de Janeiro,

Marco Antônio Vale, prefeito em exercício da cidade do Rio de Janeiro,

Meu amigo Carlos Lessa, presidente do BNDES,

Meu amigo José Eduardo Dutra, presidente da Petrobrás, que nos deu uma alegria muito grande esta semana, anunciando a redução do preço da nafta, do óleo diesel, da gasolina,

Senhor Maurício Botelho, presidente da Embraer,

Senhor Flávio Andrade, presidente da Souza Cruz,

Senhor Rogério Marinho, vice-presidente do jornal “O Globo”,

Senhor embaixador Marcílio Marques Moreira, presidente da Associação



Comercial do Rio de Janeiro,

Meus amigos deputados, senadores, empresários, intelectuais, jornalistas aqui presentes,

Meus amigos e minhas amigas,

Napoleão Bonaparte fez ecoar uma frase que ficou muito famosa junto aos chineses. Disse ele: “A China é um gigante adormecido. No dia em que a China acordar, o mundo vai tremer”. Se ele, na mesma época, tivesse visitado o Brasil, também diria o mesmo. E eu acredito que essa frase, dita por Napoleão, nos leva à compreensão de uma música que marcou a nossa época, pelo menos a da minha geração. Marcou época na vida, acho, de todos os que lutaram por democracia no Brasil, quando dizia: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”

Durante muito tempo, aqui no Brasil, costumava se brincar dizendo que as coisas só aconteciam se desse antes no “New York Times”. Precisou o governo americano transformar a China num parceiro comercial privilegiado para que o resto do mundo acordasse para compreender a China. E eu, particularmente, acho que essa frase do Vandrê vai permear todo o meu Governo: o Brasil precisa, definitivamente, aprender que somos um país grande, que temos vocação para crescer e que não precisamos pedir licença a ninguém para disputar as nossas relações políticas, diplomáticas e comerciais.

Eu quero afirmar a vocês aqui, na sede do BNDES, que nesses quatro anos nós vamos fazer política internacional com tal intensidade, que em algum momento vocês vão me dizer, como já estão dizendo alguns companheiros hoje, para não deixar o dólar cair mais, e que o Brasil precisa ocupar logo os espaços.

A nossa relação com a União Européia é fantástica, com os Estados Unidos é muito importante, mas nós precisamos abrir novas fronteiras, e não temos o direito de ficar esperando alguém nos convidar. Eu dizia durante a campanha: nós vamos ter que fazer como aquele mascate que chegava à porta da casa da gente, batia palmas, às vezes a mãe da gente ia atender mal-humorada porque estava numa



outra ocupação e já ia dizendo, “eu não quero nada, não vou comprar nada”; e, dali a 20 minutos, voltava com um pacotinho e com uma dívida para pagar em 12 ou em 24 meses .

É assim que, na minha opinião, o Brasil precisa proceder. Nós temos a América do Sul, a China, o mundo asiático, o Oriente Médio, a Índia, a África, e é uma obrigação política, moral e histórica nossa estreitar cada vez mais a relação com o continente africano. Não podemos esquecer isso.

Portanto, quem trabalha com política exterior vai ter muito trabalho nesses próximos quatro anos, vai ter que viajar muito por esse mundo, porque o Brasil vai se descobrir para o mundo. Nós temos um espaço para ocupar e vamos ocupá-lo com a nossa indústria, com a nossa agricultura, com a nossa cultura, com a nossa relação política e com a nossa capacidade tecnológica.

O Brasil precisa compreender que a atitude mais importante que nós temos, neste momento, é recuperar a nossa auto-estima, acreditar em nós mesmos, acreditar que somos competitivos e descobrir onde nos tornaremos competitivos para enfrentar esse mundo cada vez mais globalizado.

Por isso, é com grande prazer que abro os trabalhos do Seminário Brasil-China: Um Salto Necessário. Desejo, em primeiro lugar, congratular-me com os organizadores pela escolha do título do seminário. Este é o segundo evento de que participo em pouco mais de dois meses, voltado para o aprimoramento do diálogo entre Brasil e China.

Minha presença é indicação da alta prioridade que meu Governo atribui ao estreitamento das relações com a China. A magnífica exposição dos Guerreiros de Xian e os tesouros da Cidade Proibida, que inaugurei recentemente em São Paulo, nos inspira vitalidade e auto-confiança diante de um passado milenar.

Já o Seminário que estamos, hoje, inaugurando, nos remete à possibilidade do futuro, de um futuro onde o Brasil e China serão, cada vez mais, parceiros na construção de uma convivência harmônica e próspera entre nossos povos.

Tenho repetido que a América do Sul será prioridade em meu Governo, pois



estou convencido de que o desenvolvimento pleno do Brasil só será possível como parte da integração do continente como um todo. As vastas distâncias e disparidades regionais e sociais do Brasil só serão definitivamente superadas quando se conformar o espaço integrado sul-americano. E se temos uma vocação regional, somos, também, um país global. Da mesma forma que a integração nacional passa pela integração regional, estou convencido de que a aproximação com a Ásia e, em particular, com a China, será decisiva para o Brasil realizar esse destino maior.

São múltiplos os aspectos em que Brasil e China formam uma parceria estratégica. De um lado, as potencialidades do nosso intercâmbio comercial são um poderoso estímulo para a conclusão das estradas de integração sul-americana, ligando o Atlântico e o Pacífico, contribuindo, portanto, para viabilizar a própria integração regional. Por outro lado, creio que o êxito econômico chinês oferece esse exemplo de como transformar e integrar um país, dinamicamente, num processo de globalização da economia internacional, com benefícios para toda a população.

Além disso, compartilhamos a determinação de forjar uma ordem internacional democrática e sem hegemonismos, uma ordem na qual o papel central das Nações Unidas e, em particular, de um Conselho de Segurança representativo e legítimo sejam garantidos.

Este Seminário oferece oportunidade para avaliarmos, juntos, as realizações e promessas dessa parceria. O sinal mais eloqüente da força da cooperação entre os nossos países está na evolução impressionante das trocas comerciais já citadas aqui pela nossa governadora. E que eu vou repetir para marcar na memória de cada empresário aqui presente.

Desde 2002, a China já é o quarto maior destino para as exportações brasileiras. Os números são especialmente significativos, quando pensamos no ritmo exponencial de seu crescimento. Como resultado, o comércio bilateral praticamente triplicou nos últimos três anos. E quero, aqui, lançar um desafio ao empresariado brasileiro. Uma parceria real, que multiplica as oportunidades para agregar valor aos



produtos que intercambiamos, exige disposição de realizar investimentos e estabelecer acordos inovadores. Não pode haver maior demonstração dessa confiança do que a inauguração, ainda este ano, da primeira fábrica da Embraer fora do Brasil.

A cooperação em ciência e tecnologia é decisiva para esse objetivo. O Brasil deseja que trabalhemos juntos para habilitar nossos países a trilharem o caminho do desenvolvimento efetivamente sustentável, assentado na capacitação própria e soberana.

Alegro-me em saber que estão em fase adiantada estudos para a China desenvolver programas de combustível alternativo, baseado no Pró-Álcool brasileiro. Da mesma forma, atribuímos prioridades ao programa de satélites de sensoriamento remoto e estaremos presentes ao lançamento do segundo satélite da série previsto para o segundo semestre. Ofereço apenas mais um exemplo do elevado potencial dessa sinergia.

No campo da saúde, a combinação da experiência brasileira no combate à Aids com a capacitação chinesa em medicamentos genéricos, torna mais eficaz o combate a esse mal em ambos os países.

Em 2004, completam-se trinta anos do estabelecimento das relações entre nossos dois países. Devemos comemorar esse marco com a renovação do compromisso de elevar nosso relacionamento a um novo e inédito patamar.

É dentro desse espírito que espero poder, proximamente, visitar oficialmente a China. Estou certo de que confirmarei as marcantes impressões que trouxe de minha viagem àquele país há dois anos, de um povo determinado e confiante e desejoso de aprofundar com o Brasil o imenso potencial de cooperação e afinidades capazes de superar as distâncias culturais, históricas e geográficas.

Desejo, por fim, sublinhar meu reconhecimento aos organizadores do Seminário. Fico muito satisfeito que iniciativas como esta estejam partindo do setor privado, o que, para mim, demonstra a sintonia de interesses entre o Governo e a sociedade civil.



Este evento é exemplo de como todos os setores de nossa sociedade podem, juntos, colaborar para fazer avançar esta parceria estratégica e necessária entre Brasil e China.

Obrigado.

/rss/cms



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de entrega das propostas das reformas tributária e previdenciária

Congresso Nacional, Brasília – DF, 30 de abril de 2003

Excelentíssimo deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo José Alencar, meu querido companheiro, vice-presidente da República,

Excelentíssimo senador José Sarney, presidente do Senado Federal,

Minha companheira Marisa,

Companheiros e companheiras parlamentares,

Ministros e ministras aqui presentes,

Meus amigos que compõem o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social,

João Paulo, apenas um pequeno reparo aqui: esta proposta que eu vou entregar em suas mãos, daqui a alguns segundos, não é apenas uma proposta do governo federal. Essa proposta é do governador Paulo Souto, do estado da Bahia; ela é da Rosinha Garotinho, governadora do estado do Rio de Janeiro; ela é do José Reinaldo Tavares, governador do estado do Maranhão; ela é do Simão Jatene, governador do estado do Pará; ela é do Jarbas Vasconcelos, governador do estado de Pernambuco; ela é do Geraldo Alckmin, governador do estado de São Paulo; ela é do Aécio Neves da Cunha, governador do estado de Minas Gerais; ela é do Marconi Ferreira Perillo Júnior, governador do estado de Goiás; ela é do Blairo Borges Maggi, governador do estado do Mato Grosso; do Germano Rigotto, governador do estado do Rio Grande do Sul; do Lúcio Gonçalo de Alcântara, governador do estado do Ceará; do Cássio Cunha Lima, governador do estado da Paraíba; do Paulo Hartung, governador do estado do Espírito Santo; do Wellington



Dias, governador do estado do Piauí; da Wilma Maria de Faria, governadora do estado do Rio Grande do Norte; do Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina; do Ronaldo Lessa, governador do estado de Alagoas; do João Alves, governador do estado de Sergipe; do Eduardo Braga, governador do estado do Amazonas; do Roberto Requião de Melo e Silva, governador do estado do Paraná; do Jorge Viana, governador do estado do Acre; do José Orcírio Miranda dos Santos, governador do estado do Mato Grosso do Sul; do Ivo Cassol, governador do estado de Rondônia; do Marcelo Miranda, governador do estado de Tocantins; do Valdez Góes, governador do estado do Amapá; do Flamarion Portela, governador do estado de Roraima; do Joaquim Roriz, governador do Distrito Federal; dos prefeitos das capitais e, possivelmente, de milhões de brasileiros que não pude colocar os nomes nesse papel.

Meus companheiros e companheiras, deputados e senadores aqui presentes.

Eu disse, logo que tomei posse, que íamos começar fazendo o necessário. Depois, iríamos fazer o possível. E, se Deus nos permitir e todo mundo ajudar, poderemos fazer até o que parece impossível.

Estas propostas de reformas, com a visão do Presidente da República e dos governadores de estado, na hora em que entrarem no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, os senhores e senhoras serão donos do jogo. A vocês cabe, através das Comissões, criar os espaços democráticos para a sociedade brasileira dizer o que pensa das reformas. E de vocês depende o resultado. Cada deputado, independentemente da quantidade de votos ou do partido a que pertença, do Governo ou da oposição, na hora de votar, o seu voto valerá um voto. A única coisa que eu peço, e tenho certeza de que assim será, é que o voto seja consciente, um voto daqueles que acreditam que o Brasil precisa das reformas.

Não apenas essas reformas, presidente João Paulo. Logo, nós vamos começar a discutir a reforma agrária aqui, neste Congresso Nacional, para onde o Governo mandará uma proposta. Logo, vamos discutir a reforma da estrutura sindical brasileira e, se depender do Governo, mandaremos uma proposta. Logo,



vamos discutir as reformas na legislação trabalhista e o Governo não se negará a mandar uma proposta, até porque acho que todos nós, em algum momento da nossa história, já fizemos crítica a esta Casa. Mas sem esta Casa não existiria democracia no nosso país e nós precisamos valorizá-la ao máximo.

Eu disse a você, outro dia, Presidente, que, em quatro anos de mandato, você jamais vai me ver, na televisão, no rádio, no jornal, jogando a culpa de qualquer fracasso que eu tenha no Congresso Nacional.

Todos nós somos adultos, conquistamos a nossa maioria e cada um de nós tem que assumir a sua responsabilidade.

A reforma não é para fazer favor para uns, não é para prejudicar outros. A reforma é para conseguirmos fazer com que o nosso país deixe definitivamente de ser um país emergente, em vias de desenvolvimento, e passe a ser um país desenvolvido; que conquiste os espaços que já deveria ter conquistado nesse mundo globalizado.

Quero, meu companheiro João Paulo, presidente Sarney, companheiros da Mesa, dizer a vocês que tenho quatro anos de mandato. Quatro anos é pouco. Mas quero dizer a vocês que, nesses quatro anos, 24 horas por dia serão dedicadas para fazer aquilo em que acredito: a transposição das águas do rio São Francisco, que recusei debater durante tanto tempo e que, dependendo do Estado em que você fale, você apanha, ou é aplaudido. Vou lhes confessar: não sei se do São Francisco ou de outro rio, mas vai haver a transposição das águas para o semi-árido nordestino. E ninguém, que tenha água em excesso pode negar uma política de levar água para uma região sofrida durante tantos séculos.

Ontem, eu dizia ao governador de um estado importante do nosso país: se ele conhecesse o semi-árido nordestino, iria perceber que o pobre do seu estado é “classe média”, diante da miséria à qual fomos submetidos durante tantos séculos neste país.

Da mesma forma que quero realizar um sonho, não apenas meu, um sonho de muitos de vocês aqui, que é a questão da Transnordestina, projeto tão sonhado



por todo mundo e que nunca saiu do papel. Quero que você saiba, João Paulo, que todas as reformas que vamos fazer por este país serão encaminhadas da forma mais democrática para esta Casa.

Quero dizer a você que esta Casa aqui tem o tempo que quiser para debater qualquer projeto. O tempo que quiser, porque tem autonomia. Entretanto, se eu pudesse dar um conselho aos deputados e senadores, eu diria: Se não votarmos neste ano, no ano que vem haverá eleição para prefeito e todo mundo sabe que, em ano eleitoral, tudo fica muito mais difícil de ser votado. Olho para as fisionomias das pessoas e estou vendo aqui, nesta Casa, muitos candidatos a prefeito de cidades importantes.

Não tenho dúvida, pelo que conheço da história de muitos de vocês, de que esta Casa irá fazer aquilo que entender que seja melhor para o Brasil. E acredito que todos nós devamos assumir a responsabilidade pelo Brasil que desejamos ter para o futuro.

Não tem importância que um deputado seja de oposição. Não tem importância que um deputado queira falar mal do Governo. Isso faz parte do jogo democrático. O que não vale em política é a gente prejudicar 175 milhões de pessoas por conta de uma próxima eleição.

Cada um de nós tem que trabalhar com a consciência de que a sorte está lançada. O povo espera de nós, de mim, de vocês, e eu só espero que cada um cumpra os seus compromissos, que o Brasil estará melhor do que esteve até hoje.

Eu vou passar às suas mãos, agora, presidente João Paulo, a proposta que foi feita com muito carinho e amor. Eu não sei se você sabe, eu ainda estou na fase de “Lula Paz e Amor”. Vocês podem ficar certos de que vão ser quatro anos de paz e amor neste país.

Cada vez que alguém tiver alguma bronca, por favor, me chame que eu estarei disposto a ajudá-lo a resolvê-la, conversando com muita tranquilidade.

Quero agradecer a presença dos prefeitos das capitais que vieram aqui. Eu estou vendo o de Belo Horizonte; eu vi, agora há pouco, o de Maceió, estou vendo o



de Recife, vi o de Aracaju. Eu quero parabenizar os prefeitos e dizer, João Paulo, que estão, aqui, para você, as propostas.

Presidente da Câmara: Eu recebo com paz e amor, também.

Presidente: Que Deus abençoe cada um de vocês e faça com que vocês dediquem parte daquilo com que se comprometeram durante a vida política de vocês para discutir essas reformas. Vocês serão soberanos e livres para apresentar à Nação brasileira o resultado final com a cara que o Congresso Nacional quer dar às reformas neste país.

Muito obrigado, presidente João Paulo. Muito obrigado a todos os parlamentares.

/mcpro/lrj/vpm